

Antónia Baptista Mósso Santos

**O TURISMO E A PERCEPÇÃO DOS SEUS IMPACTES PELA
COMUNIDADE LOCAL – O CASO DA ILHA DO SAL, CABO VERDE**

Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação

2011

Orientadores: Prof. Doutor Pedro Pereira

Prof. Doutor João Miguel Simão

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação /trabalho de Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 21 de Julho de 2011

Dedicatória

Dedico o trabalho de investigação aos meus sobrinhos Sofia, Ailton e Vicente desejando que o futuro lhes reserve um mundo muito mais justo, democrático e solidário do que encontrei e que continuem a acreditar poderem vir a ser rainha e spidermans quando crescerem.

Agradecimentos

A realização de um trabalho de investigação implica um somatório de gratidões.

Começo por agradecer aos meus orientadores Professor Doutor Pedro Pereira e Professor Doutor João Miguel Simão por terem tão prontamente aceite o meu pedido de orientação. Ainda ao meu orientador Professor Doutor João Miguel Simão pelo apoio técnico e científico, constantes “resgates”, e conselhos académicos e pessoais facultados em momentos difíceis que poderiam ter perigado a conclusão do trabalho de investigação.

À minha família, em especial a da ilha do Sal, pela boa vontade e ajuda desinteressada prestada no contacto com a população salense.

A Daniel do Brito meu parceiro incansável e dedicado de todas as horas e momentos.

Aos meus amados sobrinhos pelo esforço em tentar compreender as reduções de atenção e brincadeiras por parte da tia.

Aos amigos Cláudia Gonçalves, Edson Marques, Eugénia Alves, Helga Correia, Nadir Almeida, Claudian Dobos e Filipa Simões pela solidariedade.

À Dra. Maria João Rodrigues do centro de documentação do Turismo de Portugal pelo profissionalismo e amizade.

Ao espaço – recreio por ter-me tão bem recebido e escutado nos momentos de desencanto.

A Zeca Afonso e às canções da revolução de Abril que até hoje muito me inspiram em enfrentar todos os desafios.

À população salense que colaborou respondendo aos questionários.

Aos funcionários da Câmara Municipal do Sal, em especial ao Dr. Ildo José Rocha, pela atenção, profissionalismo e disponibilidade em fornecer informações.

O TURISMO E A PERCEPÇÃO DOS SEUS IMPACTES PELA COMUNIDADE LOCAL – O CASO DA ILHA DO SAL, CABO VERDE

Antónia Baptista Mósso Santos

Resumo

A análise tradicional do turismo visando apenas a sua dimensão económica tem-se mostrado redutora e insuficiente para explicar as inúmeras e versáteis alterações que pode provocar a nível social, cultural, político e ambiental.

A complexidade da actividade turística e a carência de instrumentos ajustados para avaliar e tornar mensuráveis os seus impactes constituem terreno fértil à emergência de mitos e de juízos de valor em torno dos efeitos por ele causado nos países receptores.

A linha orientadora da investigação parte do pressuposto que a actividade turística só faz sentido e se torna viável se proporcionar uma experiência qualitativa aos principais agentes envolvidos: os turistas e os residentes.

A tentativa de compreender a forma como os impactes do turismo são percebidos pela comunidade receptora da ilha do Sal em Cabo Verde está intimamente associado à convicção que um turismo de qualidade e sustentável só é possível auscultando a população e envolvendo-a no planeamento, gestão e monitorização da actividade.

A análise da percepção dos impactes da actividade turística por parte da comunidade desemboca indirectamente no conhecimento dos níveis de satisfação da comunidade em relação à forma como se tem realizado o desenvolvimento turístico na ilha.

No âmbito do trabalho de investigação foram realizados duzentos e trinta e um questionários cujos resultados da investigação levam a acreditar que a comunidade local salense possui uma clara consciência dos impactes do turismo no seu quotidiano. Verifica-se que a percepção dos impactes económicos e sociais negativos reúne maior consenso que os impactes positivos. Os impactes culturais e ambientais são ainda pouco perceptíveis por parte dos inquiridos. Por outro lado, os inquiridos na sua generalidade não se sentem envolvidos no planeamento da actividade turística, embora haja elevadas expectativas em relação à actividade como forma de melhoria das condições de vida da população.

A inexistência de um comportamento linear dos impactes da actividade turística no destino e de um modelo de desenvolvimento turístico perfeito e ajustável a todas as realidades obriga a que sejam delineados por parte dos países receptores políticas de planeamento visando a sustentabilidade e condições para a monitorização e mitigação dos seus impactes.

Palavras-chave: Comunidade local, participação, percepção, impactes, turismo sustentável.

TOURISM AND THE PERCEPTION OF ITS IMPACT BY LOCAL COMMUNITIES – SAL ISLAND CASE, CAPE VERDE

Antónia Baptista Mósso Santos

Abstract

The traditional analysis of tourism, having in mind only its economic impacts has been shown to be reductive and insufficient to explain the numerous and versatile modifications these can and will stimulate in a society at many levels, e.g. socially, culturally, politically and in the environment.

The complexity of touristic activities and the insufficient measuring instruments that can provide exact data about these, gives terrain to the emergence of myths and value judgments around the effects in countries where tourism is a reality.

This study aims at understanding how the impacts of tourism are grasped by the local community in Sal island – Cape Verde – convinced as we are that a quality and sustainable touristic offer can only be done by trialing the population, and involving them in the planning, managing and monitoring processes.

The analysis of the perception of the impacts of touristic activities by the population tells us a lot about the levels of satisfaction of such communities towards the way in which the touristic development has been carried out in their surroundings.

This study has been made through the inquiry of 231 locals, by means of a questionnaire, that showed that the population in this island has a very clear conscience of the impacts of tourism in their day-to-day lives. Conclusions drawn are that the negative economic and social impacts are greater than the positive; the cultural and environmental impacts are not so significant, and that the people feel that their voice has not been heard in what planning touristic activities is concerned. Nevertheless, they have high expectations regarding tourism as a way of ameliorating their life conditions.

The inexistence of a linear behavior of impacts of touristic activities in the receptive countries and a perfect and adjustable model for tourism development make these countries delineate new politics aiming at the sustainability and the creation of conditions that help them monitor and mitigate its negative impacts.

Key words: local community, participation, perception, impacts, sustainable tourism.

Índice

Declaração	II
Dedicatória	III
Agradecimentos.....	IV
Resumo	V
Abstract	VI
<i>Índice de Quadros.....</i>	<i>X</i>
<i>Índice de Figuras</i>	<i>XI</i>
Lista de Abreviaturas	XII
1. Introdução	1
1.1.Relevância do tema	4
1.2. Objectivos de investigação	5
1.3. Conceitos	6
2. A comunidade e o desenvolvimento turístico sustentável.....	9
2.1. O conceito de turismo sustentável.....	11
2.2. Impactes ambientais, sócio-culturais e económicos	16
<i>2.2.1.Impactes ambientais</i>	<i>17</i>
<i>2.2.2. Impactes sócio-culturais</i>	<i>25</i>
<i>2.2.3. Impactes económicos</i>	<i>30</i>
2.3. Formas de envolvimento e de participação da população	35
2.4. Em resumo	43
3. As percepções e o turismo	44
3.1. A percepção	46
3.2. A percepção e os seus condicionantes	46
3.3. Construindo a percepção.....	48
3.4. As percepções dos impactes turísticos.....	51
<i>3.4.1. Género</i>	<i>53</i>

3.4.2. <i>Área de residência</i>	54
3.4.3. <i>Tempo de residência</i>	55
3.4.4. <i>Idade</i>	56
3.4.5. <i>Escolaridade</i>	57
3.4.6. <i>Dependência económica</i>	58
3.4.7. <i>As percepções em outros contextos insulares próximos</i>	60
3.4.8. <i>Modelos explicativos para as atitudes</i>	62
3.4.9. <i>A monitorização das percepções</i>	65
3.4.10. <i>Em resumo</i>	66
4. Breve caracterização de Cabo Verde	68
4.1. Caracterização da Ilha do Sal.....	71
4.2. Caracterização da procura turística na ilha do Sal.....	79
4.2.1. <i>Caracterização da oferta turística na Ilha do Sal</i>	81
4.3. Distribuição do emprego nos estabelecimentos de alojamento do Sal.....	83
4.4. Em resumo	84
5. Metodologia	86
6. A percepção da população residente na ilha do Sal sobre a actividade turística	91
6.1. Caracterização da população inquirida	92
6.2. Percepção dos impactes culturais	94
6.2.1. <i>Resultados</i>	94
6.2.2. <i>Discussão</i>	95
6.3. Percepção dos impactes ambientais.....	96
6.3.1. <i>Resultados</i>	96
6.3.2. <i>Discussão</i>	96
6.4. Percepção dos impactes económicos	99
6.4.1. <i>Resultados</i>	99
6.4.2. <i>Discussão</i>	101
6.5. Percepção dos impactes sociais.....	103
6.5.1. <i>Resultados</i>	103
6.5.2. <i>Discussão</i>	103
6.6. Participação e envolvimento da população local nas políticas turísticas	105

6.6.1. <i>Opinião acerca do turismo na ilha</i>	109
6.7. A variável género	111
6.7.1. <i>Resultados</i>	111
6.7.2. <i>Discussão</i>	114
6.8. A variável idade	115
6.8.1. <i>Discussão</i>	117
6.9. A variável profissão.....	118
6.9.1. <i>Discussão</i>	120
6.10. Em resumo	122
7. Considerações finais	124
Bibliografia	130
Anexos	

Índice de Quadros

Quadro 1- Indicadores e parâmetros de sustentabilidade no turismo	15
Quadro 2 - Graus de envolvimento do público.....	38
Quadro 3 - Meios de comunicação e participação do público.....	41
Quadro 4 - Média e desvio padrão da opinião dos residentes dos impactes culturais	94
Quadro 5 - Média e desvio padrão da opinião dos residentes dos impactes ambientais.	97
Quadro 6 - Média e desvio padrão da opinião dos residentes dos impactes económicos	100
Quadro 7 - Opinião dos inquiridos acerca da excessiva dependência económica da ilha da actividade turística.....	101
Quadro 8 - Média e desvio padrão da opinião dos residentes dos impactes sociais.....	104
Quadro 9 - Opinião do turismo na ilha do sal por género dos inquiridos	111
Quadro 10 - Percepção dos impactes do turismo pela população inquirida.....	122

Índice de Figuras

Figura 1 - Esquema do ciclo de vida do local turístico segundo R.W. Butler	63
Figura 2 - Mapa da ilha do Sal.....	72
Figura 3 - Número de hóspedes, segundo o país de residência habitual, na Ilha do Sal – 2010.....	79
Figura 4 - Número de dormidas, segundo o país de residência habitual dos hóspedes, na Ilha do Sal - 2010.....	80
Figura 5 - Taxa de ocupação-cama por tipo de estabelecimento na Ilha do Sal - 2010..	81
Figura 6 - Estabelecimentos Hoteleiros na Ilha do Sal - 2010	81
Figura 7- Quartos disponíveis segundo o tipo de estabelecimento - 2010.....	82
Figura 8 - Camas disponíveis segundo o tipo de estabelecimento - 2010	82
Figura 9 - Pessoal ao serviço segundo o tipo de alojamento - 2010.....	83
Figura 10 - Pessoal ao serviço, nacional e estrangeiro - 2010.....	83
Figura 11 - Níveis de preocupação dos inquiridos com a actividade turística	105
Figura 12 - Informação da população das decisões tomadas em relação ao turismo ...	106
Figura 13 - Participação da população na tomada das decisões políticas relacionadas com o turismo.	107
Figura 14 - Justificações da fraca participação da população nas políticas turísticas. .	107
Figura 15 - Atribuição de responsabilidades por parte dos inquiridos*	108
Figura 16 - Opinião geral da população sobre o turismo na ilha.....	109
Figura 17 - Opinião dos inquiridos quanto ao número de turistas na ilha	110

Lista de Abreviaturas

BCV – Banco de Cabo Verde

CCIT-PCV- Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal e Cabo Verde

CMMAD- Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento

DGDT – Direcção Geral do Desenvolvimento de Turismo

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

OMC- Organização Mundial do Comércio

OMT- Organização Mundial de Turismo

ONU- Organização das Nações Unidas

OTCV- Observatório de Turismo de Cabo Verde

PANA- Plano de Acção Nacional para o Ambiente

PDM- Plano Director Municipal

PEDT- Plano Estratégico de Desenvolvimento turístico

PMD- Plano Municipal de Desenvolvimento

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento

SPSS- Statistical Package for de Social Sciences

WTO- World Tourism Organisation

ZDTI- Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado

ZRPT- Zonas de Reservas e Protecção Turística

1. Introdução

O acto de viajar, o desejo de conhecer outras culturas e de estabelecer contactos com outras civilizações tem acompanhado a história do homem ao longo dos tempos.

Alterações ocorridas em meados do século XIX como o desenvolvimento dos meios de transporte, desenvolvimento tecnológico, valorização dos tempos livres, entre outros, vieram impulsionar a actividade turística tornando-a numa das actividades económicas com maior relevância a nível global.

O turismo, dada a sua capacidade de gerar receitas, de absorver grande intensidade de mão-de-obra, e de proporcionar o desenvolvimento económico de países e regiões, é encarado actualmente como um dos sectores mais dinâmicos da economia moderna.¹

A incorporação do turismo nas estratégias de desenvolvimento social e económico tem sido uma aposta de vários países onde se destacam os em vias de desenvolvimento em que a actividade emerge como uma oportunidade de solucionar os seus problemas mais prementes. A actividade turística, dada a sua complexidade, possui um carácter multifacetado. Transcende os sectores económicos penetrando em outros domínios da sociedade como o social, político, cultural e ambiental.

Encarada inicialmente como uma actividade com consequências inofensivas e não poluente, uma “indústria sem chaminés”, o turismo continua a ser um sector de actividade insuficientemente conhecido, quer em si mesmo, quer nos impactes que poderá gerar.

Segundo Dias (2003) os diferentes impactes – económicos, ambientais, socioculturais – não ocorrem de forma isolada, pelo contrário, na maior parte das vezes estão intimamente relacionados. O que devemos resgatar é que o turismo não é uma actividade “inocente”, como faziam supor muitos autores no início da história do turismo.

¹ De acordo com o barómetro da OMT (Outubro de 2010) apesar do turismo ter sido afectado pela crise mundial, mostrou-se menos afectado que outros sectores de exportação o que demonstra que é um dos sectores económicos mais dinâmicos, resistente e um factor chave para a criação de emprego e para o tão necessário crescimento.

O planeamento sustentável da actividade exige uma abordagem holística, logo, multidisciplinar, e uma envolvimento de todos os agentes que, de forma directa ou indirecta, suportam a actividade.

Em Cabo Verde a actividade turística tem, paulatinamente, ganho protagonismo através da definição de políticas e incentivos à promoção do fomento da actividade no arquipélago.

O turismo é uma actividade que em todo o mundo necessita de uma importante parcela da população local no processo de construção do destino turístico. Nesta óptica, assume especial relevância o papel que a população local pode ser chamada a desempenhar no sucesso do processo de desenvolvimento da actividade turística.

O trabalho de investigação parte do pressuposto que o planeamento sustentável da actividade turística faz-se com a integração da população local na construção final das decisões políticas o que se traduz na auscultação das suas opiniões, necessidades e anseios e que os níveis de satisfação da população local em relação ao desenvolvimento da actividade turística pode influenciar a oferta de um destino turístico de qualidade e sustentável.

Com o tema “O Turismo e a Percepção dos seus Impactes pela Comunidade Local – O caso da Ilha do Sal, Cabo Verde”, pretende-se conhecer a forma como o turismo e os seus efeitos são percebidos pela população receptora; que factores interferem nessa avaliação da actividade turística e os níveis de envolvimento e participação da população nas políticas relacionadas com a actividade turística.

O trabalho encontra-se estruturado em 7 capítulos:

- O capítulo 1 - capítulo introdutório, explica-se a relevância do tema justificando a escolha do assunto para investigação; aponta-se os objectivos preconizados e define-se os principais conceitos que serão manuseados ao longo do trabalho;
- No capítulo 2 – A Comunidade e o desenvolvimento turístico sustentável, aborda-se a questão da sustentabilidade do turismo; foca-se, de uma forma geral, os impactes ambientais, sócio-culturais e

económicos inerentes à actividade turística e, por último, as formas de envolvimento e de participação da população;

- O capítulo 3 - As percepções e o turismo - incide sobre a construção das percepções e os seus condicionantes; faz-se uma revisão bibliográfica dos impactes do turismo onde se debate a influência de factores (como o género, local e tempo de residência, a idade, a escolaridade e a dependência económica) na percepção dos impactes do turismo; analisa-se as percepções do turismo em contextos insulares próximos, assim como, os modelos explicativos para as atitudes dos residentes; e, por último, a monitorização das percepções ou a importância do acompanhamento da evolução das percepções, segundo vários autores, e uma breve síntese dos aspectos abordados;
- Com capítulo 4 – Breve caracterização de Cabo Verde, numa óptica de contextualização, faz-se uma ligeira caracterização geral do arquipélago de Cabo Verde e, em particular, da ilha do Sal. Segue-se a caracterização da procura e da oferta turística da ilha e, por fim, a distribuição do emprego nos estabelecimentos de alojamento do Sal;
- No capítulo 5 - Refere-se à Metodologia utilizada na investigação e a respectiva justificação das opções tomadas;
- No capítulo 6 - A percepção da população residente na ilha do Sal sobre a actividade turística -, caracteriza-se a população inquirida; analisa-se a forma como percebe os impactes culturais, ambientais, económicos e sociais do turismo na ilha; aborda-se a sua percepção dos níveis de participação e envolvimento nas políticas turísticas; a opinião dos inquiridos sobre o turismo na ilha; e, por último, as percepções segundo variáveis como o género, a idade e a profissão dos inquiridos;
- Com o capítulo 7 – apresentam-se as considerações finais do trabalho de investigação, algumas recomendações futuras para o turismo no arquipélago e apontam-se caminhos para futuras investigações que possam servir de instrumentos orientadores relevantes para um planeamento integrado da actividade turística em Cabo Verde.

1.1.Relevância do tema

Ao longo da história, a actividade humana tem sido caracterizada pela apropriação do espaço. O espaço turístico compõe-se por recursos originais (pré ou ante-turístico) e recursos pós-turísticos. Os primeiros são pré-existentes ao turismo e mesmo à ocupação humana; os segundos são criados para satisfazer os indivíduos que se deslocam a estes lugares. São as transformações ocorridas no espaço que faz com que um espaço neutro se transforme num espaço de acolhimento em que o espaço de destino artificializa-se ou turistifica-se (Henriques, 2003).

O desenvolvimento da actividade turística acarreta, inevitavelmente, a alteração não só no espaço físico onde se desenvolve, mas também, nas interacções sociais que implica mutações nas sociedades e nos seus modos de vida tradicionais.

Cunha (2006) chama a atenção para o facto do turismo depender fortemente da utilização de recursos naturais e culturais cujo aproveitamento pode provocar alterações ou mesmo destruições desses mesmos recursos: são os recursos naturais e culturais que fundamentam o desenvolvimento turístico mas este pode destruí-los, destruindo-se ou enfraquecendo-se a si próprio e, se o desenvolvimento do turismo não defender e preservar os valores que lhe dão origem, origina-se um processo de autofagia que corrói as suas bases essenciais.

Esta perspectiva remete-nos para a importância da agregação do princípio de sustentabilidade no planeamento da actividade turística².

A OMT (1993) integra na definição do turismo sustentável vários parâmetros onde se destacam a melhoria da qualidade de vida da comunidade anfitriã; uma distribuição equitativa dos benefícios e dos custos; providenciar uma qualidade elevada na experiência do visitante.

Independentemente das múltiplas caracterizações atribuídas ao conceito, torna-se consensual a importância da sustentabilidade como garante da longevidade e qualidade não só da actividade turística, como também, do bem-estar da comunidade receptora.

² O relatório Brundtland define o desenvolvimento sustentável como aquele que reconhece as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

O desenvolvimento a longo prazo da actividade turística traduz-se num planeamento e gestão que envolva todos os agentes afectados onde a comunidade residente é pedra angular.

A análise racional do desenvolvimento turístico sustentável, normalmente, assenta sobre a garantia de promoção dos benefícios económicos, sociais, culturais para a comunidade e para o meio ambiente.

Nesta perspectiva estabelece-se uma relação muito estreita entre a comunidade residente (seu bem-estar e melhoria da sua qualidade de vida) e a longevidade da actividade turística no destino receptor. Estes autores ainda vão mais longe ao afirmarem que sem uma comunidade sustentável, o desenvolvimento turístico não se pode esperar sustentável.

Na medida em que o turismo é uma actividade que envolve pessoas e consequentemente emoções, comportamentos e percepções, o envolvimento da população e a sua hospitalidade são essenciais para o sucesso da actividade (Sperling e Martin, 1982), auscultar a comunidade envolvente e socializá-la para a actividade turística deve fazer parte das estratégias de planeamento.

A incidência do estudo sobre a percepção dos impactes do turismo por parte da comunidade local (neste caso salense) deve-se ao facto de (i) existir uma lacuna em termos de estudos realizados nesta vertente em Cabo Verde; (ii) a análise poder vir a mostrar-se fundamental no entendimento das motivações e atitudes dos moradores em relação à actividade turística; (iii) considerar-se fulcral para um adequado planeamento da actividade compreender a forma como a população percebe o turismo e identifica os seus malefícios e benefícios para que de futuro se corrijam determinadas tendências que atentam aos interesses da população; (iv) promover a democracia e o desenvolvimento sustentável do turismo auscultando a população que acolhe, suporta e atribui particularidade ao destino tornando-o único e atractivo.

1.2. Objectivos de investigação

Mais do que qualquer outra actividade, o turismo pode implicar mudanças significativas no quotidiano da população local. Modificações no sistema de valores e

comportamentos, revitalização ou descaracterização da cultura local, criminalidade, prostituição, inflação, degradação ambiental, aumento das oportunidades de emprego incorporam o vasto leque de consequências associadas à actividade turística.

Os objectivos da investigação consistem em entender como a população residente percebe a actividade turística, nomeadamente:

- (i) que avaliação faz dos seus efeitos sociais, culturais, económicos e ambientais;
- (ii) conhecer os níveis de satisfação da população local em relação ao turismo praticado na ilha e o grau de envolvimento da população nas decisões referentes à actividade turística;
- (iii) saber se os aspectos identificados nos dois pontos anteriores variam de acordo com o género, faixa etária e profissão dos inquiridos.

1.3. Conceitos

A ciência lida com conceitos, isto é, termos simbólicos que sintetizam as coisas e os fenómenos perceptíveis na natureza, no mundo psíquico do homem ou na sociedade, de forma directa ou indirecta. Para que se possa esclarecer o fato ou fenómeno que se está investigando e ter possibilidade de comunicá-lo, de forma não ambígua, é necessário defini-lo com precisão (Lakatos e Marconi, 1992).

O turismo como fenómeno económico e social complexo que é, defini-lo não é tarefa fácil, facto esse que justifica a existência de múltiplas definições do conceito consoante os ângulos em que o fenómeno é encarado. Para uns o turismo proporciona emprego e rendimento e dele dependem as suas vidas; para outros, é sinónimo de diversão e de ócio. Para quem viaja é uma forma de alcançar satisfação e realização pessoal, mas para quem tem responsabilidades políticas é um meio para alcançar bem-estar social. Para alguns é um meio de invasão das suas vidas e de destruição de valores que fazem parte da sua identidade mas, para muitos, é uma forma de libertação (Cunha, 2006).

Se qualquer um de nós perguntar a alguém o que é o turismo de certo teríamos uma resposta imediata, pois todos sabemos ou queremos saber o que é esta realidade que está tão na moda. Nestas circunstâncias, se alguém aspira a dar uma explicação clara do que

é o turismo pode parecer inútil ou desnecessário. A questão não está em não querermos dar uma explicação do que é o turismo, é que temos tantas que o seu estudo pode tornar-se enigmático e bizarro como afirma Muñoz de Escalona, 2007.

Interessa saber que este conceito tem sofrido evoluções ao longo do tempo e que não reúne consenso entre os autores. Para o estudo utiliza-se o conceito de turismo adoptado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde que acaba por ser também o da OMT: As actividades realizadas por indivíduos durante as suas viagens e estadias em lugares distintos da sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de lazer, negócios ou outros motivos (INE, 2010). No entanto, Cunha (2006) chama a atenção para a importância de se abordar o conceito não só do lado da procura como também da oferta. Sendo assim, do ponto de vista da oferta, o turismo, para o autor, pode ser encarado como todo o vasto conjunto de lugares, organizações, empresas, profissões e relações que se combinam para satisfazer as necessidades decorrentes das viagens temporárias.

O presente estudo reporta para um tipo de turismo específico que é o internacional (implica a travessia de uma fronteira entre dois países) incidindo sobre o turismo receptor (inbound tourism) sendo o conceito encarado como as viagens a Cabo Verde realizadas por residentes noutros países.

Partindo do princípio que o turismo é a vivência das emoções proporcionadas pelas características dos recursos existentes fora do local de residência habitual do turista e o conjunto de actividades socioeconómicas indispensáveis para que essa vivência se concretize (Vieira, 2007) um outro conceito que inevitavelmente lhe associa é o de turista.

O conceito de turista tal como o de turismo não é estático. Inicialmente associado aos indivíduos que viajavam por prazer ou para aumentar os seus conhecimentos culturais, este conceito com o tempo veio a tornar-se muito mais amplo incorporando outras motivações como as religiosas, saúde, negócios e outros. Recorrendo à designação do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde: Turista é o visitante que permanece, pelo menos uma noite, num hoteleiro colectivo ou particular no lugar visitado.

No decurso da vida social, as pessoas, ao relacionarem-se umas com as outras, vão desenvolvendo sentimentos de pertença a determinados grupos ou sectores sociais, de

algum modo demarcados dos outros ou a eles contrapostos (Costa, 1992). Um outro conceito bastante manuseado no decorrer do trabalho será o de comunidade local.

Sendo uma comunidade um grupo alargado de pessoas unidas por laços de sociabilidade bastante estreitos, uma subcultura comum e o sentimento de pertencer a um mesmo grupo (Dortier, 2006), ao longo do estudo designar-se-á por comunidade local/população local ou comunidade de acolhimento, a todos os indivíduos residentes no destino turístico do país receptor, neste caso será a ilha do Sal.

O conceito impacte pode ser descrito como uma alteração, positiva ou negativa, resultante do efeito de uma acção humana sobre uma determinada componente, física, ecológica, cultural, social ou económica, num determinado período de tempo e num dado lugar ou espaço geográfico, comparada com a situação que ocorrerá se essa acção não vier a ter lugar (Partidário e Jesus, 2003).

Ao longo do trabalho serão utilizados vários conceitos cujas definições irão sendo enunciadas paulatinamente à medida que forem surgindo.

2. A comunidade e o desenvolvimento turístico sustentável

Este capítulo debruça-se sobre a importância do conceito de turismo sustentável (2.1.); (2.2.) impactos ambientais, sócio-culturais e económicos do turismo e as formas de envolvimento e participação da população (2.3.).

O capítulo tem como objectivo abordar a evolução do conceito de desenvolvimento e de turismo sustentável apresentando algumas abordagens; evidenciar em termos gerais a diversidade de impactos inerentes à actividade turística. E, por se considerar essas temáticas indissociáveis da existência de uma participação da população, analisa-se a problemática da participação indicando alternativas para o seu envolvimento na tomada de decisões políticas.

O conceito de sustentabilidade veio ganhar ênfase em 1983 na Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, Comissão Brundtland – CMMAD/ONU com o relatório “O Nosso Futuro Comum” (1987) que integrava os princípios de: Equidade social (direito de cada um (de todos) se inserir no processo de desenvolvimento), Eficiência económica (gestão dos recursos económicos e financeiros para garantir o funcionamento eficiente da sociedade), Prudência ecológica (Racionalização do consumo, usos de tecnologias limpas, definição de regras para a protecção ambiental) (Coriolano e Leitão, 2008).

Segundo o referido relatório o desenvolvimento sustentável define-se como o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas.

O conceito de desenvolvimento sustentável tradicionalmente associado às preocupações com o meio ambiente vai-se alargando para um conceito mais global que integra os aspectos socioculturais, económicos e ecológicos.

Apesar de actualmente a necessidade de assegurar o desenvolvimento e a gestão sustentáveis do sector turístico ser algo amplamente aceite (detectável através das inúmeras recomendações /cimeiras de líderes mundiais e documentos como a Carta de Turismo Sustentável, Agenda 21 para o sector de viagens e turismo, Código Ético

Mundial para o Turismo), a obtenção de um equilíbrio harmonioso entre os diversos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais tem-se mostrado inatingível.

O potencial de sustentabilidade atribuído à actividade turística não pode desconsiderar que se trata de uma actividade também económica que produz e consome paisagens, territórios, em diferentes ambientes, portanto, só é possível a sustentabilidade se ocorrer uma mudança no modo de pensar humano com relação ao ambiente frente à hegemonia do discurso capitalista. A opção pela sustentabilidade depende da postura política, pois envolve um redimensionamento na leitura do que deve ser entendido por desenvolvimento e bem-estar social (Gastal e Castrogiovanni, 2003).

O modelo de desenvolvimento turístico sustentável deve ser encarado como uma ferramenta que fomenta a inclusão social, económica e ambiental.

Nesta óptica, pode dizer-se que um dos grandes desafios com que se depara o desenvolvimento turístico é o de conseguir que a população local tenha uma participação directa e activa no planeamento e execução da actividade no território.

Greg e Derek (2000) reforçam a ideia que a sustentabilidade da comunidade constitui um elemento essencial da sustentabilidade do turismo. No entanto, estes autores encaram a comunidade como uma realidade dinâmica cuja natureza é alvo de mutações, logo o crescimento da sua complexidade e das relações que se estabelecem entre si poderá trazer oscilações ao turismo sustentável.

Há numerosos exemplos de destinos turísticos em todo o mundo que foram negativamente afectados pelo impacto do desenvolvimento do turismo. Os impactes negativos foram atribuídos, entre outras coisas, à ausência ou a um planeamento deficiente do desenvolvimento turístico. Por isso, tem sido defendido que o planeamento do turismo não só é vital para compensar alguns dos impactes negativos que o turismo pode ter sobre a comunidade de destino, como também possibilita uma continuidade da actividade através da conservação e gestão racional dos recursos sobre os quais assenta a actividade (Simão, 2008; Simão e Partidário, 2011).

Para Vieira (2007), o planeamento do desenvolvimento turístico promove e sustenta a relação dialéctica e interactiva entre a população, o território, a economia, o ambiente e o turismo. Dessa relação dialéctica resulta um modelo de desenvolvimento turístico sustentável que tem algumas características próprias que importa ressaltar:

- Multisectorial (engloba toda a envolvente do turismo e todos os aspectos dos fenómenos turísticos);
- Baseado no ecossistema (cujas sustentabilidade deve constituir um importante limite ao desenvolvimento turístico);
- Devem ser considerados todos os efeitos (sociais, económicos, culturais, ambientais e sobre o território) do desenvolvimento turístico;
- Centrado nas relações entre a comunidade de acolhimento, os visitantes e o território (o lugar, o destino);
- As decisões devem ter um alcance temporal de longo prazo, pois os efeitos do desenvolvimento turístico também se prolongam durante muitos anos.

2.1. O conceito de turismo sustentável

De acordo com a OMT, a sustentabilidade do turismo tem de ser entendida segundo três princípios fundamentais:

- a) Sustentabilidade ecológica, que assegura que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos biológicos essenciais, a biodiversidade e os recursos biológicos. É o princípio da precaução;
- b) Sustentabilidade social e cultural, o princípio que assegura que o desenvolvimento aumenta o controlo das pessoas sobre os seus próprios destinos, é compatível com a cultura e os valores das comunidades afectadas e mantém e fortalece a identidade das mesmas. É o princípio da participação;
- c) Sustentabilidade económica, o princípio que assegura que o desenvolvimento é economicamente eficiente e os recursos são geridos de tal forma que fica garantida a sua utilização pelas gerações futuras. Isto é, assegura o emprego e os níveis satisfatórios de rendimento associados a um controlo sobre os custos e benefícios dos recursos que garantem a continuidade para as gerações futuras. É o princípio da solidariedade (Cunha, 2006).

O conceito de turismo sustentável é indissociável da noção de desenvolvimento sustentável. O modelo assente no crescimento económico visando o lucro a curto-prazo;

na pauperização dos recursos disponíveis; na injustiça e desigualdades sociais e na deterioração das formas de vida tem-se mostrado pernicioso e de incalculáveis custos futuros.

Pode dizer-se que o turismo sustentável nasce de diferentes causas:

- Maior consciência da temática ambiental em todo o mundo;
- Perante um turismo convencional que busca o máximo de rendimento num menor espaço de tempo possível, os turistas começam a dar-se conta dos impactes que causam no ambiente;
- Os visitantes exigem cada vez mais qualidade dos lugares a que ocorrem. A própria competitividade dos destinos turísticos interfere nos critérios de escolha;
- Os grupos ambientalistas começam a preocupar-se com os impactes do turismo no meio ambiente exercendo pressão sobre a opinião pública (Heras, 2004).

A mudança de paradigma do modelo de desenvolvimento obriga a uma mudança de estratégias e à adopção de medidas e políticas promotoras do desenvolvimento não só económico como social. São os graves problemas sócio-ambientais verificados nas últimas décadas a nível planetário que reúne os países de diferentes níveis de desenvolvimento no sentido de rever valores e políticas até então adoptadas.

Dos acontecimentos impulsionadores na formação desta consciência destacam-se o Relatório “Limites do Crescimento” do Clube de Roma (1971), a Conferência Mundial de Estocolmo (1972), o Relatório “O Nosso Futuro Comum” (1987), a Agenda 21, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (1992) e a Conferência Mundial Rio +10, em Joanesburgo (2002). Iniciativas institucionais que apesar de reconhecerem os obstáculos à concretização dos princípios/programas e políticas delineados resultantes das tensões entre os diversos interesses existentes, traduzem um esforço de estabelecer-se um compromisso, de forjar-se um desenvolvimento sustentável e com maior sensibilidade social em relação aos efeitos ambientais do crescimento económico desregulado.

A evolução das relações entre o turismo e o desenvolvimento sustentável dá-se de forma paulatina e é reflectida nas diversas declarações e recomendações das organizações internacionais onde se destacam:

- (i) Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (1980);
- (ii) Declaração dos Direitos e Código do Turista de Sofia (1985);
- (iii) Carta do Turismo Sustentável de Lanzarote (1995);
- (iv) Agenda 21 para o sector de Viagens e Turismo (1995);
- (v) Código Ético Mundial para o Turismo de Santiago do Chile (1999).

Com a tónica no planeamento e gestão responsável dos recursos incute-se uma dimensão ética à actividade turística onde as acções e políticas são pautadas pela melhoria da qualidade de vida das pessoas e a promoção da conservação dos valores naturais, culturais e ambientais existentes.

A paisagem global constitui um valor fundamental do território e da oferta turística, constituindo ainda um recurso turístico de grande fragilidade. A sua destruição repercute-se negativamente, a curto e a longo prazo, na competitividade dos próprios destinos, sendo desejável que se combatam as tendências actuais de inversão de valores que afectam o território (Careto e Lima, 2007).

Heras (2004) atribui quatro razões para apoiar o turismo sustentável:

(i) Éticas – A indústria turística tem-se convertido na mais importante a nível mundial pelo número de pessoas que trabalham nela, pela quantidade de clientes que aumentam a cada ano. Da actividade inocente do passado converteu-se com a massificação e os progressos nos transportes numa ameaça. É intolerável que a actividade leve consigo a destruição dos recursos. O turismo como o resto dos procedimentos humanos deve levar ao uso racional dos recursos para que esses não sejam afectados de forma fatal;

(ii) Científicas – Do ponto de vista científico o modelo actual que a indústria turística tem assumido mostra-se insustentável. O aumento do número de turistas pode dar uma impressão contrária, mas isso não significa que o turismo vá durar no tempo. Interessa fomentar o turismo sustentável que respeite o meio envolvente e a comunidade local a fim de conservar a própria indústria turística, caso contrário, não durará para sempre;

(iii) Ecológicas – O turismo consome recursos, modifica ecossistemas, ameaça a flora e a fauna dos lugares onde se implanta, para além de provocar uma escassez dos recursos. O turismo sustentável não visa a proibição, mas antes, controla, regula, limita, minimizando ao máximo o impacte ambiental causado;

(iv) Económicas - A percepção de que a sustentabilidade económica dos projectos é indissociável da sustentabilidade ambiental.

É relativamente consensual por parte dos especialistas a ideia de que planejar é organizar factores para controlar resultados futuros. Quanto maior o sucesso do planeamento e da gestão, menor é o nível de impactes negativos e maior é a capacidade de carga (Cooper *et al.*, 2005).

No entanto, para Butler (1999) é quase impossível existir uma forma de desenvolvimento turístico que não produza impactes no local onde ocorre. Sendo assim, a suposição de que o turismo centrado na natureza seria automaticamente sustentável não só se mostra ingénua como incorrecta e prejudicial. E, dada a incapacidade actual para definir-se um turismo sustentável que satisfaça a todos, ou a maioria dos interessados em turismo cria-se uma ambiguidade em torno dessa realidade e alguma dificuldade na sua identificação e operacionalidade.

Nesta óptica a avaliação dos projectos e realizações turísticas devem, dentro do quadro do desenvolvimento turístico sustentável, ter em conta determinados indicadores (quadro1, p.seg.)

Por outro lado, constata-se a nível prático alguma dificuldade na implementação dos princípios do turismo sustentável. Aliás, o fracasso em desenvolver um turismo sustentável advém, em grande parte, do seu desconhecimento e da dificuldade inerente em planeá-lo.

O desenvolvimento de um plano turístico sustentável requer que os planeadores e a indústria do turismo coadunem esforços no sentido da sua implementação. No entanto, a complexidade e diversidade da indústria turística e a existência de um elevado número de departamentos governamentais pode conduzir a que, no planeamento turístico, intervenham entidades públicas e/ou privadas que não têm dele um conhecimento aprofundado (Henriques, 2003).

Quadro 1- Indicadores e parâmetros de sustentabilidade no turismo

	Indicadores		Parâmetros
Ambientais (avaliação do impacto ambiental)	De fragilidade dos ecossistemas e da biodiversidade	Nº de espécies Áreas ocupadas por cada espécie	% da área destruída
	De tratamento de resíduos	Quantidade de resíduos sólidos e líquidos	Toneladas por 1000 turistas
	Intensidade de uso do solo (capacidade de carga)	Nº de turistas	Nº de turistas por residente ou por m ²
	Utilização da água	Volume de água utilizada pelos turistas Presença de agentes poluidores	% do consumo total Índice de concentração
Indicadores socio-económicos	Protecção da atmosfera	Indicadores de poluição	Taxa de poluição
	Pressão económica	Indicadores da intensidade de frequência turística	Nº de turistas <i>versus</i> população local
	Pressão social	Empregos criados	Nº de empregos criados no turismo relativamente à população activa local
	Satisfação da população local	Utilização dos equipamentos turísticos pela população	Nº de empregados locais no turismo Nº de utilizadores locais
	Segurança	Roubos e agressões	Nº por habitante
	Saúde pública	Doenças sexualmente transmissíveis	Nº de casos registados

Fonte: Vieira, 2007:6

Da reflexão sobre o turismo sustentável e das contradições e problemas que impedem seriamente a sua concretização, Weaver (2004) conclui que uma das maiores preocupações é a natureza oximorónica do termo “ turismo sustentável” e a sua maleabilidade à apropriação por defensores de diversas ideologias, permitindo, assim a sua utilização para representar e defender praticamente qualquer modelo de desenvolvimento. A complexidade dos sistemas de turismo e os problemas práticos de identificação, avaliação e monitorização dos indicadores de sustentabilidade são desafios associados que entravam a implementação do turismo sustentável.

2.2. Impactes ambientais, sócio-culturais e económicos

É consensual a ideia que a actividade turística representa uma actividade económica transformadora da realidade territorial dado os seus impactes, positivos ou negativos, verificados no campo económico, social, político e ambiental.

O desenvolvimento turístico implica sempre alterações no ecossistema turístico, isto é, nas características físicas e socioculturais de um destino, nomeadamente no território, nos recursos e na vida das pessoas (Vieira, 2007).

Os impactes provocados pela actividade turística nos destinos tem sido objecto de estudo de várias investigações que através da compreensão e percepção dos seus reflexos procuram melhores alternativas de planeamento e gestão da actividade de forma a preveni-los, mitigá-los e monitorizá-los.

No entanto, dada as características singulares da actividade turística e a propagação dos seus impactes positivos na economia e na geração de emprego, tem sido dada uma maior visibilidade aos impactes mensuráveis verificáveis a curto/ médio prazo do que aos mais complexos e de difícil quantificação. Nos anos setenta a maioria dos estudos sobre o turismo concentrava-se na medição dos benefícios económicos; dava-se pouco ênfase à característica primordial do turismo internacional: a interacção entre os turistas e a comunidade anfitriã. Em meados dos anos setenta a maioria dos investigadores e profissionais do sector turístico começam a prestar mais atenção às relações visitantes/anfitriões e principalmente aos efeitos económicos resultantes desse contacto (Lickorish e Jenkins, 1997).

Pearce e Butler (1993) para além de reconhecerem que tradicionalmente existe uma tendência para evidenciar os benefícios económicos do turismo em detrimento dos outros potenciais impactes que possam surgir e da sua monitorização, defendem que a avaliação dos impactes não tem sido tratada da mesma forma nos meios académicos e nas entidades dos sectores públicos. Enquanto os académicos demonstram nos seus estudos uma preocupação com a avaliação pós-desenvolvimento turístico focando-se nos aspectos negativos e com especial interesse nos impactes sociais e culturais, outras entidades públicas/privadas realizam estudos privilegiando os impactes económicos gerados nos primeiros anos da actividade e dos benefícios que irá trazer para os proponentes e a comunidade.

Identificam-se alguns dos impactes inerentes à actividade turística desde os ambientais aos sócio-culturais e económicos destacando o facto destes poderem não vir a reflectir-se de igual forma em todos os destinos.

2.2.1. Impactes ambientais

O homem instalou-se desde o Quaternário na biosfera complexa: em primeiro lugar, como uma espécie modesta entre outras; depois, de forma cada vez mais hegemónica, canalizando para si uma parte crescente da produção biológica planetária e modificando profundamente o seu ambiente. Hoje, o seu impacto estende-se a praticamente todo o planeta (Frontier, 2001). Nesta perspectiva os impactes da acção do homem no ambiente assumem um carácter mundial e transfronteiriço abarcando países e regiões, indiferente aos seus níveis de desenvolvimento social e económico ou localização geográfica.

O relatório do planeta vivo (WWF, 2008) alerta para a intensificação das pressões humanas sobre o ecossistema. A importância da água como um recurso escasso a nível mundial e a perda da biodiversidade são preocupações que constam no documento. As ameaças antropogénicas, directas à biodiversidade, foram agrupadas em cinco categorias que vão desde a perda, mudança de habitat, sobre-exploração, contaminação e disseminação das espécies com a introdução de espécies invasoras até as alterações climáticas.

Se estes problemas a nível ambiental ocorrem a nível planetário reflectem-se com muito maior intensidade em contextos insulares.

Briguglio (1999) reportando a contextos ambientalmente mais sensíveis como os insulares alerta para vários tipos de vulnerabilidade a que se encontram expostos e onde se destacam: (i) a limitada capacidade de assimilação e de transporte gerando problemas como a gestão de resíduos, armazenamento de água e outros factores afectos à sua reduzida dimensão territorial; (ii) uma zona costeira relativamente grande, em relação ao espaço terrestre tornando estes espaços propensos à erosão; (iii) existência de ecossistemas frágeis causados pela baixa resistência às influências externas pondo em perigo a flora e a fauna; (iv) a propensão a desastres naturais como terremotos, erupções vulcânicas, furacões, cheias, maremotos e outros cujos impactes mostram-se mais devastadores em pequenos estados insulares.

Dada a elevada dependência territorial, a actividade turística localiza-se em zonas concretas cujos reflexos da actividade aí se manifestam.

A intensidade dos impactes sobre a sociedade receptora e o seu ambiente evoluem com o desenvolvimento do turismo. Se numa fase ainda inicial os seus efeitos se mostram quase imperceptíveis, com o aumento da afluência de turistas podem emergir problemas de esgotamento ou degradação de recursos naturais e ecossistemas provocando uma redução da qualidade dos atributos ambientais.

O turismo para além de acarretar um aumento de movimentação de pessoas e de viagens (onde se destacam as principais aéreas responsáveis pela produção de gases com efeito de estufa) procuram espaços com elevado valor paisagísticos que, por norma, são os mais sensíveis a nível ambiental.

Viaja-se para as praias ensolaradas dos países que possuem costa marítima; observam-se animais selvagens em diversos ecossistemas; praticam-se esportes radicais em rios, montanhas, florestas e desertos; buscam-se a paz e o ar dos ambientes naturais, entre muitas outras actividades desenvolvidas e que têm a natureza como a base de sua sustentação (Dias, 2008).

O aumento de consumo energético, a pressão sobre os recursos existentes, transformação da paisagem, problemas de saneamento básico e de aumento de produção de resíduos fazem parte de alguns dos prejuízos ambientais conhecidos derivados da

actividade turística. Por outro lado, a necessidade do turismo realizar-se em espaços com qualidade ambiental pode fazer com que o turismo contribua para a implementação de sistemas de controlo ambiental e a gestão equilibrada dos recursos naturais.

Encarando o ambiente como o meio natural e construído, a relação entre ambiente e o turismo é muito estreita. É a preservação do ambiente que constitui o garante da competitividade e qualidade do produto turístico. A história do turismo indica claramente que o ambiente e os sítios têm contribuído para o nascimento e o progresso do turismo (Wall e Mathieson, 2006).

Para Partidário (1998) embora o conceito de sustentabilidade ambiental seja intensamente manuseado em contextos científicos e académicos para exprimir a existência de uma relação biunívoca entre a actividade turística e o capital de recursos naturais, com objectivos de geração de experiências de elevada qualidade para o utilizador, o equilíbrio desta relação encontra ainda fortes dificuldades na prática corrente da actividade turística.

O ambiente actua como produtor de bens turísticos mas também como receptor de pressões que desafiam a sua capacidade potencial de oferecer oportunidades turísticas.

Os impactes causados pela actividade turística no destino para além de não serem lineares (variando de acordo com as características físicas, económicas, sociais e políticas do local) mostram-se ambivalentes.

A OMT (1998) identificando os impactes gerados pela actividade turística no meio ambiente distingue os negativos e os positivos.

Impactes negativos:

- Contaminação arquitectónica.

Construção de edifícios com estilos arquitectónicos diferentes que não seguem as normas de construção habituais de áreas receptoras e das tradições urbano-arquitectónicas da zona);

Construções ao longo das zonas costeiras constituindo autênticas barreiras físicas e visuais entre as zonas residenciais e as atracções turísticas;

Desenvolvimento urbanístico que provoque segregação dos residentes locais, principalmente em países menos desenvolvidos em que a população receptora não dispõe de recursos para aceder às facilidades turísticas.

- Problemas com o tratamento de resíduos e águas residuais.
- Poluição sonora e do ar (aumento do tráfego reduzindo a qualidade do ambiente residencial e natural).
- Erosão da zona (proliferação de actividades desportivas nas montanhas com veículos todo terreno, bicicletas e motas, perturbando a tranquilidade envolvente afectando o habitat natural - flora e fauna - e provocando graves problemas de erosão).
- Rivalidades na utilização dos recursos naturais entre a actividade turística e as outras actividades económicas (disputa de solos antes utilizados pela agricultura para utilização turística, de água nos contextos em que constitui um recurso escasso).

Impactes positivos:

- O turismo pode incentivar a concretização de medidas de conservação e melhoria da qualidade ambiental. O ambiente de qualidade tem um valor real para a actividade turística e o turismo pode contribuir para a revalorização de uma região (criação de parques naturais, de medidas de protecção de espécies em extinção).
- Maior esforço de conservação e planificação por parte dos responsáveis na administração turística com o intuito de manter e controlar a qualidade ambiental.

Torna-se claro que os impactes do turismo no ambiente não são universais nem homogéneos em todos os destinos turísticos o que vem acrescentar uma maior complexidade a esta relação. No entanto, alguns estudos têm revelado que os impactes do turismo no ambiente podem ser graduais e afectar as diversas partes do ecossistema com intensidades diferentes.

O turismo assenta na apropriação dos elementos do ambiente. As respostas do uso desses elementos podem não ser necessariamente as mesmas. O que justifica a existência de múltiplas produções científicas sobre o assunto em que por vezes admite-

se a existência no mesmo local (e em simultâneo) de consequências positivas e negativas no ambiente.

Wall e Mathieson (2006) reconhecem que a maioria da literatura existente no passado sobre a qualidade ambiental e a sua degradação refere-se a problemas como a poluição do ar derivado dos veículos, a destruição da costa, poluição dos rios devido aos resíduos humanos e detergentes e o congestionamento do tráfego não estabelecia uma relação entre estes impactes e o Turismo. Só recentemente se começou a estabelecer essa associação. As informações apontam para o facto de existir um conflito entre ambiente e turismo em que os riscos se tornam mais graves nas áreas de rápido e intenso desenvolvimento turístico e sítios ambientalmente mais frágeis.

As estratégias publicitárias dos destinos turísticos por norma colocam a tónica na diversidade paisagística e cultural em que às zonas costeiras e balneares são atribuídas maior visibilidade com cenários paradisíacos. Preston-Whyte (2004) refere-se às descrições e representações realizadas em torno do produto turístico praia que contribuem para a sua popularidade. A praia torna-se num espaço sensorial que são espaços de magia, de elevadas sensibilidades que são temporárias, pessoais e ilusórias. São essas associações positivas que gravitam em torno das praias e das sensações à beira-mar que contribuem para a sua criação no nosso imaginário como um espaço intemporal, suspenso entre a terra e o mar. Por outro lado, a paisagem aparece-nos como um dos principais recursos de atracção turística, já que sintetiza as relações entre a actividade turística e o ambiente, de cuja relação harmónica depende o desenvolvimento socioeconómico de um destino (Careto e Lima, 2007).

Ferreira (2008) ao incidir no estudo do turismo sustentável em economias insulares chama a atenção para alguns aspectos fulcrais que não devem ser menosprezados em contextos insulares tais como:

- Controlo e uso da intensidade das actividades turísticas (saber a partir de que nível de turistas começam a aparecer níveis de densidade e intensidade com probabilidade de se tornarem nefastos para o equilíbrio da actividade turística);
- Disponibilidade de água (o consumo de água pelos turistas é normalmente o dobro ou triplo do consumo realizado pelos residentes; a água tanto pode parecer como

um factor inibidor do desenvolvimento do turismo como do aparecimento de tensões em destinos que detenham poucos recursos aquíferos);

- Tratamento de lixos (problemas de gestão dos desperdícios líquidos, contaminação de recursos fundamentais como as praias, lagos, rios, etc., além do aumento das doenças ou danos na vida selvagem devido à poluição gerada quer pelos resorts quer pela comunidade e a poluição visual causada pelos resíduos sólidos);
- Energia (os custos de energia associados ao seu consumo é um factor que não pode ser negligenciado numa pequena economia insular, principalmente as dependentes do exterior);
- Capacidade de carga (as ilhas são de reduzida dimensão territorial daí ser importante ter em conta o número de turistas que podem ser alojados num determinado local ou área sem o danificar ou reduzir o nível de satisfação do turista).

As pequenas economias insulares fazem parte de contextos ambientais de elevada vulnerabilidade. Para Ferreira (2008) os aspectos que as distinguem das outras vão desde a pequena dimensão do mercado interno; base limitada dos recursos domésticos; à distância e isolamento geográfico; capacidade institucional limitada e susceptibilidade aos riscos naturais e mudanças ambientais.

A massificação de lugares com aptidão turística obriga a que se tenha em conta a capacidade de carga turística³ dos mesmos como garante da protecção e conservação dos locais e de assegurar experiências de qualidade aos visitantes.

Ferreira (2009, citando Morey 1991) retrata o que acontece quando o princípio de capacidade de carga é negligenciado em contextos insulares. Como exemplo disso aponta os impactes ambientais negativos ocorridos nas ilhas Baleares provocados pelo turismo de massas que se traduziu em: (1) Contaminação sobre as águas do litoral como consequência das novas urbanizações, hotéis e outros alojamentos turísticos e o aumento das embarcações desportivas; (2) Desaparecimento e degradação de espaços naturais causados pela transformação de comunidades naturais em espaços urbanizados

³ Segundo a OMT, por capacidade de carga turística entende-se o número máximo de pessoas que podem visitar um lugar turístico sem prejudicar o meio físico, económico ou sociocultural e sem reduzir de forma inaceitável a qualidade da experiência dos visitantes.

sem vegetação; (3) Transformação dos espaços agrícolas, devido ao abandono por parte dos agricultores; (4) Eliminação da flora e da fauna local, por acção directa de ocupação do espaço pelas construções turísticas; (5) Degradação da paisagem, sobretudo a do litoral por hotéis e urbanizações, e a paisagem rural por segundas residências; (6) Degradação dos monumentos artísticos e lugares históricos e jazidas arqueológicas; (7) Perda de identidade cultural e histórica.

Quanto à realidade cabo-verdiana para além dos desafios da insularidade acima referidos enfrenta outras limitações que poderão vir a ter repercussões ambientais danosas e ser agravadas com o desenvolvimento da actividade turística no arquipélago. Destacam-se: os problemas energéticos⁴ em que a Electra é a única empresa de produção e distribuição de energia eléctrica apresentando ainda sérias dificuldades em satisfazer a crescente procura em energia nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Sal e Boa Vista; a água é um bem escasso devido à limitada pluviosidade média anual (227 mm) e a sua cobertura em termos de abastecimento nas zonas urbanas principais e secundárias é muito baixa (Fonseca, 2010); fraqueza institucional e incapacidade de fazer cumprir as leis ambientais.⁵

A busca de uma solução eficaz para a gestão dos resíduos produzidos (o país não possui um sistema de tratamento e valorização de resíduos) continua a ser um grande desafio para o arquipélago, como também para outros países insulares.

De acordo com Jumeau (2008) o espaço limitado e o aumento crescente do número de turistas fazem com que se torne difícil para os países insulares gerirem os seus resíduos, no entanto, as limitações de espaço não constituem o único problema. Segundo o referido autor, a falta de tecnologias adequadas dificulta o correcto tratamento das águas residuais ou a reciclagem de plásticos, metais ou papéis. Nas Caraíbas, cerca de 90% das águas residuais são lançadas ao mar sem tratamento. Nas ilhas do pacífico a realidade é semelhante com cerca de 98% das águas residuais não tratadas. O lixo lançado ao mar acaba por chegar às praias das ilhas pela acção das marés. As ilhas

⁴ No relatório de seguimento do plano estratégico de redução da pobreza (PERP) em Cabo Verde produzido pelo FMI em 2010 realça como constrangimentos estruturais severos e limitações irreduzíveis ao crescimento a energia, os transportes e a geografia.

⁵ Extracto da entrevista realizada pelo Jornal Expresso das Ilhas N°474 de 29/12/2010 a José Melo (presidente de uma ONGA) ver em **anexo 2**.

Seychelles são tão famosas pelas suas praias cheias de lixo como pelas suas tartarugas gigantes. Só 6% dos resíduos gerados na ilha de Madagáscar são reaproveitados regularmente e em Samoa os espaços são invadidos pelo lixo.

Ressaltando a importância do planeamento ambiental, para Partidário (1993) descuidar o ambiente tem custos económicos, sociais e culturais cada vez mais elevados. Entender o ambiente e a sua complexidade não é tão linear e óbvio como alguns o julgam.

A situação económica dos países em desenvolvimento, segundo a autora, poderá dificultar o planeamento ambiental integrado. A percepção ambiental da população depende do nível de satisfação das suas necessidades básicas e, bem assim, a sua receptividade a medidas de gestão sustentável dos recursos e de protecção ambiental em geral. Se é certo que o envolvimento e a colaboração da população em geral é condição *sine qua non* para a protecção adequada do ambiente, então mais uma vez surgem os factores sócio-económicos a par com os factores ambientais, com os últimos condicionados pelos primeiros.

Torna-se necessária a existência de parcerias entre os interesses económicos e ambientais uma vez que são áreas que se entrecruzam, apesar de possuírem ritmos de funcionamento diferentes.

De acordo com Ruschmann (2008) os mecanismos de mercado por si só não impedem que a degradação ambiental ocorra, motivada pelos seguintes factores:

- a) O mercado geralmente funciona com uma visão de curto prazo, ao passo que as consequências ambientais se manifestam a longo prazo;
- b) O mercado não tem condições de medir as modificações que ocorrem nos múltiplos componentes que garantem a qualidade do ambiente; e quando possui essas informações não as revela;
- c) Existem bens ambientais que devem ser preservados apesar do seu potencial para o turismo; correspondem a ecossistemas valiosos, paisagens, sítios únicos, monumentos da natureza, etc.

Pode dizer-se que no que diz respeito ao impacto do turismo no ambiente, os níveis culturais e de civismo dos viajantes e visitantes reflectem-se, logicamente, nas atitudes que assumem e no respeito que revelam quanto à preservação e à limpeza dos recursos

naturais que visitam ou utilizam. Mas não é apenas ao nível dos visitantes ou utilizadores dos recursos naturais que se situam os riscos de deterioração e destruição. De facto, desde os responsáveis nacionais, regionais e locais até aos empresários que decidem a construção de hotéis e restaurantes, abundam os maus exemplos de ordenamento urbano e paisagístico que afectam os indispensáveis equilíbrios estéticos e ecológicos e acabam por se reflectir negativamente nas potencialidades de utilização turística desses recursos e no próprio meio ambiente (Baptista,1990).

2.2.2. Impactes sócio-culturais

A actividade turística proporciona um intercâmbio internacional de pessoas pertencentes às mais diversas origens, culturas e países. Das interacções entre turistas/ comunidade anfitriã resultam os impactes sócio-culturais.

Segundo Kadt (1979) o contacto turista/residentes faz-se em três ocasiões:

- O turista compra bens e serviços dos residentes;
- Os turistas e residentes partilham os mesmos espaços físicos (praias, espectáculos);
- Os turistas e residentes encontram-se para trocar conhecimentos e ideias.

Para o autor os encontros turistas/residentes classificam-se consoante o estado de desenvolvimento do turismo em que são produzidos e o tipo de turista.

A interacção residente - turistas é geralmente breve e temporária. O turista normalmente permanece no destino um curto período de tempo, portanto não há oportunidade para o desenvolvimento de relações significativas entre ambas as partes (Reisinger,2009).

O grau de conflito que poderá ocorrer entre o residente e o turista depende da similaridade dos seus padrões de vida, do número de turistas e a sua capacidade de se adaptar às normas locais (Mill e Morrison, 1992).

Para Baptista (1990), o impacte sociológico e cultural do turismo nos países de acolhimento depende de vários factores, designadamente:

- (1) Tipo de turismo praticado (grupo, individual, independente, circuito, estada, etc.), que favorece ou evita o contacto;
- (2) Características socioeconómicas e características do turismo na região receptora, como sejam:
 - (a) desenvolvimento da região;
 - (b) riqueza da cultura e seu enraizamento nas populações visitadas;
 - (c) mentalidade dos autóctones face aos estrangeiros;
 - (d) tipo de alojamento e, sobretudo, respectivo grau de integração na população local (“guetos” turísticos ou alojamento de residência);
 - (e) volume da frequência turística e sua concentração no tempo e no espaço;
- (3) Características socioeconómicas e hábitos turísticos da região emissora .

Existem numerosos estudos científicos que abarcam os impactes culturais do turismo. Por norma esses ganham maior visibilidade à medida que se intensifica a actividade no país receptor aumentando assim o nível de transformações culturais em consonância com o aumento do número de turistas.

A literatura existente demonstra que os impactes socio-culturais podem revelar-se ambivalentes apresentando com isso efeitos tanto positivos como negativos. Cunha (1997) identifica alguns efeitos socio-culturais do turismo onde se destacam:

- Efeito sobre o consumo e comportamentos sociais (o “efeito demonstração” em que a população de regiões receptoras menos desenvolvidas tendem a imitar os hábitos de consumo dos turistas aumentando o consumo de produtos importados por parte da população local e alterando a estrutura de consumo);
- Turismo como factor de marginalização das populações locais e veículo de tensões sociais;
- Agente de transformação do meio rural (ao nível da propriedade agrícola e da economia local, mudança de mentalidade);

- Descaracterização da região com mudança dos valores locais pelos alheios produzindo uniformização e reduzindo ou eliminando as diferenças.

As relações turistas / residentes podem se tornar muito perniciosas quando os primeiros passam a ser vistos exclusivamente como uma fonte de renda ou como um alvo que proporcione o aumento de recursos materiais.

Wahab (1988) ilustra essa situação ao referir-se aos riscos de comercialização da hospitalidade. Para o autor, existe uma tendência de comercialização das relações humanas no turismo que deveria ser freada, pois caso contrário a imagem dos países receptores será deteriorada.

Quando a população ou um segmento desta população vê os turistas somente como fonte de renda, as relações tornam-se cada vez mais comerciais e logo a curiosidade natural e o interesse social desenvolvem-se numa perspectiva meramente comercial. Da parte dos turistas este tipo de tratamento também seria criado caso se comportassem de maneira desdenhosa em relação à população.

Por a interacção entre turistas e a população local ser desigual e desequilibrada produz significados diferentes para ambos os lados. Os turistas e os anfitriões têm status social diferente, desempenham papéis diferentes e têm objectivos diferentes. Os turistas são para serem servidos, ao passo que os anfitriões são os servidores; os turistas buscam o lazer enquanto os anfitriões estão a trabalhar; os turistas são motivados para o lazer e o divertimento, os anfitriões são motivados por ganhos financeiros. Como resultado são desenvolvidas diferentes atitudes e comportamentos de uns em relação aos outros (Reisinger, 2009).

Para alteração deste cenário Baptista (1990) sugere o desenvolvimento de uma compreensão mútua entre turista e residente e um maior investimento por parte dos países receptores através da educação e dos meios de comunicação para poder estancar esse problema.

Estudos anteriores, realizados por Kadt em 1979, já manifestavam essa preocupação ao frisar que um dos impactes mais notáveis do turismo fazia-se sentir sobre os valores tradicionais da população local. As relações sociais e humanas transferem-se para a esfera económica e tornam-se um recurso financeiro indispensável à existência. Para além deste facto, Kadt chama a atenção para a existência de muitos estudos atribuírem

mudanças provocadas pelo turismo na moralidade ou nos hábitos sexuais dos residentes fazendo florescer a prostituição nos centros turísticos. No entanto, destaca o facto do turismo não representar o único veículo de mudança nas comunidades. A rádio, a televisão e as publicidades comerciais que são habitualmente assimiladas pelas comunidades também contribuem para mudanças de valores e mentalidades.

Segundo a OMT (1998) a relação entre turismo internacional e população local pode provocar ressentimentos nos segundos principalmente nos países em vias de desenvolvimento. Esta atitude será tanto maior quanto maior for as diferenças de nível económico entre os turistas e os residentes. Nestas circunstâncias alguns focos de tensão social devem ser tidos em conta tais como: o surgimento de guetos luxuosos próximos de zonas extremamente pobres; a ocupação de postos de trabalho mais qualificados por trabalhadores estrangeiros; os salários mais baixos aos trabalhadores nacionais, etc.

Esta posição é reiterada por Wahab (1988) ao referir-se ao facto de se as diferenças económicas, culturais e sociais entre o turista e os residentes serem muito marcadas poderá resultar em experiências traumatizantes. O contraste entre a vida de lazer do turista e a pobreza de alguns segmentos da população em certos países turísticos torna a miséria destas pessoas ainda mais patente, acentuando-as. Neste caso, a situação seria embaraçante não só para os turistas como também para a população local, da qual alguns elementos poderiam querer molestar os turistas pedindo esmolas ou perturbando-os.

O importante para ser assimilado é que os encontros pessoais entre turistas e residentes envolvem um contacto humano directo, que pode ser positivo, negativo ou simplesmente superficial, indiferente para ambos os lados. No entanto, as muitas relações pessoais que ocorrem nas localidades turísticas tornam-se um factor fundamental na avaliação posterior do turista sobre a qualidade de sua experiência, o que se tornará decisivo quando decidir ou não pelo retorno ao mesmo local (Dias, 2008).

Por outro lado, para a maior parte dos turistas a viagem não ficará completa sem a compra de lembranças, quer para consumo pessoal quer para oferecer a amigos ou familiares de volta a casa e, em alguns casos, o fazer compras tornou-se num componente importante da experiência turística (Goss, 2004). Em relação às artes,

trabalhos de artesanato e manifestações culturais, a procura dos *souvenirs* pelos turistas pode levar a um declínio da qualidade dos objectos artísticos e culturais produzidos. Verificam-se muitas vezes alterações na forma tradicional de execução dos produtos e adaptações dos mesmos às preferências dos turistas. Por outro lado o turismo pode contribuir também para a conservação cultural e a revitalização da cultura e de festividades (Kadt,1979).

De acordo com Reisinger (2009) os impactes do turismo na cultura manifestam-se da seguinte forma:

- Erosão/ desgaste da cultura local (com o aumento das viagens internacionais e do número de procura de produtos turísticos dá-se uma massificação nas produções modificando a arte e produções artesanais e deteriorando os seus valores simbólicos e significados originais);
- Transformação cultural derivada da exploração comercial da cultura local em que os *souvenirs* perdem a autenticidade podendo ser encontrados em vários países e regiões havendo poucas semelhanças com as produções locais tradicionais;
- Hostilidades culturais (resultantes da destruição dos modos de vidas tradicionais e da economia local. A dependência de empregos não qualificados e a precariedade laboral gera revolta por parte da população local, rejeitando a presença de turistas e desenvolvendo comportamentos agressivos);
- Recurso a encenações e a experiências culturais artificiais como estratégia de proteger e isolar a cultura local dos impactes negativos e das pressões da massificação turística;
- Autenticidade nas experiências turísticas (perda de produtos culturais genuínos, autênticos);
- Rejuvenescimento de formas de arte tradicionais que, com o turismo ganham nova dinâmica tornando-se activos;
- Mercantilização da cultura em que a cultura passa a ser tratada como uma mercadoria para venda. As experiências culturais vivenciadas pelos turistas para

além de se tornarem artificiais e superficiais distorcem a realidade cultural existente;

- Transformações na cultura (em que o turismo torna-se num meio de transformações da cultura resultante das interacções e influências do turista na população local);
- Difusão da cultura (difusão de elementos culturais como ideias, valores, alimentação, formas de vestir, religião, tecnologias entre elementos de uma mesma cultura ou de uma cultura para a outra);
- Conflitos culturais (tensões sociais derivadas de mal-entendidos a nível das diferentes culturas em interacção).

Nota-se no entanto que o maior problema na identificação dos impactes socioculturais resultantes do turismo está no facto destes precisarem de muito tempo para se fazerem notar. Enquanto os efeitos económicos do turismo são rapidamente perceptíveis, as mudanças nas sociedades revelam-se imperceptíveis apesar de acumulativas. Um outro aspecto que dificulta essa identificação dos impactes culturais gerados pelo turismo está no facto de existirem outros canais que exercem influência nas sociedades como a rádio, jornais, televisão. Cabe aos planeadores da actividade turística adoptar estratégias de acompanhamento das mudanças e reagir aos mesmos sempre que necessário (Lickorish e Meninis, 1997). Como estratégia de gestão para os impactes sociais e culturais, os referidos autores recomendam: (i) incorporar no processo de planeamento sondagens de opiniões representativas do lugar proposto para qualquer desenvolvimento turístico; (ii) submeter a inquéritos periódicos as opiniões representativas sobre o impacto do turismo em cada fase de desenvolvimento; (iii) estudar as experiências de outros países a esse respeito de forma a servir de orientação a longo prazo.

2.2.3. Impactes económicos

O desenvolvimento da actividade turística tem-se apresentado como uma potencial alternativa aos países para fazerem crescer a sua economia. Se esta actividade tem sido promissora para os países e regiões derivado das vantagens económicas que acarreta,

também é alvo de cobiça por parte das populações que reconhecem nela uma importante fonte de absorção de mão-de-obra e de melhoria das suas condições de vida.

Apesar disso, a extensão dos efeitos do turismo sobre a economia de certo país e a justificativa para lhe ser ou não concedida prioridade no plano de desenvolvimento económico, diferem de país para país. Essa prioridade depende principalmente do estado da economia desse país, do número de alternativas de desenvolvimento que lhe são abertas, do desenvolvimento da sua infra-estrutura e do peso das atracções turísticas que possui (Wahab,1988). Nesta óptica pode-se dizer que a actividade turística exerce uma maior influência nos países de economias pouco desenvolvidas que nos países desenvolvidos.

Mesmo partindo do pressuposto que a determinação dos efeitos do turismo é uma tarefa complexa pelo facto de não existir nenhum instrumento específico de análise que permita obter uma avaliação integral do fenómeno turístico (Cunha, 1997) pretende-se elencar alguns dos principais impactes económicos gerados pela actividade turística.

Na literatura existente destaca-se um consenso generalizado sobre os impactes económicos do turismo. Os efeitos económicos do turismo num nível nacional (macro) pode ser considerado através de dois ângulos directos e indirectos (Wahab, 1988) :

A. Os efeitos directos que o turismo normalmente tem sobre a economia, incluindo:

- o efeito na balança de pagamentos;
- o efeito no nível de emprego;
- o efeito na redistribuição da renda.

B. Os efeitos indirectos que as actividades de turismo originam, incluindo:

- o efeito multiplicador;
- o efeito no mercado para certos produtos;
- o efeito no sector público (impostos).

A actividade turística pode ser uma via para o aprofundamento das relações económicas entre dois países, sobretudo, quando existe entre eles diferenças de nível em termos de desenvolvimento turístico, porque proporciona novas formas de cooperação e de desenvolvimento de negócios (Cunha, 1997). O turismo pode mostrar-se como uma oportunidade para a internacionalização, modernização e de diversificação das economias dos países que estão ainda numa fase incipiente de desenvolvimento turístico.

Por outro lado, o turismo obriga e justifica o lançamento de infra-estruturas e de equipamento social que, de outro modo, seria difícil implantar e que servem não só a população local mas também permitem a instalação de outras actividades que acrescem a produção local. A construção de vias de comunicação, as redes de saneamento básico, o abastecimento de água e electricidade, a instalação de estabelecimentos bancários e serviços públicos só se justifica, em muitas regiões, a partir de certa dimensão, em função do seu desenvolvimento turístico, tornando-se, a população local beneficiária desses equipamentos (Cunha, 1997).

No entanto, Wall e Mathieson (2006) alertam para o facto de existir uma vasta literatura e estudos realizados sobre os impactes económicos do turismo e uma divulgação intensiva dos seus benefícios em detrimento dos seus custos propicia um ambiente generalizado de optimismo por parte dos governantes que encaram as potencialidades económicas do turismo como forma de estimular o desenvolvimento económico dos países enquanto a variedade de custos que à actividade se associa são ignorados.

Para a avaliação correcta dos impactes económicos da actividade turística os seus custos devem ser considerados ao mesmo tempo que se considera os seus benefícios. Segundo a OMT (1998) é crucial que não sejam negligenciados os custos inerentes ao turismo onde se destacam:

- Os custos de oportunidade. Em que se avalia os benefícios económicos retirados do investimento de determinados recursos no turismo e os benefícios que se retirariam caso esses recursos tivessem um uso diferente. A dificuldade existente em avaliar os custos de oportunidade correctamente faz com sejam ignorados na planificação do desenvolvimento da actividade turística.

- Os custos derivados das flutuações da procura turística. A redução da procura turística afecta de forma generalizada toda a economia em que os efeitos são sentidos de forma mais intensa nos países em desenvolvimento que têm uma economia mais dependente da actividade turística.
- Possibilidade de inflação gerada pela actividade turística. A subida de preços de bens e serviços disponíveis no destino provoca, consequentemente, uma redução da capacidade económica da população residente.
- Excessiva dependência do capital de investidores estrangeiro. Em determinados destinos um número elevado de instalações turísticas pertencem a investidores estrangeiros e, portanto, a maioria dos benefícios gerados pela actividade turística saem fora das fronteiras do país receptor da actividade para serem distribuídos pelos países de origem dos investidores.
- Distorção na economia local. O turismo pode prejudicar o desenvolvimento de outros sectores económicos ou de outras regiões do mesmo país. Acontece quando o turismo está excessivamente concentrado numa determinada região ou quando se dá a transferência da mão-de-obra de outras actividades tradicionais para o turismo.

Referindo-se aos efeitos económicos negativos que o turismo poderá causar, Baptista (1990) salienta o facto de que quando a actividade turística implantada numa determinada região constitui um contraste nítido, em termos socioeconómicos, com as actividades tradicionais e de maior expansão, poderão ainda surgir tensões no domínio das solicitações de emprego, geralmente melhor remuneradas do que nas actividades tradicionais, sobretudo quando são predominantemente sazonais, pois surge a desmotivação para o retorno às ocupações anteriores, sem a contrapartida de uma ocupação permanente. Situações deste tipo, principalmente quando não são acompanhadas de adequada formação profissional, criam frustrações e afectam as qualidades de trabalho e a produtividade, com naturais reflexos negativos de natureza social.

Na verdade, existe uma clara dificuldade e limitação em encontrar instrumentos ajustados para mensurar os impactes gerados pela actividade turística. Existem muitos estudos a este respeito realizados por várias áreas e recorrendo a escalas muito diferentes uns dos outros, como também, verifica-se uma tendência nos mesmos em concentrarem-se na medição dos impactes fáceis de medir ignorando os intangíveis e de difícil quantificação (Butler,1993).

O que é mais ou menos consensual é que o turismo tanto para maximizar os seus efeitos sobre o desenvolvimento económico, como para evitar ou atenuar as situações de dependência económica que pode provocar, tem de ser integrado numa concepção global de desenvolvimento não podendo ser considerado isoladamente. Cunha (1997) é da opinião que a longo prazo, o desenvolvimento turístico que se processe fora de uma concepção global de desenvolvimento económico do país ou de uma região provocará efeitos perversos e poderá destruir as bases essenciais que o fundamentam.

No que concerne ao papel do turismo nos países em vias de desenvolvimento , na perspectiva de Wahab (1988) o crescimento económico tem sido feito através de uma industrialização forçada baseada principalmente na produção de bens de capital. Infelizmente, o sistema de preços como um mecanismo para promoção e criação de novas indústrias parece ser ineficiente em países realmente necessitados em reduzir o seu volume de importações e concorrer no mercado internacional. No entanto diversos são os benefícios económicos que podem ser auferidos dos investimentos estrangeiros desde que não ultrapasse um certo limite, permitindo um certo retorno para o país receptor, isto é, desde que o sector de turismo não caia completamente nas mãos de investidores e agentes estrangeiros.

No caso de Cabo Verde nota-se ainda um elevado défice de estudos científicos sobre os impactes do turismo no arquipélago. No entanto, um estudo realizado no arquipélago com o intuito de compreender o papel do turismo no desenvolvimento de Cabo Verde, Cabral (2005), chega às seguintes ilações:

- Os impactes económicos do turismo estão abaixo das expectativas criadas (não obstante o crescimento do peso do sector no PIB);
- Verifica-se que os investidores privados estrangeiros são os maiores beneficiários do turismo, em detrimento das comunidades locais (para o autor

isso deve-se em parte à venda das infra-estruturas turísticas a estrangeiros e também pela ausência de uma estratégia nacional para o desenvolvimento de um turismo sustentável e benéfico para a comunidade);

- Nota-se o efeito da sazonalidade, assim como, os preços inflacionados e os baixos salários praticados;
- Aumento dos preços dos terrenos (beneficiando aqueles que investiram na sua compra e nalguns casos provocando aumento dos impostos sobre a propriedade);
- O turismo não tem sido um instrumento de combate à pobreza em Cabo Verde. O autor no decorrer da sua investigação encontrou uma ausência de articulação entre o sector turístico, um dos sectores que mais cresce e atrai maior investimento directo estrangeiro, e as estratégias de combate à pobreza adoptadas.

Por fim, Cabral sugere um novo modelo de turismo para o arquipélago para colocar as populações locais no centro do planeamento, da implementação e monitorização da actividade turística.

Barros (2007) reportando a investigação à ilha do Sal procurou apurar o impacte do turismo no desenvolvimento sócio-económico da referida ilha. Conclui que o turismo se mostra como um grande impulsor da economia da ilha do Sal (facto evidenciado pela baixa taxas de desemprego na ilha), no entanto, aponta para a necessidade de existência de debates a nível nacional e estudos científicos sobre as consequências do turismo no arquipélago.

2.3. Formas de envolvimento e de participação da população

A actividade turística é uma actividade complexa que implica o envolvimento articulado de vários agentes e serviços públicos/privados, assim como, a participação da comunidade receptora na actividade.

Sendo uma actividade geradora de transformações de várias ordens, que provoca alterações no quotidiano das pessoas, o seu planeamento e definição de estratégias requer o princípio de inclusão de todos os agentes envolvidos. Para o referido estudo define-se a participação como o envolvimento das populações ou de segmentos/estratos da população para a resolução de problemas próprios (Jacinto, 2001).

Dotar a população (pessoas singulares ou colectivas) de condições para que possa participar de forma activa e consciente nas decisões cujas consequências interferem directamente nas suas vidas constitui uma exigência das sociedades democráticas (no sentido mais lato) e do desenvolvimento do turismo sustentável (no mais restrito). No entanto, não se pode menosprezar o facto da participação poder envolver lutas de poder no sentido de determinados grupos manterem os seus privilégios. Mohan (2002) chama atenção para este facto frisando que inclusive muitas entidades pró-participação mostram-se relutantes em liberar o controlo participativo tornando o acto participativo algo conflitual e objecto de lutas em que os grupos menos poderosos devem lutar para aumentar o controlo sobre as suas vidas.

No entanto, segundo Silva e Silva (1998) no campo turístico os interesses cooperativos devem prevalecer sobre os competitivos. Quando se procura “vender” um local, todas as entidades que operam no local têm influência decisiva sobre a imagem que dele se constrói e, portanto, sobre a capacidade de atracção futura. Assim sendo, a pertença a um local e a legitimidade de o querer como centro turístico deve prevalecer sobre as eventuais divergências de objectivos, designadamente temporais, dos actores que aí se acolhem.

Investigações apontam para o facto da importância da compreensão das percepções/actitudes da população e da sua integração no delinear de estratégias para o desenvolvimento turístico no destino ser vital para obter a sua cooperação e atenuar os futuros problemas e tensões resultantes dos impactes da actividade (Andriotis, 2004; Nunkoo, 2009; Richards e Hall, 2000; Sarikaya e Sönmez, 2002; Wang e Pfister, 2008).

O sucesso do planeamento turístico a longo prazo dependerá da habilidade durante o processo de planeamento em gerar um compromisso emocional com a população local que só poderá ser alcançado com a criação e utilização de todos os tipos de instrumentos de forma a envolver todos os participantes. Ajudar os residentes a compreender e a

apreciar de forma crítica as decisões relativas ao desenvolvimento da actividade que terá repercussões na sua vida quotidiana pode aumentar a sustentabilidade do turismo e o desenvolvimento da comunidade a longo prazo (Reid, Mair e George, 2004).

É importante clarificar que a sustentabilidade político-institucional dos destinos turísticos depende, em grande parte, da capacidade de participação e do engajamento efectivo da sociedade. Não basta que o governo defina regiões e crie produtos ou roteiros turísticos para entrar no mercado. É preciso que a sociedade se apodere deles, lidere o seu desenvolvimento e trabalhe em cooperação com o Estado para estimular a organização de verdadeiros sistemas turísticos que sejam colocados no mercado, nesse caso, como produtos turísticos (Scarpati, 2008).

A Agenda 21 destaca-se como um importante instrumento que incita ao envolvimento das populações na actividade turística. Esta ideia é abordada e defendida como uma das áreas prioritárias da Agenda 21 que se ocupa da participação de todos os sectores da sociedade no turismo. A ênfase na participação dirige-se para a criação de oportunidades para todos os sectores sociais, com igual inclusão de mulheres, jovens, pessoas idosas e indígenas, de forma adequada à cultura e formas comunitárias. Para se obter a máxima participação de todos os sectores da sociedade no turismo requerem-se programas de capacitação adequados (OMT, 1999).

De acordo com a Agenda 21 (Secção III, Cap. 23) um dos requisitos fundamentais para a concretização do desenvolvimento sustentável é uma ampla participação pública na tomada de decisões. Nesta perspectiva, a importância da disponibilidade e uso da informação são questões que atravessam todos os capítulos do referido documento.

Incidindo na importância da participação pública, na óptica de Partidário (1999: 112) para que seja eficaz deve fazer parte de um processo que conceda às pessoas uma oportunidade ou, mais correctamente, que as encoraje a exprimirem as suas opiniões. Este processo deverá levar também as pessoas a sentirem-se confiantes de que os valores, as preocupações e as preferências do público são tidos em conta quando as decisões são tomadas.

Nesta lógica, Partidário apresenta determinadas condições inibidoras, ou não, da participação pública e as vantagens dessa participação para a estabilidade social.

No que concerne às condições, a participação pública assenta numa opinião esclarecida. Não é possível esperar que um conjunto de indivíduos ou organizações possa participar de forma efectiva se não entender a lógica, os fundamentos e os objectivos da proposta de desenvolvimento sobre a qual a sua opinião é solicitada.

Para que possa ser útil, a participação do público exige a disponibilização de informação adequada e relevante. Sem isso, os valores, críticas, questões e propostas apresentados por indivíduos, grupos ou organizações, apresentados formal ou informalmente, quando solicitados ou não, jamais poderão influenciar a tomada de decisão.

Por outro lado a promoção da participação agrega vantagens. O envolvimento de todos leva a uma co-responsabilização que é o primeiro passo para a redução de conflitos.

Partidário (1999), sugere sete níveis de envolvimento do público, cuja viabilidade se relaciona com o contexto sócio-económico vigente.

Quadro 2 - Graus de envolvimento do público

Persuasão	Utilização de técnicas de envolvimento público procurando alterar atitudes do público sem criar expectativas de participação no processo de planeamento
Educação	Disseminação de informação criando consciencialização
Retroacção de informação	Distribuição de informação sobre uma situação (política, programa) solicitando resposta do público
Consulta	Uso de diálogo formal entre as autoridades e o público na base de objectivos inicialmente estabelecidos e mutuamente aceites
Planeamento conjunto	Decisão partilhada. Público representado em órgãos competentes, com direito a voto e autoridade decisional
Delegação de competências	Transferência de responsabilidades
Auto-determinação	Público conduz directamente o processo de planeamento

Fonte: Extraído de Partidário (1999: 114) citando PRAXIS (1988)

A participação pública, ainda segundo Partidário, é uma actividade que pode adquirir diversas formas ao longo de um processo de planeamento ou avaliação. Estas formas de participação do público são função do tipo de informação que se pretende transmitir, e da natureza das opiniões que se procura obter em cada fase de desenvolvimento. Não é possível esperar uma participação pública eficaz se o contacto com o público é feito de forma fugaz e em fases finais do processo de decisão.

No seio das várias abordagens de planeamento turístico, insere-se também a baseada na comunidade. Na medida do possível, deve haver um envolvimento máximo da comunidade local no planeamento e no desenvolvimento do turismo, acumulando os benefícios para estas comunidades, incluindo os grupos de minorias e desfavorecidos (OMT, 2003).

Apostando em modelos mais inclusivos e participativos da população destaca-se a convenção de Aarhus (Dinamarca) adoptada em 1998 e ratificada pela União Europeia em 2001, com o intuito de proporcionar o direito ao acesso à informação, à justiça e à participação do público na tomada das decisões em matéria de ambiente.

Para além da pertinência da convenção em ligar o direito ambiental aos direitos humanos, constitui muito mais que um acordo ambiental internacional na medida em que vai ao cerne das relações populações/governos apelando a princípios e valores fulcrais como a transparência, a responsabilização e credibilidade dos indivíduos e das instituições.

Convém ressaltar o facto dos formatos interventivos e participativos da população associarem-se a contextos políticos democráticos, traduzirem o exercício de cidadania, e que, mesmo assim, isso não constitui uma garantia da sua operacionalização.

De acordo com Jacinto (2001) a componente autárquica da democracia representativa é a que mais sinergias suscita com a democracia participativa. O debate actual acerca da democracia local é centrado quer no papel que desempenham os governos locais em relação aos processos de democratização à escala nacional, quer quanto às possibilidades de estimular e desenvolver modelos e processos de participação dos cidadãos nos municípios, na tomada de decisões colectivas.

Mota (2005), citando António Barreto, afirma que para este autor a participação é uma escolha e uma técnica, através das quais os cidadãos tentam influenciar as decisões que

lhes interessam ou um acto de vontade das autoridades públicas no sentido de envolver os cidadãos na elaboração e tomadas de decisão. Neste último sentido trata-se de participação organizada, que implica a existência de mecanismos de consulta e co-decisão, o que pressupõe a existência de associações representativas de cidadãos, grupos e interesses, mas também o tomar em consideração a opinião individual, característica essa que tem vindo a desenvolver-se ultimamente no seio da emergente sociedade da informação (através, por exemplo, da utilização cada vez mais generalizada do correio electrónico e fórum de discussão).

É frequente existirem cenários em que por um lado, os decisores e especialistas clamam que a “população não quer participar”, por outro, a população afirma que “participar não provoca alterações”. Havendo pois, um hiato entre decisores e especialistas e as populações, uma falta de participação efectiva, novas exigências de intervenção no processo de decisão pública e a ausência de formatos apropriados de resposta (Vasconcelos, 2006).

Há que desenvolver técnicas de forma a evitar o afastamento da população dos centros decisores e, com isso, atenuar o fosso existente em determinados contextos entre a população, técnicos e o poder político.

Tosun (2000) investigou os problemas comuns de desenvolvimento participativo em geral e em muitos países em desenvolvimento em particular. O autor sugere que, embora a participação da comunidade no turismo seja altamente desejável, parece haver fortes limitações operacionais, estruturais e culturais desta abordagem de desenvolvimento do turismo em muitos países em desenvolvimento.

Entre as limitações existentes nesses países, destaca: a) Falta de informação; b) Falta de coordenação e cooperação entre os diversos departamentos do governo em prejuízo da qualidade do produto turístico e do desenvolvimento participativo; c) outras limitações estruturais (atitude dos profissionais que não têm contacto estreito com a população local, ausência de uma estrutura jurídica que defenda os interesses da comunidade e o direito de participação, custo elevado da participação da comunidade – exige tempo, dinheiro, competências para organizar e sustentar a participação).

Segundo Partidário (1999), em termos de técnicas de participação um dos pressupostos chave é saber identificar exactamente quais são os grupos-alvo que devem ser chamados a participar. De seguida definir as formas e mecanismos que permitem a comunicação e envolvimento dos grupos interessados. A eficácia, ou não, de cada uma das modalidades referidas no quadro acima dependerá das especificidades de cada contexto e dos níveis de maturidade das instituições democráticas existentes.

Identificam-se os modos principais de informação e envolvimento do público:

Quadro 3 - Meios de comunicação e participação do público

Media (imprensa escrita, rádio, televisão)
Envio pelos correios
Boletins informativos
Comunicados de imprensa
Publicidade
Editais em locais públicos
Inquérito público
Consulta pública
Reuniões com grupos-alvo
Audiências públicas
Exposições
Internet

Fonte: Partidário (1999)

A abordagem de envolvimento da comunidade local e a importância do seu consentimento e consciencialização nos projectos turísticos é defendida pela OMT (2003: 97) que sugere a organização de uma comissão dirigente para aconselhar na elaboração do plano turístico que inclua um porta-voz da comunidade. Se um projecto de desenvolvimento turístico seja um projecto de resort ou de ecoturismo, estiver projectado para um dado local devem realizar-se esforços no sentido de envolver as

comunidades desse local. Propõe-se a realização de reuniões com os residentes da comunidade, e em especial, com os líderes tradicionais e religiosos locais para explicar os benefícios e os problemas do turismo, discutir as abordagens para o desenvolvimento turístico possíveis de serem implementadas no local e reexaminar os diversos caminhos pelas quais as comunidades e aqueles que nelas residem podem participar do turismo e receber os seus benefícios.

A necessidade de envolvimento e de partilha de informações no planeamento do turismo deve-se ao facto de o turismo não ser uma actividade que possa ser planeada a portas fechadas. É preciso identificar seus impactes na sociedade, reconhecer os seus limites como actividade económica e desenhar estratégias que ampliem os benefícios sociais do seu desenvolvimento (Scarpati, 2008).

As comunidades locais, na maioria das vezes, são as que melhor conhecem a região e a sociedade local e podem, por isso, participar nos projectos, apresentar os seus pontos de vista e as possíveis alternativas acrescentando valor e sustentabilidade aos mesmos.

O conhecimento prático e do dia-a-dia dos actores locais é essencial. Eles podem oferecer importantes contribuições no que se refere às possibilidades e limitações do desenvolvimento turístico local e a respeito das formas práticas para superar problemáticas operacionais e estratégicas, até partilhando responsabilidades com o Estado (Scarpati, 2008).

Como forma de ultrapassar o problema, principalmente nos países em desenvolvimento, Tosun (2000) recomenda:

- Uma diminuição da burocratização e da centralização administrativa do desenvolvimento do turismo pelo governo;
- Na fase de exploração dos destinos turísticos capacitar locais para manterem o controle sobre o desenvolvimento do turismo antes dos destinos se mostrarem mais populares e atractivos.

2.4. Em resumo

O capítulo demonstra existir uma dinâmica conceptual em torno de conceitos como desenvolvimento e turismo sustentável. Interligados, esses conceitos apesar dos inúmeros esforços institucionais, têm-se revelado de difícil operacionalização dada a diversidade de entidades envolvidas e a divergência de interesses e prioridades estabelecidas.

Abordou-se a diversidade dos impactes do turismo nos países receptores onde se pode concluir que: i) a actividade turística acarreta impactes nos espaços onde se desenvolve podendo ser positivos e negativos. Por outro lado, a identificação dos impactes do turismo encontra-se condicionada pela natureza do próprio impacte. Os económicos são os mais visíveis e notam-se a curto prazo, enquanto os sociais-culturais e ambientais podem manifestar-se a longo prazo e são dificilmente mensuráveis; ii) os impactes da actividade turística não são lineares nem se manifestam de forma similar em todos os contextos; iii) o imperativo de um planeamento e gestão sustentável como forma de atenuar os efeitos negativos da actividade turística e potencializar os positivos.

O envolvimento e participação pública nas decisões como instrumento imprescindível para a sustentabilidade político-institucional dos destinos turísticos torna-se algo consensual. Apontou-se formas de estimular a participação pública e as vantagens de uma gestão inclusiva e participativa para o sucesso do planeamento.

Por último, pode dizer-se que a ideia mestra do capítulo é que o planeamento e a definição de estratégias para os destinos turísticos deve ser sustentável e, para isso, procura gerir de forma racional e equilibrada os impactes causados pelo turismo e estimular a participação de todos os agentes envolvidos na tomada de decisões.

3. As percepções e o turismo

Após abordar-se no capítulo anterior aspectos como a sustentabilidade do turismo retratando os tipos de impactes que a actividade pode causar no país receptor, este capítulo visa: abordar a percepção (3.1.); a percepção e os seus condicionantes (3.2.); a construção da percepção (3.3.); as percepções dos impactes turísticos (3.4.) quanto ao género (3.4.1.), área de residência (3.4.2.), tempo de residência (3.4.3.), idade (3.4.4.), escolaridade (3.4.5.), dependência económica (3.4.6.); as percepções em outros contextos insulares próximos (3.4.7); modelos explicativos para as atitudes (3.4.8.); a monitorização das percepções (3.4.9.) e o resumo (3.4.10.).

O capítulo visa perceber o processo da construção da percepção da realidade por parte dos indivíduos e as influências que determinados factores podem ter na forma como se percebe os impactes turísticos. Aborda ainda as percepções da população local sobre os impactes do turismo em realidades insulares próximas de Cabo Verde e, com isso, estabelecer analogias e recolher subsídios de orientação futura da actividade no território cabo-verdiano.

A articulação das percepções com as atitudes (atração/rejeição) desenvolvidas em relação ao turismo e, o facto das percepções estarem sujeitas a flutuações temporais, estudos de acompanhamento (monitorização) das percepções constituem instrumentos importantes a contemplar no planeamento do turismo o que justifica a sua integração no presente capítulo.

O turismo é uma actividade de extrema complexidade que envolve na sua realização vários agentes e acarreta amplas repercussões nas mais díspares esferas desde a económica, social, cultural, política à ambiental.

Sendo uma actividade que assenta na apropriação de espaços e no contacto entre culturas e civilizações, compreender e avaliar a forma como ocorrem as percepções torna-se um imperativo para um desenvolvimento turístico sustentável.

Se a percepção do espaço e do destino turístico pelos turistas constitui um instrumento imprescindível para o planeamento da actividade, a percepção da população local sobre a actividade turística também não deve ser descurada. O turismo, à semelhança de outras actividades, necessita de mobilizar a população local que contribui não só para a

construção e projecção internacional do destino turístico, como também, para a sustentabilidade da actividade.

Ao estudo da percepção liga-se directamente o estudo das atitudes na medida em que estas variam dependendo da percepção que se tem de alguém /grupos sociais ou de acontecimentos. Atendendo ao facto que as atitudes se caracterizam por três componentes o afectivo (sentimentos), o cognitivo (crenças, pensamentos, percepções) e o comportamental (acção), (Sperling e Martin, 1982), não se pode desvalorizar o facto de o turismo ser uma actividade que envolve pessoas e, conseqüentemente, emoções, percepções e comportamentos.

Sendo o turismo uma actividade que estimula a interacção social, Reisinger (2009) alerta para a influência exercida pelos valores culturais dos intervenientes. Os valores culturais determinam as motivações, o interesse dos participantes, as percepções, a vontade de cooperar ou competir e o estilo da comunicação. Nesta perspectiva a mútua percepção positiva contribui para melhorar as percepções das interacções sociais, assim como, o inverso as reduz negativamente.

Auscultar as percepções da população receptora em relação à actividade turística, para além de representar uma estratégia de envolvimento da população no planeamento da actividade e de promover a hospitalidade, constitui uma forma de evitar atritos futuros entre os diferentes agentes envolvidos na actividade.

Richards e Hall (2000) chamam a atenção para o facto da comunidade ser a pedra angular para o desenvolvimento da actividade turística. As comunidades humanas, existindo num sítio e tempo particular, representam o primeiro recurso do qual depende o turismo. São as comunidades que moldam as paisagens que os milhares de turistas consomem.

Pode afirmar-se que toda a actividade turística assenta num jogo de expectativas, motivações e percepções que desencadeiam acções que tanto poderão vir a conduzir ao bem estar social e à satisfação plena dos envolvidos, como poderão desenvolver frustrações, repulsa e antagonismos por parte dos envolvidos.

O ponto seguinte tem o propósito de abordar a construção das percepções e os seus condicionantes e analisar as formas como as populações locais percebem a actividade turística e os seus impactes.

3.1. A percepção

A percepção é uma construção que se define por ter a função de captação de informação dos acontecimentos do meio exterior, ou do meio interno, pela via de mecanismos sensoriais (Daron e Parot, 2001).

Não se resume a um simples registo do real que se absorve de forma passiva. Ao entrar-se em contacto com o mundo exterior recortam-se selectivamente, na realidade física que se defronta, informações específicas e excluem-se outras. Dependendo de cada indivíduo as informações provenientes do mundo exterior são seleccionadas, decodificadas e interpretadas. A percepção é uma leitura da realidade (Dortier, 2006).

Para Frémont (1980) se o comportamento humano difere profundamente de acordo com as idades, os sexos, as situações sociais, os caracteres, e se os espaços vividos, centrados em cada pessoa, são tão numerosos, variados, multiformes quanto o podem ser os homens, logo, a composição dessas percepções, desses comportamentos, não é regida pelo acaso absoluto: o espaço vivido é também parte integrante do condicionamento social.

Não restam dúvidas que a percepção do real proporciona fenómenos incontestáveis, embora a descrição desses fenómenos seja discutível na medida em que toda a percepção está sujeita a ilusões. Devido ao facto dela proporcionar um conhecimento empírico do mundo e mostrar-se suficiente para suprir as nossas necessidades quotidianas de organizar o real, analisar as percepções traduz-se na interpretação, compreensão e na tomada de eventuais acções/ medidas preventivas de comportamentos individuais e colectivos.

3.2. A percepção e os seus condicionantes

Várias teorias (actualmente reveladas obsoletas) admitem que percebemos o mundo exterior de forma passiva, que ele se nos impõe numa representação “objectiva” sobre a qual não teríamos nenhuma influência. No entanto, estudos psico-fisiológicos da percepção vieram mostrar que as informações no sistema nervoso são tratadas, codificadas e acompanhadas de outras informações que são próprias ao sujeito que percebe. Logo, a percepção não é objectiva nem subjectiva mas um processo misto:

o objecto percebido é objectivo mas a apreensão perceptiva pelo sujeito vai ser submetido a muitas modificações. O mundo da vida quotidiana não é tido apenas como uma realidade garantida, pelos membros vulgares da sociedade na conduta significativa de modo subjectivo, das suas vidas. É também um mundo com origem nos seus pensamentos e acções, que lhe mantêm a realidade (Berger e Luckmann, 2004)

No acto perceptivo influi a liberdade de escolha elaborado de forma muitas vezes inconsciente pelo sujeito.

A percepção constrói o seu próprio campo perceptivo em função dos interesses do sujeito. A forma como o mundo será percebido depende do comportamento desse mesmo sujeito. Um objecto percebido é, pois, o resultado de um conjunto de informações seleccionadas e estruturadas resultantes das necessidades, interesses, experiências, memória e níveis de conhecimento dos indivíduos. Berger e Luckmann (2004) referem-se à distribuição social do conhecimento para explicar o facto dos conhecimentos da vida quotidiana estarem distribuídos em termos sociais, isto é, possuídos de modo diferente por diversos indivíduos e tipos de indivíduos.

É o património social do conhecimento que fornece, na óptica desses autores, os esquemas tipificadores exigidos para as principais rotinas da vida quotidiana, não só as tipificações dos outros, mas também tipificações de toda a espécie de acontecimentos e experiências, tanto sociais como naturais. No entanto, admitem que a realidade da vida quotidiana aparece sempre como uma zona transparente, para além da qual há um fundo de obscuridade. Por existirem zonas da realidade que estão iluminadas e outras permanecem sombrias, defendem que não se pode conhecer tudo que há para conhecer a respeito da realidade.

De facto, por existir uma selecção no acto de perceber-se, fala-se na selecção perceptiva com a tónica na importância da atenção. A atenção desempenha vários papéis na percepção. Um deles é a preparação: estamos melhor preparados para perceber quando prestamos atenção. A atenção também nos permite seleccionar certos aspectos de uma cena para os averiguar, ignorando outros, como também nos ajuda a entrelaçar as sensações que recebemos de modo a criar uma experiência perceptiva unificada e coerente (Gleitman *et al.*, 2007).

Kaufmann (2003) complementa essa ideia ao se debruçar sobre o estudo do ego. Chama a atenção para o facto de o homem ser um ser plural. A pluralidade do indivíduo é, pois, um dado antropológico que convém substituir no processo histórico: a multiplicidade acentua-se. Os esquemas interiorizados são sempre mais numerosos e a sua heterogeneidade mais marcada. O seu armazenamento em espaços mentais, eles mesmos mais diversificados, aumenta de maneira exponencial, as combinações possíveis.

3.3. Construindo a percepção

A percepção não se resume à simples recepção de dados provenientes da realidade, como se os nossos olhos fossem uma janela aberta para o mundo e o cérebro um observador passivo do espectáculo do mundo.

As informações provenientes do mundo exterior são alvo de construções individuais. A forma como se lê o real passa por várias fases, apresentadas pelos psicólogos da percepção. Para Dortier (2006) podem distinguir-se três fases da percepção: sensorial, perceptiva e cognitiva.

A fase sensorial é a primeira fase da percepção, permitindo determinar as características do meio exterior.

Na fase perceptiva, o cérebro tende a organizar e a reagrupar espontaneamente o que observa, procurando as formas globais. Este nível de tratamento perceptivo consiste em ultrapassar os estritos dados sensoriais de modo a dar-lhes uma forma (psicologia da forma). Procura atribuir uma coerência às coisas. A terceira fase, a cognitiva, consiste na interpretação dos dados. Sendo puramente cognitiva, implanta-se nos níveis um e dois da percepção e consiste em atribuir um significado à informação. As conclusões da nossa percepção estão relacionadas com os níveis dos nossos conhecimentos / cultura.

No que concerne aos mecanismos implicados no acto da percepção, observa-se que o primeiro nível sensorial da percepção é regido por captores sensoriais que são uma herança da nossa evolução. O nosso contacto com o ambiente exterior é portanto moldado pela sensibilidade dos nossos captores sensoriais. E estes diferem bastante de uma espécie animal para outra.

Os seres humanos dispõem de vários sistemas perceptivos: visão, audição, olfacto, gosto, tacto que participam da “exterocepção”, ou seja, a percepção do mundo exterior. É preciso acrescentar a percepção interna do nosso organismo – chamada “intrerocepção” – que nos permite sentir o estado do nosso organismo (das dores de dentes ao prazer sexual). A isto junta-se a propriocepção, que nos informa sobre a posição do nosso corpo no meio ambiente.

Edward Hall (1986) apesar de defender a mesma posição ao reiterar o facto de o nosso sentimento do espaço resultar da síntese de numerosos dados sensoriais, de ordem auditiva, quinestésica, olfactiva e térmica, acrescenta mais uma componente associada à formação da percepção que é a cultura. Sendo assim, não só cada sentido constitui um sistema complexo, como também, cada um deles se encontra igualmente modelado e estruturado pela cultura. Logo para o autor, não é possível, portanto, fugirmos do facto de os indivíduos educados no interior de culturas diferentes viverem em mundos sensoriais diferentes.

No entanto, reconhece que a estruturação do mundo perceptivo não é somente função da cultura, mas igualmente da natureza das relações humanas, da actividade e da afectividade. É por isso que indivíduos saídos de moldes culturais diferentes podem muitas vezes enganarem-se quando interpretam o comportamento dos outros através das relações sociais destes, do seu tipo de actividade ou emoções aparentes.

A filtragem dos dados do ambiente é igualmente determinada pela atenção e motivação. Muitas experiências demonstraram que, entre todos os dados captados pelos nossos sentidos, apenas uma parte é tratada a nível consciente.

No estudo da percepção emergem duas correntes: o empirismo e o inatismo.

Para os empiristas a nossa percepção consiste num mosaico de sensações elementares - manchas de cor, sons breves e coisas semelhantes. O sistema perceptivo é sensível, por exemplo, a muitas relações de ordem superior; desempenhando este um papel na constância e também no reconhecimento de algumas formas, como é o caso do rosto, por exemplo. O sistema de percepção também é influenciado por padrões de organização no interior do estímulo. Os empiristas defendem que o sujeito acrescenta um suplemento de associações às suas explorações sensoriais. Esta corrente, porém é

criticada por diminuir as actividades do sujeito. Este se orienta tanto pela experiência passada, como por princípios mais gerais.

Por outro lado, os inatistas reivindicam o facto dos mecanismos de percepção serem inatos. Pode dizer-se que os mecanismos de percepção derivam, efectivamente, de estruturas e vias presentes desde o nascimento, mas também é verdade que o sistema perceptivo é muito influenciado pela aprendizagem (Gleitmann *et al.*, 2007).

Embora muitos dos mecanismos da percepção derivem efectivamente de estruturas presentes desde o nascimento e de nascermos com um sistema perceptivo sofisticado, a verdade é que o sistema perceptivo também é muito influenciado pela aprendizagem ou pela experiência perceptiva. As realizações da percepção, portanto, na sua forma final, não são nem puramente aprendidas nem puramente inatas. Em vez disso elas emergem a partir de uma complexa e contínua interacção entre factores de origem biológica (inatismo) e factores impostos pela experiência (empirismo).

Lopes e Abip (2002) confrontam duas teorias que visam explicar as percepções: a de cópia mental e a de behaviorismo radical.

A teoria da cópia ou da representação mental considera a percepção como o processo pelo qual entramos em contacto com a realidade; entretanto, é explicada através da ideia de uma "cópia mental" do mundo percebido. Nesta óptica, quando percebemos alguma coisa, "fabricamos" uma cópia mental do objecto, essa cópia é armazenada na memória e posteriormente pode vir a ser usada, no caso de uma rememoração. De acordo com essa proposta, toda a percepção tem como resultado uma cópia do ambiente (experiência, ideia ou representação).

O behaviorismo radical pode ser interpretado em termos de reforço e operações estabelecedoras, diz respeito ao porquê da emissão de determinado comportamento, ou seja, na percepção, o motivo pelo qual se vê, ouve, determinadas coisas e não outras. O que está realmente envolvido nesse motivo são as variáveis motivacionais (privação e estimulação aversiva), emocionais, as contingências de reforço, e a herança da espécie que se combinam entre si e produzem as sensações de ver e ouvir, entre outros.

Isto significa que o behaviorismo radical não necessita de nenhuma cópia ou de outra mediação mental, a identificação das variáveis que podem controlar o comportamento é

prova de que a percepção é mais uma questão de controlo de estímulos do que uma cópia mental.

Pode dizer-se que a percepção apesar de ser uma característica universal, resulta de construções individuais únicas. E, é com base nas novas realidades subjectivas apreendidas que se formam valores e desencadeiam-se atitudes.

3.4. As percepções dos impactes turísticos

A actividade turística, para além dos efeitos visíveis sobre a economia e o ambiente físico, provoca alterações a nível social, político e cultural nas áreas de destino, onde se destacam as transformações na organização familiar e no sistema de autoridade, assim como, nos sistemas de valores, estilos e qualidades de vida.

O turismo, paulatinamente, deixou de ser encarado como uma actividade inofensiva, com impactes secundários associado ao lazer e ao ócio para passar a ser visto como uma actividade complexa que envolve e contempla todas as dimensões do social. Sendo assim, abordar apenas os impactes económicos gerados tem-se mostrado redutor, tornando-se necessário alargar o estudo dos seus reflexos a todas as esferas da realidade integrando com isso uma perspectiva mais holística e multidisciplinar da actividade turística.

Nesta perspectiva a actividade turística revela-se como uma moeda de duas faces opostas. Tanto contribui para a degradação ambiental como poderá representar um argumento plausível para a sua preservação; promove a autenticidade cultural como causar a perda de identidade cultural; fomenta a coesão e estreita os laços entre os membros da comunidade ou provoca instabilidade social; melhora qualitativamente as condições de vida da população como aumenta os problemas sociais existentes.

Ressalta-se o facto dos impactes provocados pela actividade turística não serem lineares, ou seja, os contornos assumidos dependem da natureza da actividade turística e das características económicas, sociais, políticas e ambientais do destino turístico.

A estrutura social do destino é vital na determinação da escala e da natureza de qualquer impacte (Cooper *et al.*, 2005). Exemplificando, os autores comparam dois pontos de vista extremos: as estruturas sociais de Londres, Nova York e Sidney que

estão mais aptas a absorver e tolerar a presença de turistas do que cidades como Apia, Samoa Oeste ou Port Louis nas ilhas Maurícias. As primeiras podem tolerar a presença de turistas sem a ocorrência de mudanças significativas nas suas estruturas sociais, pois tais mudanças já ocorreram. Elas têm uma população numerosa e uma estrutura cosmopolita o que as torna adaptáveis às mudanças. Enquanto as últimas, têm populações relativamente pequenas, o sistema de famílias que moram sob o mesmo tecto permanece intacto (especialmente em Apia) e elas não são cosmopolitas nos seus estilos de vida. Assim, algumas sociedades podem aceitar grandes volumes de visitantes com pouco impacte, enquanto outras não resistem a eles.

No mesmo alinhamento, Swarbrooke e Horner (2001) centrando-se no turismo de negócios e nos papéis que os vários destinos desempenham, salientam o facto dos seus impactes não serem os mesmos em todos os destinos. Identificam alguns factores que afectarão a escala dos impactes no destino alertando para o facto dos impactes poderem ser negativos ou positivos consoante os tipos de negócios, os sectores industriais e diferentes tipos de destino.

É importante mostrar a todos os actores do palco do turismo que há um interesse essencial comum: a presença do turista e sem ele não haverá actividade turística (Silva e Silva, 1998). No entanto, as evidências apontam para o facto de o nível mais apropriado para se analisar os impactes sociais do turismo ser a comunidade receptora, uma vez que aqueles são sentidos nos sistemas de acolhimento afectando inevitavelmente os modos de vida tradicionais da população.

A percepção dos impactes da actividade turística por parte da comunidade de acolhimento tem sido ultimamente alvo de inúmeros estudos. Nota-se a nível da literatura uma maior incidência de estudos da percepção da comunidade em contextos rurais e nos países desenvolvidos (Andereck e Vogt, 2000; Andriotis, 2004; Lindberg e Johnson 1997; Long *et al.*, 1990; Madrigal, 1993; McCool e Martin, 1994; McGehee e Andereck, 2004; Wang e Pfister, 2008). A contrariar esta tendência destacam-se investigadores como Kanaae, 2006; Korça, 1998; Nunkoo, 2010; Sirakaya *et al.*, 2002; Wang, 2006, que recorrem a espaços urbanos, pequenas economias insulares, regiões africanas para incidirem as suas pesquisas.

Nesta óptica, as abordagens sobre as percepções ou atitudes das comunidades em relação ao turismo assumem os mais díspares contornos de acordo com os objectos e factores eleitos pelos investigadores. A análise exaustiva da literatura existente sobre a temática leva Harril (2004) a catalogar os estudos realizados segundo várias categorias que vão desde as sócio-económicas, espaciais, dependência económica, tipologias de residentes e comunidades, às medições da percepção das atitudes dos moradores em relação ao desenvolvimento da actividade turística.

A análise da literatura existente aponta para o facto de (i) as percepções dos residentes pertencentes a um mesmo destino turístico não serem homogéneas; (ii) existir um défice de estudos sobre a temática das percepções dos residentes gerando assim variáveis explicativas das percepções com resultados mistos ou inconclusivos e outras de igual pertinência ainda por explorar; (iii) ser importante o planeamento inclusivo da actividade e da monitorização longitudinal das percepções dos residentes.

Segundo investigações realizadas vários factores podem influir na formação das percepções por parte da comunidade de acolhimento, tais como : o género (Andriotis, 2004; Chang e Vogt, 2008; Kwan e McCartney, 2005; Nunkoo e Ramkissoon, 2010; Wang e Pfister, 2008), a idade (Berder *et al*, 2008; McGehee e Andereck, 2004; Nunkoo, 2009; Sharma e Pam, 2009), os níveis de escolaridade (Andriotis, 2004; Kwan e McCartney, 2005; Wang e Pfister, 2006), área de residência (Nunkoo e Ramkissoon, 2010; Sharma e Pam, 2009; Korça, 1998), tempo de residência / laços com a comunidade (Andriotis, 2004; Easterling, 2005; McGehee e Andereck, 2004; Simpson e Bretherton, 2009), os níveis de dependência económica das pessoas em relação à actividade turística (Haralambopoulos e Pizam, 1996; McGehee e Andereck, 2004; Nunkoo e Ramkissoon, 2010; Sarikaya, Teye, Sönmez, 2002). Tais factores ou atributos poderão conduzir a diferenças de percepções por parte da população receptora e, consequentemente, afectar os níveis de apoio ao fomento da actividade turística.

3.4.1. Género

Quanto à variável género investigações realizadas ilustram variações de percepções consoante o género, em que as mulheres se revelam mais sensíveis a determinados

impactes provocados pelo turismo (principalmente os sociais e ambientais) do que os homens. Nesta óptica, Nunkoo e Ramkissoon (2010) ao investigarem as percepções dos moradores em relação ao turismo nas pequenas ilhas urbanas, Port Louis, (ilha Maurícia), notaram um maior optimismo em relação à actividade turística por parte dos indivíduos do sexo masculino (cria mais emprego, melhora o ambiente) que do sexo feminino (aumento da prostituição, criminalidade, congestionamento de trânsito, alterações negativas na organização da vida familiar).

No estudo da percepção do turismo de jogos em Macau as mulheres e idosos revelaram-se mais sensíveis a problemas sociais provocados pela actividade (rupturas familiares, delinquência juvenil) que os homens (Kwan e McCartney, 2005); maior concordância por parte das mulheres dos impactes económicos (aumento dos preços de bens e serviços) e ambientais negativos (Andriotis, 2004). No entanto, a influência da variável género nas percepções não se tem revelado muito expressiva (Berder *et al.*, 2008; Haralambopoulos e Pizam, 1996; Sharma e Pam, 2009).

3.4.2. Área de residência

A área de residência mostrou-se como um factor relevante na formação de atitudes para com o turismo. Quanto maior a proximidade dos centros turísticos, maior a consciência dos seus impactes. Os níveis de apoio à actividade turística aumentam à medida que os moradores vivem mais distantes dos centros turísticos. As pessoas que vivem nas proximidades dos centros turísticos sentem muito mais os inconvenientes causados pelo turismo como congestionamento, zonas sobrelotadas, excesso de ruído que as que não vivem nestas zonas (Korça, 1998). Investigando a percepção dos residentes sobre o turismo em Antalya, na Turquia, o autor verifica que os residentes estão cientes dos impactes resultantes da actividade turística conseguindo diferenciar os seus benefícios e custos.

Esta perspectiva é corroborada por Sharma e Pam (2009) que verificaram que a população residente nas áreas costeiras próximas às actividades turísticas, têm uma percepção mais positiva dos impactes económicos (possibilidade de negócio, atracção de investimentos) enquanto no que concerne aos impactes sociais dá-se o oposto.

Congestionamento do tráfego, aumento de pressão sobre os serviços locais, o receio de aumento dos preços do imobiliário, o aumento do ruído e da poluição fazem parte dos problemas detectados.

No que tange ao rural /urbano, residentes em áreas rurais mostraram-se muito mais favoráveis ao turismo que os de áreas urbanas e costeiras, o que poderá ser justificado pelo facto do turismo ainda estar numa fase bastante incipiente nas áreas rurais estudadas, Nunkoo e Ramkissoon (2010).

Sharma e Pam (2009) tal como Nunkoo e Ramkissoon (2010) também encontraram diferenças na percepção consoante as áreas de residência. Os resultados encontrados sugerem que os moradores que vivem nas áreas suburbanas percepcionavam um maior impacto económico positivo que os das áreas rurais e urbanas, os das zonas do interior possuíam uma percepção dos impactes sociais mais positiva que as que vivem em áreas costeiras.

3.4.3. Tempo de residência

Da mesma forma que estudos revelam existir uma relação entre a percepção do turismo e a área de residência, o tempo (duração) de residência no local pode afectar a forma como se percepciona os impactes da actividade turística.

Quanto aos factores espaciais, Andriotis (2004) ao analisar os impactes percebidos pelo turismo em comunidades de Creta, não encontrou discrepâncias de atitudes entre os rurais e urbanos em relação à actividade turística. No entanto, verificou que os moradores com menos tempo de residência consideravam o turismo como uma actividade com reflexos vantajosos para a economia e a região enquanto os mais antigos concordavam que o turismo conservava os recursos naturais.

Segundo McGehee e Andereck (2004) os que vivem há mais tempo na comunidade menos probabilidade têm de se aperceberem dos impactes negativos do turismo. Por outro lado, Easterling (2005) ao estudar a atitude dos residentes de Chincoteague (Virgínia) em relação ao turismo dividem os moradores em segmentos (os que nasceram no local do destino turístico, os que se mudaram para o local do destino, os reformados que mudaram para o local, os que são residentes permanentes noutros sítios e têm

residência de férias no local de destino turístico (residência secundária), encontraram uma considerável conformidade na percepção dos grupos. Todos os segmentos mostraram ter preocupações com o aumento do número de turistas (afecta os seus valores pessoais em relação a determinados espaços, a liberdade de circulação, congestionamento, sobrelotação, aumento do custo de vida). Se o número continuasse a crescer acreditavam ver os problemas agravados. Independentemente do segmento dos moradores verificou-se que: (i) os custos da actividade turística são consensuais, assim como, o facto de ser generalizada a percepção de a ilha já ter ultrapassado a sua capacidade de carga; (ii) todos os segmentos apoiam a actividade turística.

3.4.4. Idade

Quanto à percepção dos tipos de impactes por grupos etários a literatura existente detectou flutuações, resultados inconclusivos e inclusive, a ausência de relação (Wang e Pfister, 2006).

As oscilações nas percepções segundo os diferentes grupos etários derivam principalmente da natureza dos impactes (económicos, sociais, culturais, ambientais). Enquanto autores detectaram um maior optimismo em relação aos impactes sociais causados pelo turismo, por parte dos grupos etários mais avançados, os mais jovens avaliavam mais positivamente os impactes económicos (Chang e Vogt, 2008; Sharma e Pam, 2009).

Por outro lado, Wang e Pfister (2008) ao estudarem as atitudes dos residentes e a percepção dos benefícios pessoais, numa comunidade rural onde o turismo está numa fase inicial detectaram que os residentes com idade entre 65 a 90 anos percepcionaram menos benefícios com a actividade turística que os jovens. Visto que beneficiavam menos com a melhoria de espaços recreativos, organização de eventos especiais, para além de possuírem expectativas diferentes em termos de vida social.

No entanto, outros estudos revelam existir uma maior receptividade em relação à actividade turística por parte dos grupos etários mais avançados (Andriotis, 2004; McGehee e Andereck, 2004). No estudo de Bender *et al.* (2008) aos moradores de Ansted, pequena cidade rural economicamente deprimida na zona Oeste do Estado da

Virgínia, corroboram essa perspectiva. Concluíram que os inquiridos pertencentes a grupos etários mais elevados (55 anos ou mais) mostraram-se mais optimistas e com atitudes mais favoráveis à actividade turística que os de grupos etários inferiores. Apesar de, uma forma geral, os moradores se encontrarem receptivos em apoiar o desenvolvimento da actividade na região notaram-se fortes expectativas de impactes económicos positivos para a comunidade, e uma desvalorização dos impactes sociais e ambientais negativos.

3.4.5. Escolaridade

No que concerne à relação entre a percepção e os níveis de escolaridade apesar de alguns estudos não terem encontrado uma relação significativa (Berder *et al.*, 2008; Sharma e Pam, 2009), outros estudos atribuem uma maior consciência e sensibilidade ambiental aos residentes com maior nível de escolaridade (Kwan e McCartney, 2005); uma percepção mais positiva das vantagens da actividade turística por parte dos residentes com menor nível de escolaridade (Andriotis, 2004; Wang e Pfister, 2006).

Um estudo realizado por Wang e Pfister (2006) acerca das atitudes dos residentes de Washington em relação ao desenvolvimento turístico detectou diferenças nas percepções em função dos níveis de instrução. Sendo assim, no que concerne à relação entre turismo e melhoria da qualidade de vida dos moradores, verificou-se que quanto maior era o nível de instrução dos inquiridos, menor a probabilidade de atribuir ao turismo a responsabilidade de melhoria da qualidade de vida dos moradores. Por sua vez, Andriotis (2004) analisa a percepção dos impactes do desenvolvimento turístico em 4 comunidades urbanas de Creta. Os moradores com menores níveis de instrução possuíam uma percepção mais positiva do turismo que os com maiores níveis de instrução. Assim como, os com maiores níveis de instrução e qualificações foram os mais propensos a manifestar preocupações com os impactes ambientais negativos do turismo.

3.4.6. Dependência económica

A dependência económica constitui uma variável com maior peso nas percepções dos residentes em relação ao turismo. Estudos revelam existir uma relação muito estreita entre o nível de dependência económica da actividade turística (a nível geográfico ou pessoal) e a forma como se percebe a actividade. Quanto maior a dependência maior é o apoio à actividade (Andriotis, 2004; Haralambopoulos e Pizam, 1996; Korça, 1998; McGehee e Andereck, 2004; Nunkoo e Ramkissoon, 2010; Vargas-Sánchez *et al.*, 2009).

Os impactes económicos positivos resultantes da actividade turística, não só têm contribuído para a aceitação generalizada da actividade, como por vezes, contribuem para a desvalorização dos outros impactes negativos gerados pela actividade turística. Haralambopoulos e Pizam (1996), ao estudarem a percepção dos habitantes em Samos (Grécia) em relação ao turismo chegam a idênticas conclusões. Apesar de se ter a percepção dos impactes negativos (inflação, drogas, vandalismo, crimes e prostituição), os “chefes de família” entrevistados mostraram-se receptivos à expansão da actividade turística. Constatou-se no decorrer do estudo que a maioria da população possuía uma atitude positiva em relação ao turismo apesar de esta relação ser mais consistente nos residentes que dependiam directamente a nível económico da actividade. Apesar dos residentes estarem cientes de alguns impactes sociais negativos provocados pelo turismo, a maioria não se opõe à expansão da actividade na área.

O estudo realizado por McGehee e Andereck (2004) reiteram essa perspectiva ao debruçarem-se sobre uma comunidade rural no Arizona, verificaram que a dependência económica da comunidade da actividade turística se torna num preditor dos níveis de apoio à actividade. Encontrou-se também uma relação consistente entre os benefícios pessoais usufruídos pelos membros da comunidade e o apoio ao desenvolvimento da actividade. Sendo assim, os benefícios pessoais continuam a ser o factor mais importante na busca do fomento de atitudes positivas para com o turismo.

No entanto, a atractividade dos recursos económicos provenientes do turismo torna-se condição necessária mas não suficiente para uma percepção positiva da actividade por parte dos moradores. Destaca-se a relevância do planeamento da actividade e uma justa

e equilibrada distribuição dos benefícios gerados para que se obtenham percepções satisfatórias por parte da comunidade de destino.

Tosun (2002) realizou um estudo comparativo sobre a percepção dos impactes do turismo por parte da comunidade local em três cidades de diferentes países: Urgup (Turquia), Nadi (Fiji) e Flórida (EUA). Verificou-se que as comunidades têm a clara percepção dos impactes negativos, especialmente no agravamento de problemas sociais, e dos impactes positivos ao nível económico. Foi encontrado um forte apoio ao desenvolvimento da actividade turística em todas as três realidades por parte dos moradores, embora, as intensidades do apoio não se fizessem sentir da mesma forma. Os moradores de Nadi e da Flórida apresentaram níveis mais consistentes de apoio ao desenvolvimento da actividade turística na região que os de Urgup.

Os autores adiantam que o resultado poderá ser suportado pela forma como se tem processado a distribuição dos benefícios da actividade turística entre os membros da comunidade de acolhimento e das políticas económicas realizadas na Turquia (Urgup). A inexistência de capital que proporcionasse aos moradores dedicarem-se a actividades relacionadas com o turismo (hotéis, lojas); o facto do capital investido ter uma proveniência externa e os moradores serem chamados a ocupar lugares em actividades sem qualificações e socialmente pouco prestigiantes, podem explicar uma atitude menos positiva por parte da comunidade de Urgup perante o turismo.

O estudo revela que as percepções dos residentes de Urgup em relação à actividade turística, não são, subjectivas nem inconsistentes, mas o reflexo da fraca capacidade das entidades centrais e locais em minimizar os impactes negativos e maximizar os positivos da actividade turística.

Num contexto bastante diferente, Sarikaya *et al.* (2002) procurando entender os níveis de apoio dos moradores para o desenvolvimento do turismo na região central do Gana (duas localidades), detectaram flutuações nas intensidades de apoio à actividade turística. Apesar da comunidade não se opor ao desenvolvimento do turismo na região, o apoio à actividade turística por parte dos moradores era limitado.

Detectou-se que a maioria dos moradores possuía uma ideia bastante vaga dos benefícios globais do turismo para a comunidade. As elevadas expectativas criadas à volta dos projectos turísticos não se concretizaram gerando ressentimentos por parte da

população. Assim como, os projectos turísticos desenvolveram-se sem o envolvimento e integração da comunidade local.

Finalmente, concluíram que os factores que afectam e determinam o apoio dos moradores ao desenvolvimento da actividade turística são em geral semelhantes, no entanto, cada destino turístico possui um conjunto de condições peculiares que são fundamentais no apoio à actividade turística.

As diferentes percepções da actividade turística das comunidades de acolhimento derivam, provavelmente, dos níveis dos problemas económicos e de desenvolvimento existentes, da capacidade de carga e das políticas socioculturais adoptadas.

Se existe uma relação muito estreita entre a percepção dos impactes positivos sentidos pela comunidade e a sua atitude no apoio ao desenvolvimento do turismo, a investigação realizada por Wang e Fister (2008) numa comunidade rural tem a relevância de chamar a atenção para o facto de esses benefícios percebidos pela comunidade não terem de se traduzir necessariamente em benefícios económicos. No decorrer da investigação observaram que a grande maioria dos moradores alegaram não terem benefícios económicos directos do turismo. Tinham uma atitude positiva em relação à actividade graças aos benefícios sociais (infra-estruturas) associados ao desenvolvimento da actividade turística. A participação dos moradores independentemente da classe social a que pertenciam assumia um papel preponderante no desenvolvimento da actividade turística.

3.4.7. As percepções em outros contextos insulares próximos

Reportando à região da Macaronésia (Açores, Madeira, Cabo Verde e Canárias), destacam-se dois estudos realizados nas Canárias (destino com maior tradição turística) e no arquipélago dos Açores (destino turístico mais jovem) que vieram tornar mais consistentes as investigações anteriores.

Da percepção que o turista atribui valor à forma como é acolhido na sociedade receptora e visando recolher informação para definir as linhas de actuação nas campanhas de sensibilização da população anfitriã, foi realizado um estudo sobre a atitude dos canários em relação ao turismo (Governo das Canárias, 2008). Os resultados obtidos

determinam que existe uma consciência por parte da população da importância do turismo na economia em geral (encarado como o motor do desenvolvimento e riqueza, gerador de emprego). Como também, a clara percepção dos impactos negativos (insegurança, meio ambiente, aumento do custo de vida, perda de identidade, degradação das áreas costeiras).

Em relação aos níveis de interesse da população pela actividade turística, 73,3% dos Canários com ligação laboral no turismo ou com familiares dependendo da actividade revelaram ter um elevado nível de interesse com o tema, os níveis de interesse vão-se reduzindo ligeiramente com os jovens (16-24 anos) e os com uma faixa etária mais elevada (maiores de 65 anos). Quanto aos níveis de contacto entre a população residente/turistas, a maioria dos inquiridos possui contactos com os turistas ao longo do ano e de forma contínua. A percepção da população em relação ao turista é positiva (definidos como respeitosos, agradáveis, amáveis) assim como a auto - percepção da população (hospitaleira, trato fácil), facto que poderá estar relacionado com a existência de uma forte consciência da importância da actividade turística para a economia insular e para o conjunto (opinião de 90% dos inquiridos).

Quanto à percepção dos impactos negativos gerados pela actividade turística apenas uma percentagem residual de inquiridos (8 a 9 %) reconhece a sua existência destacando-se factores como a degradação ambiental, a delinquência e o aumento do tráfico de drogas.

O facto da maior insatisfação em relação ao turista dever-se à percepção que gastam pouco/ muito pouco contribui para corroborar a tese que os mais importantes benefícios associados à actividade turística percebidos pela comunidade receptora são de natureza económica (Lindberg e Johnson, 1997).

Ao estabelecer-se uma analogia com o inquérito realizado no arquipélago dos Açores em 2005 pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), os resultados não se revelam discrepantes.

Tal como os canários, os resultados do estudo realizado apontam para o facto de ser visível a aceitação da actividade turística por parte da população açoriana. A grande maioria dos inquiridos possui opiniões favoráveis acerca da actividade turística existindo alguma dificuldade em indicar os impactos negativos inerentes à actividade.

Nesta perspectiva para além de haver uma concordância dos impactes positivos do turismo (o turismo ser bom para os Açores, estimular a cultura local e o artesanato, gerar emprego à juventude local) nota-se uma discordância dos impactes negativos (não prejudica o ambiente, não provoca escassez dos recursos naturais, não interfere nos padrões morais da comunidade local).

As situações das “não respostas” ilustram claramente essa ideia. Perante itens que reflectem impactes económicos negativos do turismo os níveis de inquiridos sem opinião foram flagrantes (aumento preços de produtos 35,8%; o dinheiro gasto pelos turistas fica na região 44,8%; os Açores têm controle sobre o turismo 57,8).

O não reconhecimento ou a dificuldade em identificar os custos ou problemas gerados pela actividade turística pode estar relacionado com o facto dos impactes negativos resultantes da actividade, embora afectem outros destinos turísticos, não serem ainda visíveis no arquipélago. Contrariamente às Canárias, os residentes não possuem ainda muito contacto com os turistas. A presença dos turistas não representa uma ameaça nem se mostra incómoda para a população. O que justifica o consenso existente de que o número de turistas na região deveria aumentar.

3.4.8. Modelos explicativos para as atitudes

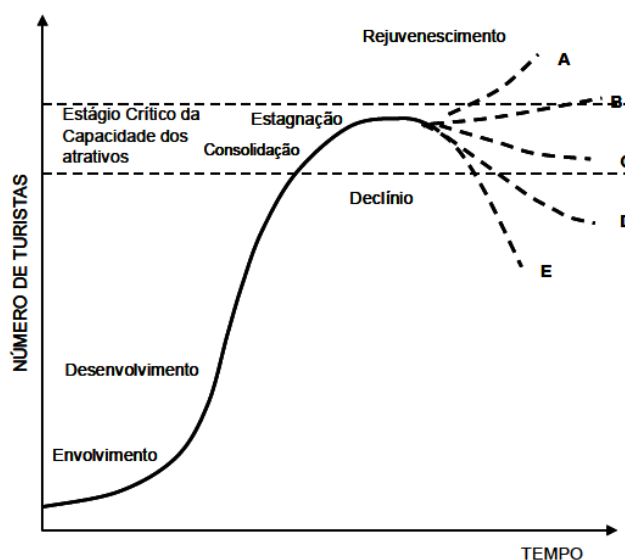
Se a abordagem das percepções pressupõe a interferência de vários factores, Vogt e Jun (2004) alertam para o facto da percepção dos residentes em relação à actividade turística poder variar consoante os segmentos de mercado turístico. Desta forma, a população residente pode fazer avaliações e mostrar-se mais receptivos ou não consoante o segmento do mercado turístico.

Ao estudar as atitudes dos residentes perante os segmentos de mercado turístico e o desenvolvimento da actividade em Valdez (Alasca), Vogt conclui que a percepção dos impactes por parte da população residente não é linear podendo variar consoante as características dos turistas (ou segmento de que faz parte). A qualidade de vida e a economia foram as duas áreas eleitas para conhecer as percepções dos impactes por parte da população receptora. Segundo os resultados obtidos, a população inquirida tinha níveis de tolerância e traçava estratégias de acolhimento diferentes consoante o

segmento de mercado turístico. Sendo assim, havia uma maior receptividade aos grupos de turistas autónomos, pescadores, visitantes de amigos (cujos impactes na economia e qualidade de vida eram positivos) que com os turistas integrantes de grupos de excursões, navios de cruzeiros (trariam impactes mais positivos para a economia que para a qualidade de vida dos residentes).

O modelo de Butler (1980) baseia-se no ciclo de vida dos destinos turísticos. O espaço receptor da actividade turística é dinâmico e as alterações ocorridas no destino são encaradas como um todo. Havendo, no entanto, no decorrer do desenvolvimento da actividade turística flutuações nos segmentos de mercados turísticos e nas atitudes dos moradores.

Figura 1 - Esquema do ciclo de vida do local turístico segundo R.W. Butler



Fonte: extraído de Deprest (1997)

Butler propõe no seu modelo uma representação gráfica de uma curva de evolução do número de turistas segundo o tempo (fig. 1). Enfatizando na relação capacidade de carga dos destinos turísticos e problemas daí emergentes, o autor define seis fases de vida para o produto turístico: (1) fase de exploração – corresponde à descoberta do destino turístico sem impactes económicos e ambientais; (2) fase de implicação traduz-se numa progressão lenta do número de turistas com implicação da sociedade local; (3) fase de desenvolvimento dá-se importantes transformações físicas no local dado à progressão rápida do número de turistas e um forte desenvolvimento dos investimentos

externos; (4) fase de consolidação – continua a haver uma progressão numérica dos turistas apesar do abrandamento da taxa de crescimento; (5) fase de estagnação – em que a taxa de crescimento do número de turistas é nula; (6) a fase de declínio – é a fase de saturação, poluição e ressentimento da população local em relação à actividade turística.

A partir da fase de estagnação o modelo preconiza diferentes cenários evolutivos (desde o rejuvenescimento ao declínio do destino turístico) que dependerão da capacidade de gestão e planeamento existentes no destino e a reacção da população residente.

O modelo de Ap e Compton (1993, citado por Vogt e Jun 2004) reitera a abordagem da realidade como algo dinâmico, onde desenham quatro níveis de reacções dos moradores face ao turismo. A primeira fase (início da actividade turística) denominada de acolhimento, os moradores têm atitudes muito positivas face aos turistas e aos seus impactes. Segue-se a fase da tolerância em que os moradores têm atitudes positivas em relação a alguns impactes e negativas em relação a outros. Na fase de adaptação, os moradores fazem ajustes procurando formas de lidar com as alterações ao seu quotidiano. A última fase é a de retirada que se resume na saída dos moradores quando os turistas chegam.

O modelo de Smith (1989), igualmente citado por Vogt e Jun, sugere que os moradores reagem consoante o tipo e a quantidade de turistas. Define sete tipos de turistas com impactes diferentes nas comunidades receptoras. Nesta óptica tem-se desde o “explorer” que aceita as condições oferecidas pelo local e ambiente procurando adaptar-se (provoca poucos impactes e é recebido de forma positiva) ao “charter” que chega com expectativas que podem não se confirmar no local e não se esforça para se ajustar (o impacto causado por este segmento de turistas é maior e tende a ser recebido de forma negativa).

As percepções podem variar ou não consoante (i) as fases de desenvolvimento da actividade turística no destino (desde a inicial de exploração à de estagnação); (ii) o tipo e quantidade de turistas; (iii) os níveis de dependência do destino da actividade turística.

3.4.9. A monitorização das percepções

Ao abordar-se a percepção da comunidade local sobre a actividade turística, a literatura existente sugere que ela não é estanque nem imutável. A forma como é planeada a actividade turística pelas entidades competentes e a dinâmica inerente à própria actividade obrigam à realização de frequentes estudos desfasados no tempo.

As percepções dos impactes do turismo pelas comunidades aumentam à medida que se intensifica a actividade (Long, Perdue e Allen, 1990).

A monitorização ao longo do tempo da percepção dos impactes da população em relação ao turismo revela-se uma prática de extrema importância que devia integrar as políticas relacionadas com a actividade turística. Alguns autores defendem que o acompanhamento da evolução das percepções em relação aos efeitos do turismo constitui uma importante ferramenta para incorporar as reacções da comunidade dentro das estratégias de desenvolvimento turístico, sugerindo com isso uma monitorização dos mesmos (Andriotis, 2004; Chang e Vogt, 2007; McCool e Moisey, 1996; Nunkoo e Ramkissoon, 2010; Sirakaya *et al.*, 2002;).

De acordo com McCool e Moisey (1996) as consequências dos impactes do turismo na população local precisam de um longo período para se manifestarem. Atendendo ao facto de existirem muitos estudos acerca dos benefícios económicos do turismo em detrimento dos seus impactes, estes autores alegam a importância da monitorização da actividade como o processo que permita identificar a direcção da intensidade da mudança de atitudes em relação ao turismo.

Nesta perspectiva os estudos de monitorização dos impactes da actividade turística e das atitudes da comunidade local, para além de servirem como instrumento preventivo e influenciador de políticas de planeamento, servem como orientador de tendências da evolução da actividade.

Com esse intuito realizou-se o acompanhamento dos impactes sociais do turismo na comunidade de Montana durante um período de quatro anos. Os estudos revelaram que:

- (i) apesar do rápido crescimento da actividade turística num curto espaço de tempo, verificava-se a continuidade de um forte apoio à actividade por parte da comunidade;
- (ii) o apoio ao desenvolvimento da actividade mesmo feito de forma generalizada

acarretava um acréscimo da preocupação por parte dos inquiridos com os impactes pessoais principalmente na qualidade de suas vidas.

Resultados similares foram encontrados por Chang e Vogt (2007). Ao incidirem sobre o estudo longitudinal (período de sete anos) das atitudes dos moradores em relação ao turismo no Alasca, repararam que de uma forma geral não se notava significativas alterações. No entanto, a variável idade mostrou-se dominante e explicava as mudanças na direcção das atitudes dos moradores em relação à percepção dos impactes económicos provocados pelo turismo. Notou-se uma maior probabilidade de atitudes favoráveis em relação ao desenvolvimento da actividade por parte dos jovens que por parte dos grupos etários mais avançados. Isso deve-se ao facto de serem os jovens a perceberem melhores oportunidades económicas de futuro com a actividade, enquanto os restantes grupos consideraram que o turismo contribui menos para o bem-estar da comunidade e das famílias.

3.4.10. *Em resumo*

Após uma breve revisão da literatura constata-se neste capítulo que a percepção da realidade é uma construção em que para a leitura do real interferem vários factores tanto intrínsecos como extrínsecos aos indivíduos o que faz desse processo algo extremamente complexo e heterogéneo.

Independentemente dos factores eleitos no sentido de compreender as percepções da população receptora, das realidades geográficas abordadas, a literatura existente aborda o facto das bases que suportam a actividade turística e a forma como é percebida assentar na teoria da troca social (Bender *et al.*, 2008; Gobierno de Canarias, 2008; Lang *et al.*, 1990; Nunkoo e Ramkisson, 2010; Sirakaya *et al.*, 2002; Wang, 2006).

As discussões anteriores sugerem que os residentes avaliam o turismo em termos de trocas sociais. Em termos de expectativas, benefícios e custos obtidos em troca dos serviços prestados. Portanto, presume-se que os residentes locais procuram o desenvolvimento turístico para as suas comunidades como forma de satisfazer as suas necessidades económicas, sociais, psicológicas e de melhorar o bem-estar da

comunidade. O processo de avaliação da troca (custo/benefício) é dinâmico podendo ser alvo de mutações (Ap,1992).

Com base no que foi dito é possível afirmar que:

- (i) As influências de factores como a idade ou o sexo na percepção da actividade turística por parte da comunidade não são regulares;
- (ii) As percepções da comunidade em relação ao turismo variam consoantes os contextos sócio-económicos, culturais, políticos e ambientais onde a actividade ocorre;
- (iii) Os impactes económicos positivos possuem um peso determinante tanto para as entidades centrais e locais, como para a comunidade receptora na avaliação e apoio ao desenvolvimento da actividade turística. Apesar deste facto não se traduzir numa ausência de percepção dos impactes ambientais e principalmente sociais negativos causados pelo turismo, nota-se uma tendência para a sua desvalorização quando as expectativas económicas preconizadas são elevadas.

Sendo assim a participação permanente dos moradores no planeamento e nas tomadas de decisão; a distribuição equitativa dos impactes resultantes do turismo; a promoção da educação da população para a importância da actividade turística, podem representar factores determinantes na formação das percepções e, conseqüentemente, nas reacções da população local em relação aos níveis de apoio à actividade turística (Harri, 2004).

Reconhece-se, no entanto, existirem ainda algumas limitações (carência de modelos fidedignos) em perceber como os residentes respondem aos impactes do turismo e em que circunstâncias reagem a estes impactes (Ap, 1992).

Em suma, conclui-se que as percepções podem variar, ou não, consoante (i) as fases de desenvolvimento da actividade turística no destino (desde a inicial de exploração à de estagnação); (ii) o perfil e o volume de turistas; (iii) os níveis de dependência do destino da actividade turística. E, em relação à actividade turística - dado o papel da comunidade receptora no sucesso do desenvolvimento da actividade -, o estudo e acompanhamento das percepções mostra-se crucial para a compreensão das atitudes da população e para a promoção de comportamentos favoráveis de apoio à actividade.

4. Breve caracterização de Cabo Verde

O capítulo anterior permitiu analisar a construção da percepção e alguns factores que podem exercer influência na forma como os impactes turísticos são percebidos.

O objectivo deste capítulo é fazer uma contextualização recorrendo a uma sucinta caracterização do arquipélago⁶ a nível geográfico, social e económico. De seguida, faz-se a caracterização da ilha do Sal (4.1.) em que são privilegiados aspectos como a sua história, população e ambiente natural ; analisa-se o turismo na ilha do Sal a nível da procura (4.2.) e da oferta (4.2.1.) e por último a distribuição do emprego nos estabelecimentos de alojamento do Sal (4.3.).

Cabo Verde é um arquipélago, situado no oceano Atlântico, separado cerca de 500 Km do continente africano.

Formado por dez ilhas e alguns ilhéus, o arquipélago de 4.033 Km² situa-se entre as latitudes de 14° 23' e 17° 12' N e as longitudes de 22° 40' e 25° 22' O.

As ilhas de origem vulcânica dividem-se em dois grupos: Barlavento, que abarca as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal, Boa Vista, e ilhéus Branco e Raso; e Sotavento que integra as ilhas do Maio, Santiago, Fogo, Brava, e ilhéus Seco e Rombo. Santiago é a maior ilha com 991 km² e Santa Luzia a menor com 35 km².

Sendo um país insular, Cabo Verde pertence à região da Macaronésia juntamente com os arquipélagos dos Açores, Canárias e Madeira.

Segundo o Censo 2010, Cabo Verde possui uma população residente de 491.875 habitantes, sendo 248.282 (50,5%) mulheres e 243.593 (49,5%) homens. Durante a década 2000-2010 a população do país registou um crescimento médio anual de 1,24%, valor inferior ao ocorrido na década anterior que foi de 2,4%. Outra particularidade é o facto da população ser extremamente jovem (54,4% da população tem menos de 25 anos).

⁶ Caracterização mais detalhada do arquipélago no anexo 3.

A esperança de vida total à nascença da população (Censo 2010) é de 72.9 anos em que as mulheres possuem uma longevidade maior 76.6 que os homens 68.9.

No que tange à educação, apesar de Cabo Verde ter alcançado uma taxa de alfabetização de 82,8%, os níveis de instrução alcançados pela população mostram-se desajustados aos desafios de desenvolvimento propostos. De acordo com os Censos 49,5% da população possui o ensino básico, 34,3% o secundário via geral e apenas 4,6% possui formação superior.

Quanto à empregabilidade, a taxa de desemprego nacional é de 10,7%. O estudo/diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde realizado em 2008, ilustra a importância do sector informal no mercado de emprego cabo-verdiano. Cerca de 70% dos empregados cabo-verdianos trabalham sem contrato, 7% tem contrato a prazo, 7% faz parte do quadro e 4% tem contrato por tempo indeterminado (MQE).

Em Cabo Verde não existe salário mínimo nacional, embora exista, de há muito, a discussão para o seu estabelecimento. Os salários são estabelecidos por acordo com a empresa. Algumas empresas atribuem os Subsídios de Férias e de Natal. Não se encontra instituído o subsídio de refeição (CCIT-PCV, 2009).

Com base em estudos realizados no que tange à economia cabo-verdiana, tornam-se consensuais os seguintes aspectos (IEFP, 2004):

- (i) Cabo Verde possui uma economia débil, fortemente dependente do exterior, importando cerca de 90% dos produtos que consome, tendo um sector informal que emprega cerca de 40% da mão-de-obra;
- (ii) Cabo Verde continua a ser um país vulnerável a choques internos e externos resultantes, por um lado, das condições climáticas desfavoráveis e, por outro, da sua elevada dependência de outros países que são cruciais nas transferências para o financiamento do seu programa de investimento;
- (iii) O país tem algumas potencialidades, nomeadamente nos sectores das telecomunicações, transportes, turismo e da construção civil;
- (iv) A estrutura do PIB é dominada pelo peso do sector dos serviços, seguido da construção e da agricultura. Contudo, neste último, verifica-se que as variações de

peso são mais erráticas, reflexo da sua dependência das condições climatéricas;

(v) A estrutura empresarial cabo-verdiana é constituída, essencialmente, pelas pequenas empresas, correspondendo a 91,8% do total das empresas existentes. As grandes empresas embora representem apenas 1,7% do total, têm maior capacidade para absorver mão-de-obra e são responsáveis por 45% do total de emprego;

(vi) A maior parte das empresas concentram-se em Santiago e São Vicente com destaque para Praia e Mindelo. De salientar, ainda, que cerca de 82,2% das grandes empresas estão localizadas nestes dois centros urbanos;

(vii) A informalidade tem um peso importante na economia cabo-verdiana. Cerca de 40% da população empregada cabo-verdiana exerce a sua actividade no sector não estruturado ou informal e nos subsectores do comércio, transporte, construção e indústria da madeira. A maioria exerce a sua actividade nos postos situados na via pública, nos mercados públicos e de forma ambulante.

A inexistência do salário mínimo nacional, o desemprego, a inexistência de subsídios de apoio aos desempregados e a falta de políticas sociais mais eficazes capazes de atenuar os níveis elevados de pobreza muito tem contribuído para um cenário de instabilidade sócio-económica e laboral e, consequentemente, o avolumar do fenómeno emigratório. As estatísticas oficiais (Instituto das Comunidades) apontam a existência de cerca de 500.000 cabo-verdianos distribuídos por África, Europa, e EUA.

Apesar de Cabo Verde enfrentar os constrangimentos inerentes às pequenas economias em contextos insulares, possui como pontes fortes: i) existência de estabilidade política e económica; ii) situação geográfica privilegiada; iii) mão-de-obra disponível e elevada (CCIT/ PCV, 2009).

O arquipélago tem com o tempo alcançado ganhos significativos deixando de pertencer ao grupo de países menos avançados (2008); tornando-se no 153º membro da OMC (2008) e obtendo uma parceria especial com a União Europeia (2007).

Segundo o relatório do FMI de 2010 referente a Cabo Verde, a boa governação e credibilização crescente do Estado e das suas instituições têm-se revelado como recursos estratégicos para o desenvolvimento e são determinantes para o

estabelecimento de parcerias e alianças para mobilizar recursos para a execução de programas de desenvolvimento, garantir a paz, estabilidade e solidez das instituições do Estado de Direito Democrático.

4.1. Caracterização da Ilha do Sal

Num país com as características económicas de Cabo Verde (fraco desenvolvimento industrial, pouca competitividade, elevada dependência externa, ausência de matérias-primas, mercado pequeno e pouco atraente) a actividade turística tem sido apontada como a solução para o desenvolvimento e forma de atenuar muitos dos problemas existentes.

A gestão do desenvolvimento turístico em Cabo Verde está centralizada na Cabo Verde Investimentos, organismo governamental, que assume as responsabilidades anteriormente cometidas ao Instituto de Turismo, e tal verifica-se também no Sal.

A ilha do Sal destaca-se no contexto nacional por ser a ilha com maior tradição turística o que lhe confere particularidades em comparação com as outras ilhas.

Com base nos instrumentos de planeamento como o Plano Director Municipal do Sal (PDM) 2007, Plano Municipal de Desenvolvimento do Sal (PMD) 2007, actualizado em 2009, e do Instituto Nacional de Estatística (INE), pretende-se abarcar de forma a seguir os seguintes aspectos da ilha do Sal: (i) a história da ilha, (ii) características da população, (iii) o ambiente natural.

i) Ilha do Sal - História

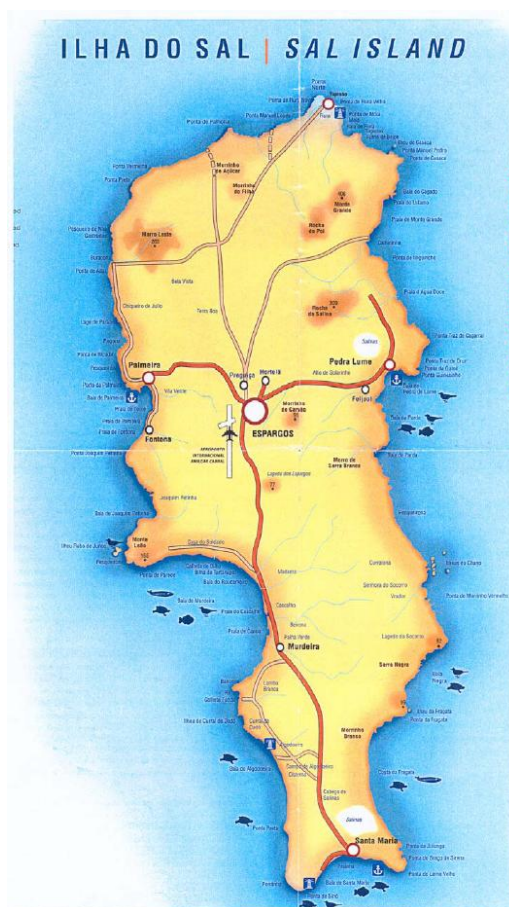
A ilha do sal é uma ilha de pequena dimensão (216 km² de superfície) de origem vulcânica, plana, com extensas praias e muito árida.

A aridez da ilha veio retardar o seu povoamento. Durante um significativo período de tempo a ilha serviu apenas de pastagem para rebanhos de cabras e de habitat a tartarugas e flamingos. O seu desenvolvimento económico dá-se em meados do século XVIII com a exploração do Sal que durou até 1985. A pesca também era uma actividade relevante e desenvolvida na ilha.

O desenvolvimento da ilha do Sal ganhou novos contornos com a abertura em 1949 do primeiro aeroporto internacional do arquipélago na zona de Espargos. Passando a economia da ilha a gravitar em torno das actividades aeroportuárias.

Com uma população de 25.657 habitantes, os principais aglomerados populacionais encontram-se localizadas nas zonas de Santa Maria (fig.2), Espargos, Palmeira e Pedra de Lume.

Figura 2 - Mapa da ilha do Sal



Fonte: Barros, 2007

Dadas as suas potencialidades (grande extensão de costa dotada de praias de areia branca, condições climáticas favoráveis, recursos culturais interessantes) a ilha na década de 90 do século passado passa a ser explorada turisticamente atraindo investidores de várias nacionalidades como italianos, portugueses, franceses e espanhóis.

Actualmente continua a ser a ilha turisticamente mais procurada do arquipélago e a melhor dotada de infra - estruturas hoteleiras. Pode dizer-se que a vida económica da ilha gravita em torno do aeroporto internacional e o sector turístico.

Nos últimos anos a evolução do destino tem ocorrido em dois sentidos:

- Por um lado, pelo reforço da hotelaria tradicional, associada à entrada e reforço de novos operadores turísticos internacionais;
- Por outro lado, pelo crescimento rápido da imobiliária turística, com uma expressão visível ainda confinada à Vila de S. Maria, mas que se prefigura numa série de grandes projectos em desenvolvimento, tanto na envolvente próxima de Santa Maria como nas ZDTIs de Murdeira e Pedra de Lume (PDM, 2009).

(ii) Características da população

A população da ilha do Sal ronda os 25.779 habitantes (com 13.898 homens equivalente a 53,9% e 11.866 mulheres, 46,1 %) o que corresponde a 5,2% da população do arquipélago. Verifica-se, segundo os Censos 2010 divulgados pelo INE, um crescimento significativo da população com uma Taxa de Crescimento Médio Anual de 5,5 % , entre 2000 a 2010.

Dados do INE 2000 já indicavam que a população da ilha do Sal tinha crescido a um ritmo sempre superior ao da população cabo-verdiana. Acrescenta-se o facto da ilha do Sal e a de São Vicente serem as mais urbanas de Cabo Verde e a população do Sal, contrariando a tendência nacional, ser constituída por mais homens que mulheres.

Quanto à educação na ilha, a taxa de alfabetização (15 anos e mais) era de 90% em 2006, contra os 78% a nível nacional. Nesse mesmo ano a proporção de indivíduos que frequentou um curso médio ou superior foi de 6,1%, acima dos 3,4% a nível nacional (Rodrigues, 2008).

De acordo com os Censos 2000 a ilha do Sal é a ilha com um maior índice de atracção. Esta atracção faz com que seja a única ilha em que a maior parte da população não é

nativa⁷. Mais de metade da população do Sal em Junho de 2000 não morava nesta ilha anteriormente. Isto é, dos 50.6% dos indivíduos que mudaram residência para o Sal, 5.3% moravam anteriormente no estrangeiro (5.3%) e os restantes 45.3% em outras ilhas do país, com especial predominância para São Nicolau (15.3%), São Vicente (11.4%), Santiago (8.8%) e Santo Antão (5.9%).

A habitação é considerada o elo fraco do desenvolvimento da ilha. Segundo Rodrigues (2008) a pressão dos movimentos migratórios não tem permitido a melhoria dos indicadores de natureza mais estrutural relacionados com a habitação e a saúde, por exemplo. Nestes aspectos, o Sal está pior que a média do país. Enquanto a nível nacional a proporção de cabo-verdianos que tinha casa própria era de 69% em 2006, na ilha do Sal essa proporção é consideravelmente inferior (48%). A proporção de famílias que habitam casas arrendadas é de 40% no Sal contra 16% a nível nacional.

Nota-se por exemplo que a proporção de barracas no Sal, embora reduzida (4,3%) é quase quatro vezes superior à média nacional (1,1%) e com tendência para crescer. Igualmente, a proporção de indivíduos que no Sal habitam em partes de casa é quase o dobro da média nacional.

No entanto, em termos de acesso a bens infra-estruturais e de bem-estar, baseando-se nas informações do INE (2001), o Sal apresenta valores bastante elevados.

Na verdade, se considerarmos o acesso a água canalizada, 47.7% das famílias desta ilha têm acesso a água da rede pública em suas casa, valor esse que é praticamente o dobro da média nacional (24.9%) e apenas superado pelo Maio (53.8%). No outro extremo está Santiago com apenas 17.3%.

Mais de 2/3 dos alojamentos do Sal possuem casa de banho com retrete (67.7%), contra 39.1% a nível nacional. Seguem-se São Vicente (55.3%) e São Nicolau (49.8%). Em Santo Antão (27.7%), Santiago (33.6%), Fogo (36.6%) e Brava (36.8%) apenas cerca de 1/3 das famílias gozam desta facilidade.

Quanto aos níveis de desemprego, (Rodrigues, 2008) o Sal, juntamente com a Boavista, são as ilhas com menor taxa de desemprego em 2006. Os Censos 2010 confirmam esta

⁷ Aguarda-se pela divulgação de dados mais detalhados dos censos 2010.

tendência. A média nacional da taxa de actividade é de 59,1% (67,4% para os homens e 51,1 para as mulheres).A ilha do Sal e da Boa Vista são as ilhas que apresentam taxas de actividade mais elevadas 78% e 78,9% respectivamente. Quanto à taxa de desemprego se a nível nacional atinge 10,7% para a ilha do Sal é de 10,8% enquanto Boa Vista atinge valores bastante inferiores 5,7%.

Quase metade dos trabalhadores ligados ao turismo estão concentrados na ilha do Sal. O turismo apesar de trazer um crescimento económico à ilha gerando postos de trabalho, muitos desses empregos são de baixa qualificação profissional e possuem um carácter sazonal ou temporário o que se traduz em alguma precariedade laboral (acrescenta-se a este facto a informação que ainda não se definiu no país um salário mínimo nacional e a fiscalização da Direcção Geral do Trabalho revela-se deficiente).

O Plano Municipal de Desenvolvimento da ilha (PMD, 2009) reflecte algumas preocupações sociais resultantes do desenvolvimento da actividade turística:

- O turismo arrasta atrás de si um elevado número de factores transformadores do bem mais precioso de uma sociedade que é a sua identidade. Na ilha estão identificadas mais de quarenta comunidades estrangeiras. Algumas delas com forte identidade cultural que exercem a sua influência na população local. É urgente que se crie meios e infra-estruturas para a preservação da cultura cabo-verdiana;
- Um outro problema gritante da ilha é o crescente impacte negativo a nível social – o alcoolismo, a prostituição, a toxicodependência e a delinquência juvenil. O turismo cria oportunidades de negócio mas arrasta atrás de si muitos problemas sociais que precisam ser combatidos, conjugando esforços das autoridades locais e dos operadores turísticos.

(iii) O ambiente natural

O turismo na ilha do Sal assenta principalmente nos recursos naturais em que Santa Maria constitui a centralidade turística face à sua localização próxima de uma das maiores e mais atractivas praias do país. Os principais produtos turísticos oferecidos têm sido o sol e a praia; o mar e desportos náuticos; diversidade paisagística; os

recursos culturais (música, dança, gastronomia, artesanato e património industrial nas salinas de Pedra de Lume).

Para a protecção e conservação dos recursos naturais existentes é imprescindível uma organização racional do espaço, de modo a potenciar o desenvolvimento das actividades económicas sem o esgotamento dos recursos e que permita o desenvolvimento do sector do turismo e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Actualmente, em Cabo Verde a produção de Cartografia Digital, Toponímia e Cadastro, de algumas ilhas, base essencial para a elaboração de Planos, encontram-se em diferentes fases de elaboração.

Da necessidade de reduzir os impactes negativos causados pela intensa pressão sobre os recursos naturais implementaram-se medidas legislativas nacionais de forma a garantir uma gestão mais equilibrada e sustentável dos recursos existentes, entre as quais destacam-se:

- a) Decreto-Lei nº3/2003 estabelece-se o regime jurídico da Rede Nacional das Áreas Protegidas cujas tipologias definidas são: Reserva Natural, Parque Nacional, Parque Natural, Monumento Natural, Paisagem Protegida, Sítio de Interesse Científico. Um regime de protecção dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que dado o seu valor ecológico, sócio-económico, turístico justificam uma protecção especial e gestão diferenciada;

No caso da ilha do Sal evidenciam-se dez áreas indicadas no anexo 4.

Convém no entanto ressaltar o facto de, apesar de se ter estabelecido o regime jurídico das áreas protegidas, tem-se verificado enormes constrangimentos a nível da sua operacionalidade que vão desde ausência de meios técnicos e humanos e financeiros à precária ou inexistente fiscalização e monitorização destas áreas.

- b) Decreto-Lei nº 2/2002, de 21 de Janeiro que proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial;

- c) Decreto-Regulamentar nº7/2002 de 30 de Dezembro que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção;
- d) Decreto-Lei nº29/2006 de 6 de Março que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente;
- e) Decreto-Lei nº31/2003 de 1 de Setembro que estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros, e respectiva fiscalização tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde pública.

A nível do Turismo e das medidas tomadas envolvendo o ordenamento do território, com incidência na gestão e organização da orla costeira a nível nacional, destaca-se o B.O. nº 2 da I Série, com o Decreto - Legislativo nº 2/ 93 de 1 de Fevereiro de 1993 que cria as Zonas Turísticas Especiais (ZTE). Estas abrangem áreas dotadas de especiais aptidões para o turismo existentes nas diversas ilhas e estabelecem, em linhas gerais, as formas de apropriação dos solos das mesmas zonas e as modalidades da sua cedência aos promotores turísticos (ver anexo 5).

No entanto, no que respeita à forma como tem sido feita a ocupação do solo inserem-se no quadro das preocupações do PDM da ilha do Sal, os seguintes aspectos:

- i) Implementação de vários empreendimentos nas ZDTI, sem uma visão de conjunto, nem dentro de cada ZDTI, nem no conjunto das mesmas, obstando assim à exploração de complementaridades sócio-territoriais;
- ii) Incongruência entre a implantação dos empreendimentos turísticos e a preservação dos recursos naturais que lhes dão suporte;
- iii) Enorme pressão sobre os recursos naturais da ilha, por via do aumento da construção, nomeadamente no que respeita à exploração de areia e de inertes;
- (iv) Preocupação e descontentamento da população pela perspectiva de ocupação de espiços na orla costeira tradicionalmente vivenciados pelos salenses (Pedra Lume, Fontona, Baía Joaquim Petinha, Calheta da Bilha, Ponta Leme-Igrejinha, Ponta da Fragata, etc.).

Um outro aspecto que não pode ser descurado é a problemática da produção e tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da ilha do Sal. Segundo informação do PMD do Sal, o aumento demográfico, associado ao forte desenvolvimento, em particular no sector turístico e da construção civil, vem proporcionando que a produção dos resíduos seja cada vez maior e complexa. O município do Sal tem convivido com a problemática dos Resíduos sólidos Urbanos (RSU), aliás um dos principais problemas identificados durante a elaboração do seu Plano Ambiental que contempla a problemática do saneamento como prioridade e considerado por especialistas como um dos factores limitativos do desenvolvimento da ilha.

Medidas legislativas foram tomadas em 2004 onde foi aprovado em conselho de ministros o PANA II, instrumento orientador que define a estratégia nacional para o ambiente num período de 10 anos. O PANA II é constituído por 9 planos intersectoriais e 17 planos municipais, onde estão retratados os problemas ambientais prioritários de cada sector e de cada município, bem como os programas e projectos para fazer face aos mesmos.

Ainda fazem parte do PANA II, 7 estudos temáticos de base sobre o estado físico, económico, social e legislativo do país, em que os temas abordados foram: Impactes da Apanha e Extracção de Inertes em Cabo Verde, Métodos Alternativos ao Uso de Inertes, Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental, Impacte do PANAI sobre o Género e a Pobreza, e Legislação, Regulamentação, e Instrumentos de Fiscalização e Gestão do Ambiente.

Os problemas ambientais da ilha do Sal pouco se diferenciam dos existentes no arquipélago, destacando-se os seguintes:

- Inexistência de um sistema de tratamento e valorização dos resíduos produzidos sendo os mesmos após a recolha municipal depositados nas lixeiras e queimados a céu aberto. No entanto, encontra-se previsto no PMD da ilha uma parceria público/privado para a construção de um aterro sanitário, de ecopontos e reciclagem entre outras medidas visando mitigar esse problema;
- A nível energético, está prevista a construção, durante o ano de 2011, de quatro parques eólicos nas ilhas do Sal, Santiago, São Vicente e Boa Vista num total de

28 mega watts de potência, e a montagem, no país, do Centro Regional de Energias Renováveis da África Ocidental (Sistema de Informação Ambiental de CV- SIA-2010). Estas medidas conjugadas com outras que possam vir a ser tomadas poderão contribuir para a sustentabilidade energética atenuando a forte dependência de combustíveis fósseis com impactes nefastos no ambiente;

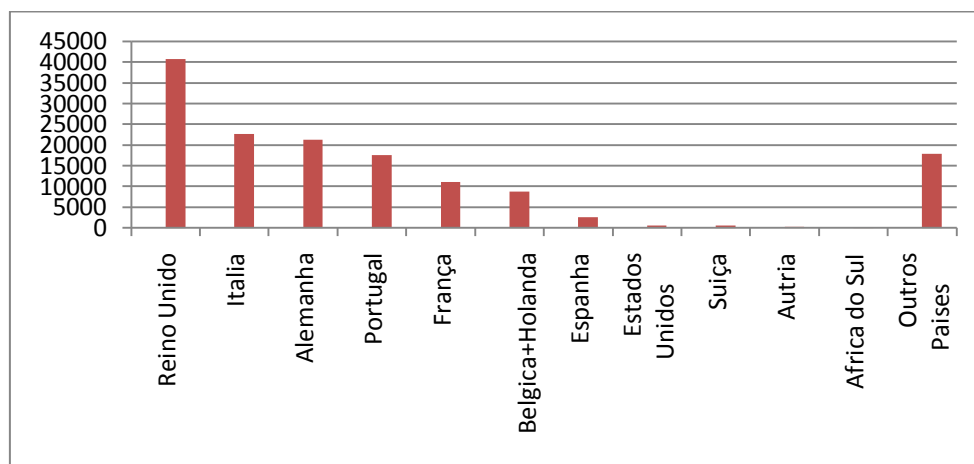
- O aumento da procura e extracção de inertes das praias e ribeiras com impactes ambientais preocupantes e sem estratégia imediata de resolução do problema;
- Pressão sobre a fauna local, principalmente no habitat das tartarugas marinhas com perturbações geradas por desregradas visitas turísticas a locais de desova.

A pressão sobre as infraestruturas, o consumo enegético e os recursos está muito dependente da intensidade dos fluxos turísticos na ilha. Com este propósito, procedemos no ponto seguinte a uma análise do turismo na ilha a nível da procura e da oferta no momento actual.

4.2.Caracterização da procura turística na ilha do Sal

Em 2010 a ilha do Sal recebeu 154 115 hóspedes que representam 40,4% do total dos hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros do país. Os hóspedes provenientes do estrangeiro são maioritariamente os europeus em especial os do Reino Unido (40 710), Itália (22 707), Alemanha (21 233) e Portugal (17 597). Os hóspedes não-europeus são ainda pouco representados: EUA, 563 e África do Sul, 51 hóspedes.

Figura 3 - Número de hóspedes, segundo o país de residência habitual, na Ilha do Sal – 2010



Fonte: INE, 2011, elaboração própria

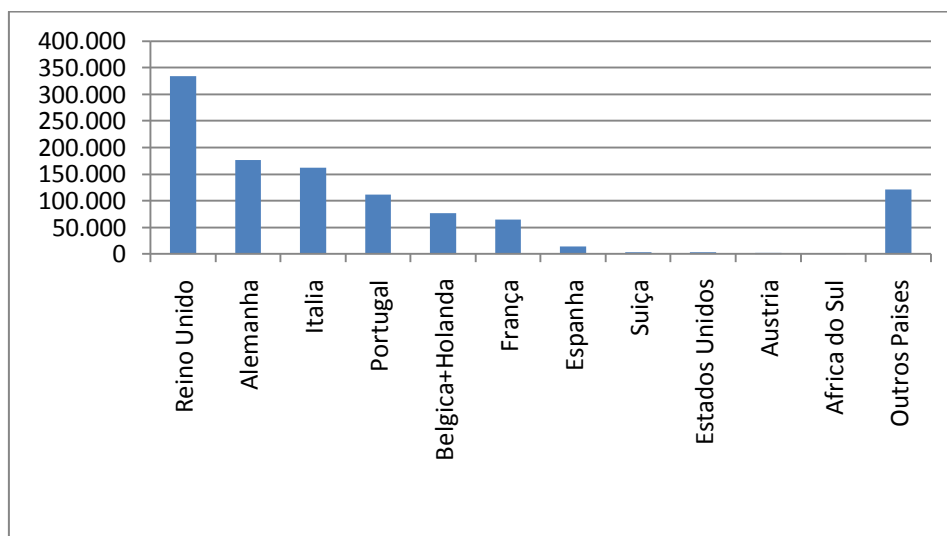
Em relação às dormidas, tal como nos hóspedes, a Ilha do Sal é a de maior acolhimento do arquipélago. As dormidas totalizam 1 104 004 o que corresponde a 47,1% do total das dormidas realizadas no arquipélago.

Os hóspedes residentes no Reino Unido contribuem com 334 153 dormidas, 30,3% do total, seguem-se os da Alemanha, Itália e Portugal com 16%, 14,7% e 10% respectivamente.

O Reino Unido é o principal mercado emissor (54,7% das dormidas são realizadas no Sal) e a Alemanha é o terceiro país a nível das entradas e segundo em número de dormidas (47,8% das dormidas são realizadas no Sal).

Os residentes em Itália realizam 58,3% das dormidas também na Ilha do Sal. Para os hóspedes provenientes destes mercados os hotéis são os estabelecimentos hoteleiros mais procurados contabilizando mais de 90% das dormidas efectuadas.

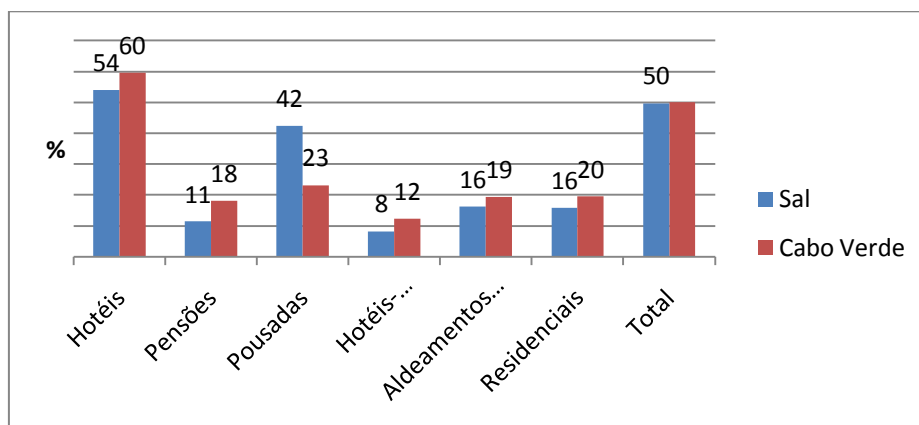
Figura 4 - Número de dormidas, segundo o país de residência habitual dos hóspedes, na Ilha do Sal - 2010



Fonte: INE, 2011, elaboração própria

A taxa de ocupação-cama geral é de 50%, valor idêntico à média nacional. Os hotéis no Sal são os estabelecimentos com a melhor taxa de ocupação-cama, 54%, valor ligeiramente abaixo da média nacional, seguem-se as Pousadas com 42%, os Aldeamentos turísticos e as Residenciais com uma taxa de ocupação-cama de 16%.

Figura 5 - Taxa de ocupação-cama por tipo de estabelecimento na Ilha do Sal - 2010

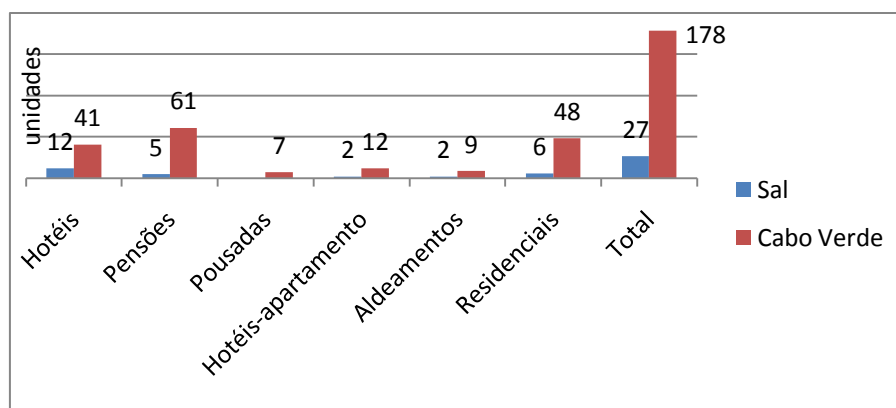


Fonte: INE, 2011, elaboração própria

4.2.1. Caracterização da oferta turística na Ilha do Sal

Os estabelecimentos hoteleiros na Ilha do Sal registaram um crescimento de 106% entre os anos 2000-2009 (17 estabelecimentos em 2000 e 35 estabelecimentos em 2009). Os hotéis são a tipologia mais representada com um crescimento de 66.6% no mesmo período. Esta dinâmica de crescimento foi interrompida em 2010 com uma variação negativa de 22,8% devido ao encerramento de alguns estabelecimentos hoteleiros em consequência dos efeitos da crise financeira internacional. Num total de 9 estabelecimentos de alojamento encerrados, 3 são hotéis, 2 pensões, a única pousada existente, 2 hotéis-apartamento e uma residencial. Paralelamente, registe-se a abertura de um aldeamento turístico. Em 2010 o Sal dispõe de 27 estabelecimentos hoteleiros que correspondem a 15,2% do total de estabelecimentos do país.

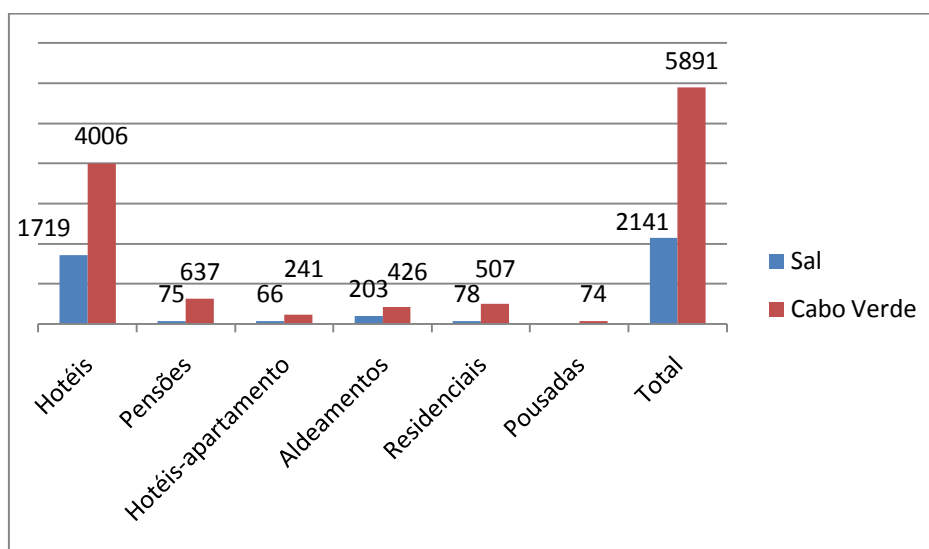
Figura 6 - Estabelecimentos Hoteleiros na Ilha do Sal - 2010



Fonte: INE, 2011, elaboração própria

O decréscimo do número de estabelecimentos hoteleiros traduziu-se na diminuição da capacidade de alojamento na ilha, mas mantém a posição de liderança na oferta de alojamento. O número de quartos disponíveis em 2010 é de 2141 o que corresponde a 36,3% do total do país. Os quartos de hotel representam 80,2% da oferta total de quartos do Sal.

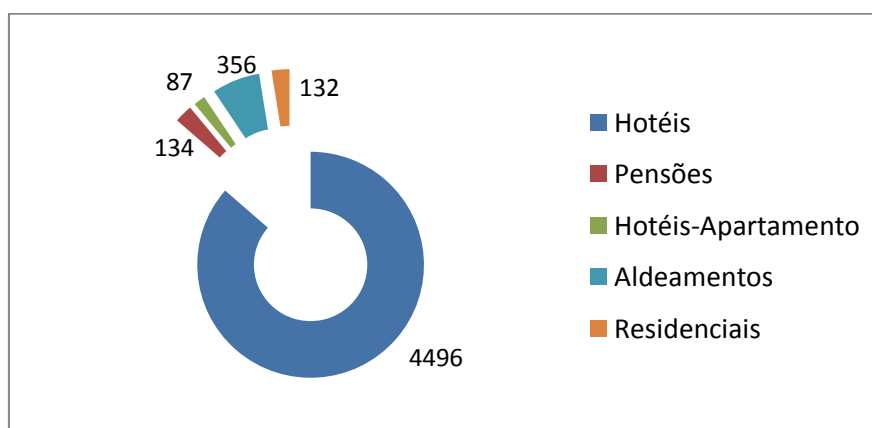
Figura 7- Quartos disponíveis segundo o tipo de estabelecimento - 2010



Fonte: INE, 2011, elaboração própria

Em relação ao número de camas, a Ilha do Sal continua a oferecer o maior número, 5205 o que correspondem a 45,7% das camas disponíveis no conjunto das ilhas (11 397 camas). Os hotéis oferecem uma proporção significativa de camas, 4496 que correspondem a 86,3% das camas disponíveis na ilha.

Figura 8 - Camas disponíveis segundo o tipo de estabelecimento - 2010

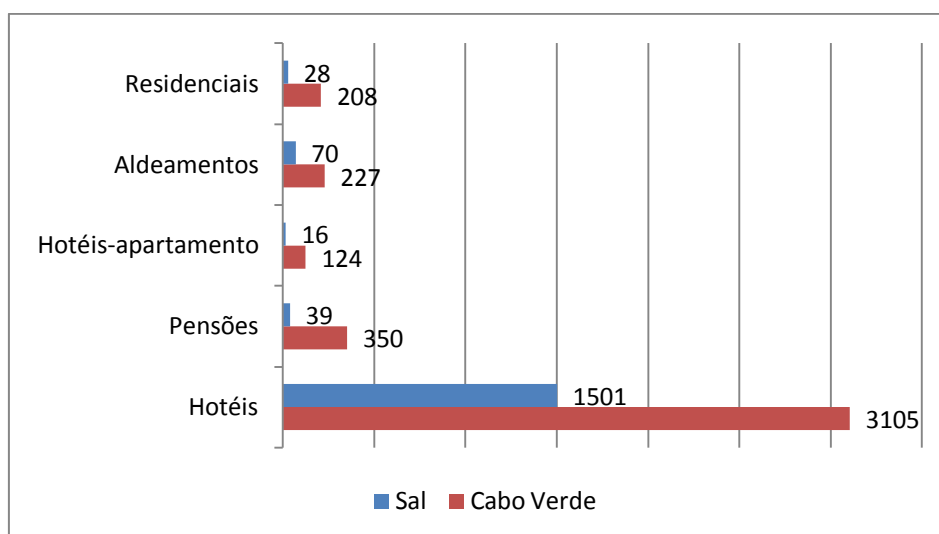


Fonte: INE, 2011, elaboração própria

4.3.Distribuição do emprego nos estabelecimentos de alojamento do Sal

Em 2010, o conjunto dos estabelecimentos de alojamento turístico na Ilha do Sal tinham 1654 indivíduos ao serviço, 40,8% do total do pessoal ao serviço nos estabelecimentos de alojamento do país. Os hotéis são o principal empregador com 90,7% do pessoal ao serviço na ilha. Por género, as mulheres representam 57,6% e os homens 42,4% do pessoal ao serviço.

Figura 9 - Pessoal ao serviço segundo o tipo de alojamento - 2010



Fonte: INE, 2011, elaboração própria

A grande maioria do pessoal ao serviço é de nacionalidade cabo-verdiana. Em 2010 os nacionais representavam 96% do total do pessoal ao serviço. O pessoal ao serviço de outras nacionalidades exerce a sua actividade sobretudo nos hotéis ocupando os lugares de chefia e de coordenação.

Figura 10 - Pessoal ao serviço, nacional e estrangeiro - 2010



Fonte: INE, 2011, elaboração própria

4.4. Em resumo

Cabo Verde é um país que goza, segundo realatórios de entidades credenciadas, de boa governação e credibilização crescente do Estado e das suas instituições. Este facto, representa condições estratégicas não negligenciáveis para a intensificação de relações com o exterior e para a continuidade do seu processo de desenvolvimento. No entanto, joga a seu desfavor um corpo de constrangimentos característicos das pequenas economias insulares que vão desde a elevada dependência do exterior à fragilidade ambiental.

Com uma população extremamente jovem, parte significativa da população no sector informal e uma taxa de desemprego elevada, é imperioso ajustar a mão-de-obra disponível aos desafios de desenvolvimento do país.

A actividade turística representa uma forte aposta o que tem justificado o investimento na infra-estruturação e na definição de políticas e estratégias para o sector.

A ilha do Sal consolidou ao longo de praticamente duas décadas a sua posição de “ilha turística” no contexto das políticas de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, atraindo investimento em infra-estruturas hoteleiras, turistas e pessoas de outras ilhas que encontraram na actividade turística o seu modo de vida.

O produto turístico tradicionalmente oferecido assenta nos recursos naturais (praias e paisagens) o que tem justificado por parte do Estado a criação de um conjunto de medidas legislativas no sentido de aliviar a pressão sobre esses recursos e permitir a sustentabilidade dos mesmos.

No que tange à procura/oferta turística na ilha do Sal observou-se que as variáveis turistas, estabelecimentos hoteleiros e emprego cresceram de forma praticamente contínua (ressalve-se algumas quebras marcadas por acontecimentos internacionais) até 2009. Em 2010, a Ilha do Sal registou uma diminuição nas entradas de turistas devido à conjuntura adversa a nível global e na oferta de alojamento devido ao encerramento de alguns hotéis. No primeiro trimestre de 2011 registou-se um crescimento positivo tanto no número de hóspedes como de dormidas face ao período homólogo com a ilha do Sal a acolher cerca de 45% dos hóspedes. Embora a Ilha do Sal concentre o essencial da

actividade turística do país, o seu peso relativo tem vindo a diminuir face ao rápido crescimento do turismo na Ilha da Boavista.

A análise dos fluxos da oferta e da procura turística na ilha do Sal remete para a necessidade da compreensão da forma como a população local encara a actividade e interpreta os impactes causados pelo turismo. O desenvolvimento deste ponto é antecedido pela abordagem metodológica.

5. Metodologia

Em Cabo Verde apesar da existência de alguns constrangimentos para o desenvolvimento do turismo (energia, infra-estruturas, pobreza), as suas potencialidades levam a acreditar que o turismo possa, de futuro, representar uma alternativa viável ao desenvolvimento do país. Para que este desenvolvimento seja satisfatório torna-se necessário integrar todos os agentes envolvidos no processo e, principalmente, auscultar a população local.

A escolha da ilha do Sal deve-se ao facto de ser a ilha com uma maior tradição turística e, segundo os dados fornecidos pelo INE de Cabo Verde, continua a ser a mais procurada pelos turistas. Dada a beleza dos seus recursos naturais posicionou-se como um destino de “sol, praia e mar”, associado a algumas particularidades diferenciadoras de outros destinos semelhantes:

- O facto de ser um “destino aberto”, ou seja com segurança de circulação, aliada à hospitalidade (Morabeza);
- O facto de se encontrar mais próximo dos mercados emissores da Europa, em relação a outros destinos concorrentes;
- O facto de aliar os aspectos anteriores a uma envolvência cultural específica.

O destino posiciona-se com uma oferta diversificada quanto às formas de consumo, permitindo captar diversos segmentos de mercado (PDM Sal, 2009).

Agrega-se o facto de na ilha do Sal a oferta dos produtos turísticos estar bem definida, os efeitos da actividade turística estão identificados o que torna muito mais exequível a construção das percepções por parte da população local.

A revisão da literatura existente sobre a temática da percepção dos impactes do turismo por parte da população local permite criar algumas hipóteses referentes à percepção da população local salense sobre os impactes do turismo na ilha. Estas, só poderão ser demonstradas e aferidas após a introdução de técnicas de observação:

- A percepção da actividade turística varia consoante o género dos inquiridos sendo os do sexo masculino muito mais optimistas que do sexo oposto;

- A percepção dos impactes económicos varia com a idade dos inquiridos;

É extremamente difícil poder-se abarcar toda a população que se gostaria de analisar, sendo assim, procura-se retirar partes dos casos que constituem o universo (a amostra), tirar conclusões, e extrapolar as conclusões para o universo. A representatividade da amostra constitui um aspecto que não pode ser descurado. Dependendo do objectivo da investigação, da natureza da investigação e dos recursos disponíveis, isto implica, normalmente, um universo com dimensão entre 100 e 500 casos (Hill e Hill, 2009).

Visto que todos os instrumentos de recolha de informação devem ser testados para saber quanto tempo demoram os receptores a realizá-los; por outro lado, isto permite eliminar questões que não conduzam a dados relevantes (Bell, 2004), onze dos inquiridos foram submetidos a um pré-teste cujo objectivo foi o de certificar se as questões seriam compreendidas sem dificuldades pela população. Não houve necessidade de realizar alterações ao questionário.

Este estudo é de natureza exploratória. O processo de selecção dos inquiridos baseou-se na amostragem por conveniência. O método tem a vantagem de ser rápido, barato e fácil, mas possui o inconveniente dos resultados não poderem ser extrapolados com confiança para o universo (Hill e Hill, 2009). O processo de escolha dos inquiridos obedeceu a determinados requisitos:

- Terem dezoito ou mais anos;
- Residirem na ilha do Sal há pelo menos um ano;
- No momento da realização do estudo encontrarem-se a residir na ilha.

Com estes requisitos pretendeu-se abordar indivíduos adultos e com um tempo de residência na ilha que permitisse ter uma opinião formada sobre a realidade da ilha, no geral, e sobre os impactes do turismo em particular.

Apesar das limitações inerentes a todas as técnicas de observação, optou-se pela utilização do questionário escrito, que se justifica por:

- já se ter um conhecimento geral das características da população (a nível cultural, condições de vida, comportamentos);

- permitir a quantificação de uma multiplicidade de dados passíveis de posteriores análises;
- possibilitar a uniformidade na observação dos factos e standardização da terminologia empregue facilitando depois o tratamento da informação;
- ser de rápida aplicação.

Os questionários foram realizados na ilha do Sal (principalmente nas zonas de Santa Maria e Espargos) a duzentos e trinta e um indivíduos de ambos os sexos, durante sete dias (de 27 de Março a 2 de Abril de 2010). Procurou-se abranger indivíduos pertencentes a diversos quadrantes da actividade económica desde comércio, restauração, funcionários da administração pública, de agências de viagens, turismo, taxistas, estudantes, professores, de forma abarcar o máximo de segmentos possível. O inquérito foi distribuído aos inquiridos em espaços públicos, mediante os esclarecimentos necessários.

O modelo de questionário utilizado é similar ao utilizado por Haralambopoulos e Pizam (1996) com ajustes ao contexto nacional (cabo-verdiano) e local (salense).

Sem prejuízo nas informações necessárias para o estudo, procurou-se elaborar um questionário anónimo, não muito extenso (ver anexo 1) de forma a torná-lo mais atraente aos olhos dos inquiridos, evitando recusas e desperdício de tempo. Um outro aspecto que se teve em conta no acto da elaboração das questões foi o capital cultural dos entrevistados de forma a garantir-se uma correspondência entre o universo de referência das perguntas e o universo de referência dos entrevistados (Quivy e Campenhoudt, 1992).

O questionário é constituído por sessenta questões (a grande maioria fechadas), com os assuntos agregados em sete categorias:

- a primeira parte consiste em apurar os dados de identificação dos inquiridos;
- da segunda a quinta parte prende-se com questões que permitam conhecer as percepções dos inquiridos quanto aos impactes culturais, sociais, ambientais e económicos;

- a sexta parte do questionário incorpora questões que visam conhecer as opiniões gerais sobre o turismo na ilha do Sal e os níveis de satisfação dos inquiridos (número turistas na ilha, se os benefícios superam os malefícios, níveis de dependência económica e qualidade de emprego turístico);
- por último, um grupo de questões que procuram conhecer a opinião dos níveis de envolvimento dos inquiridos no planeamento da actividade turística e a responsabilização.

Recorreu-se a uma escala de Likert permitindo assim calcular o grau de intensidade das respostas. Utilizou-se uma escala de 1 a 5 em que 1 corresponde a níveis de intensidade negativos mais baixos (piorou muito) e 5 a níveis de intensidade positivos mais elevados (melhorou muito).

Considerou-se que as respostas dos inquiridos são favoráveis quando os valores são iguais ou superiores a 3,5 e desfavoráveis quando inferiores a 2,5. Os valores compreendidos entre 2,5 e 3,4 correspondem a percepções neutrais por parte dos inquiridos.

Também se fez recurso a alternativas de resposta dicotómicas como forma de melhor aferir as opiniões dos inquiridos.

Dados recolhidos, posteriormente, foram submetidos a tratamento informático estatístico com recurso ao programa SPSS.

Uma das fragilidades do instrumento de recolha de informação seleccionada deriva da própria natureza deste instrumento de investigação. Se por um lado os questionários possuem vantagens na sua aplicação, por outro, não permitem o aprofundamento das respostas e proporciona situações de não respostas que poderá trazer alguns embaraços nos resultados finais.

A atmosfera de confiança torna-se crucial no momento de aplicação dos questionários. Num primeiro momento deparou-se com alguma desconfiança por parte da população devido ao facto da inquiridora não pertencer à comunidade e do tema ser muito delicado (levaria as pessoas a opinar sobre o turismo na ilha, uma das actividades que absorve parte da mão-de-obra disponível e num país com elevados problemas de desemprego, pobreza e fragilidade económica).

Muitos dos abordados interrogaram se os questionários não possuíam fins políticos e apresentavam sinais de desgaste alegando que só eram abordados pelo poder político quando se aproximavam as campanhas eleitorais.

O facto do questionário ser anónimo garantiu a viabilidade de todo o processo de recolha da informação e também o recurso a familiares conhecidos na ilha como acompanhantes criou uma atmosfera de confiança e credibilidade imprescindível para adquirir-se a colaboração dos inquiridos. Apesar disso, notou-se que as maiores lacunas no preenchimento concentraram-se na solicitação dos dados de identificação dos inquiridos (Ano de Nascimento, Profissão, Local de residência, Nível de Instrução) o que poderá estar relacionado com a escala da ilha e a percepção dos residentes da dificuldade do anonimato salvaguardar de facto a sua identidade.

Ao longo do trabalho de investigação realizou-se a pesquisa documental recorrendo a dados estatísticos de instituições credíveis, estudos e planos promovidos pela autarquia local e outros documentos textuais encontrados no decorrer da pesquisa que para além de acrescentarem valor ao estudo proporcionaram uma economia de tempo e de recursos valiosa.

6. A percepção da população residente na ilha do Sal sobre a actividade turística

O turismo tem-se mostrado como um fenómeno de dimensão mundial que para além de exigir a envolvimento e articulação dos mais diversos sectores incorpora uma série de impactes no país receptor.

A natureza dos impactes turísticos não é universal e nem se manifesta de igual forma em todos os destinos turísticos.

Um aspecto inegável é o facto da actividade turística ser uma actividade que faz-se pela apropriação de recursos quer naturais, quer culturais; e ser transformadora da realidade territorial com interferência em todos os domínios da sociedade.

Nota-se ao longo da produção literária sobre o assunto uma clara tendência para evidenciar os seus impactes económicos (que são facilmente quantificáveis e visíveis a curto/médio prazo) em detrimento dos sociais, culturais e ambientais (revelam-se de maior complexidade, dificilmente mensuráveis e manifestam-se a longo prazo).

A proliferação de discursos à volta das benesses que a actividade turística pode trazer para os destinos turísticos ganha um maior eco em contextos onde a fragilidade económica dos países é maior e se debatem com problemas de desemprego e insegurança alimentar.

É nestes cenários que, por vezes, num esforço de mostrar-se competitivo e atraente como destino turístico, coloca-se a tónica no turista (compreensão das suas motivações e necessidades) remetendo para segundo plano a comunidade local (suas percepções, expectativas, frustrações e necessidades).

Este capítulo incide sobre o tratamento e interpretação dos dados recolhidos pelo inquérito aplicado a duzentos e trinta e um inquiridos, com dezoito ou mais anos, residentes na ilha do Sal há pelo menos um ano, seleccionados numa lógica de acessibilidade, principalmente em espaços públicos, com o propósito de aferir as percepções dos residentes quanto aos diversos impactes provocados pelo turismo na ilha. Apresenta-se, em primeiro lugar, a caracterização do universo dos inquiridos quanto ao género, habilitações literárias, estrutura etária, actividade profissional, local e

tempo de residência na ilha do Sal⁸ (6.1). Os pontos seguintes tratam a percepção dos impactes culturais (6.2.), ambientais (6.3), económicos (6.4.), e sociais (6.5.). A participação e envolvimento da população local nas políticas turística, bem como a opinião acerca do turismo na ilha são focados no ponto 6.6. Finalmente, analisam-se as variáveis género (6.7.), idade (6.8.); e profissão(6.9.).

6.1. Caracterização da população inquirida

Quanto ao género o número de inquiridos femininos é ligeiramente superior ao de inquiridos masculinos, representando o universo feminino 53,2% e o masculino 46,8%. A elevada percentagem, 30,3%, de não-resposta (*missing*, na terminologia do SPSS) em relação às habilitações literárias dos inquiridos inviabiliza a análise respectiva. Em todo o caso, e apenas como referência, do total dos inquiridos que responderam a esta questão, 55,9% possuem o ensino secundário, 16,8% com formação superior e com ensino básico integrado (11,2%).

Em relação à estrutura etária, mais de metade dos inquiridos tem menos de 40 anos. Especificando, 38,5% dos inquiridos tem entre 18 e vinte e oito anos, 28,3% tem entre 29 e 39 anos. A percentagem de inquiridos com mais de 40 anos diminui substancialmente à medida que a idade aumenta. A faixa etária dos 40-50 anos representa 17,7% dos inquiridos e 10,2% tem 51 ou mais anos. A estrutura etária dos inquiridos está de acordo com as características da estrutura etária da população cabo-verdiana quer em relação aos grupos etários como ao género (população jovem e maioritariamente feminina). De acordo com os dados do Censo 2010 da população residente por sexo 49,5% é do sexo masculino e 50,5% feminino. Quanto à distribuição da população por grupos etários, a população é extremamente jovem com 54,4% da população com menos de 25 anos, 31,6% com menos de 15 anos e 6,4% com mais de 65 anos. Estabeleceu-se a actividade profissional dos inquiridos, em função das profissões apresentadas nomeadamente as actividades comerciais (relacionadas, ou não, directamente com o turismo), e outras actividades directamente relacionadas com a

⁸ Os quadros referentes a essas informações encontram-se no anexo 6

actividade turística tais como: técnicos de turismo, agências de viagem, gestores, empregados na hotelaria e restauração, seguranças. Na administração pública incluem-se profissionais diversos, como professores e auxiliares administrativos. No sector dos transportes destacam-se os profissionais dos transportes aéreos ligados à empresa de Aviação e Segurança Aérea (ASA) tais como controladores de tráfego aéreo e bagageiros e os profissionais de transporte terrestres como os taxistas. Embora os estudantes não constituam uma classe profissional, dada a sua representatividade, foram incluídos na análise.

As actividades económicas mais representadas no Sal enquadram-se no sector dos serviços, o que revela a crescente terciarização verificada na ilha, devido ao desenvolvimento da administração pública e ao comércio/turismo (INE,2006). Cerca de 17% dos inquiridos são trabalhadores da administração pública e 16,4% exercem a sua actividade no comércio e turismo. Os inquiridos do sector dos transportes representam 15,0 % que na sua maioria exercem actividade na principal infra-estrutura aeroportuária do país - Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - localizado em Espargos.

Local Residência- Mais de metade dos inquiridos residem nos dois principais centros urbanos: Espargos, principal centro administrativo e político da ilha, e Santa Maria principal pólo turístico com 45,9% e 12,6% respectivamente dos inquiridos.

Em relação ao tempo de residência no Sal, 39,4% dos inquiridos viveu sempre na ilha e 48,9% reside há mais de três de anos. Estes últimos deverão constituir a população migrante de outras ilhas atraída pela oferta de emprego no turismo. Dado o tempo de residência na ilha será expectável que os inquiridos apresentem uma clara percepção sobre os impactes provocados pelo crescimento do turismo. A caracterização da população revela o facto de alguns dos inquiridos não terem respondido (apesar do anonimato) a questões como a actividade profissional, o local de residência e - no caso das habilitações literárias- inviabilizaram a caracterização dos indivíduos inquiridos.

A análise que se segue está dividida em duas partes. A primeira contempla a análise quantitativa das respostas das percepções quanto aos diversos impactes do turismo e na segunda parte através do cruzamento de algumas variáveis procura-se validar as hipóteses de investigação colocadas anteriormente. Para isso recorreu-se ao programa

SPSS para as análises estatísticas onde inclui-se a análise de frequências, médias, desvio padrão, assim como o recurso a testes paramétricos teste t e ONE- WAY ANOVA. Assim, começa-se por analisar o bloco de questões relativas às percepções dos impactes culturais.

6.2. Percepção dos impactes culturais

6.2.1. Resultados

Os impactes culturais provocados pelo turismo são percebidos pelos inquiridos (quadro 4) de forma essencialmente neutral em relação à maioria dos itens: actividades locais tradicionais (festas, música, dança), a conservação de lugares com valor estético, histórico e cultural, recuperação de casas típicas coloniais e alteração de hábitos da população. O único item em que se verifica percepções sobre os impactes culturais favoráveis é no da gastronomia tradicional.

As respostas dos inquiridos sobre os impactes culturais denotam existir, de forma generalizada por parte da população inquirida, ainda uma fraca percepção dos impactes culturais do turismo na comunidade salense, facto este justificado pela própria média global assumir valores de percepções neutras (3,23).

Quadro 4 - Média e desvio padrão da opinião dos residentes dos impactes culturais

Variáveis de impacte	Média ^a	DP
Conservação lugares valor histórico estético	2,93	1,257
Recuperação casas típicas	2,96	1,341
Alteração hábitos população	3,00	1,373
Actividades locais tradicionais	3,38	1,146
Produção arte local	3,43	1,301
Gastronomia tradicional	3,70	1,138
Média global	3,23	

^a Escala 1= piorou muito; 2 = piorou; 3 = neutral; 4 = melhorou ; 5 = melhorou muito

6.2.2. Discussão

O resultado da análise da percepção dos impactes culturais aponta para o facto de os impactes culturais gerados pelo turismo não serem ainda muito perceptíveis por parte dos inquiridos. A média global dos impactes culturais assume valores de percepções indefinidas sendo os impactes percebidos de forma neutral. Nota-se ainda uma elevada dispersão em relação à média das respostas dos inquiridos em relação aos itens propostos no estudo. No entanto, foram percebidos de forma favorável os impactes do turismo na gastronomia tradicional.

Resultados idênticos foram encontrados por Nunkoo e Ramkisson (2010) nas Ilhas Maurícias em que, apesar dos outros impactes do turismo para a população mostrarem-se definidos, os culturais revelaram-se neutrais. A confirmar essa tendência os estudos sobre as atitudes dos residentes face ao turismo nos Açores (SREA, 2007) revelam que os residentes ignoram ou não valorizam os problemas que o turismo pode trazer em termos de choques culturais. Moniz (2009), ainda no mesmo contexto açoriano, indica que a preservação da cultura e o estímulo ao artesanato local estão entre os impactes do turismo que reuniram maior consenso por parte da população residente.

Contrariamente, um estudo realizado por Korça (1998) na Turquia demonstrou que os residentes de Antalya estavam em condições de diferenciar os custos e os benefícios da actividade turística. Um dos impactes positivos que mais se destacava era o facto do desenvolvimento turístico ter contribuído para aumentar o interesse na preservação de sítios históricos e arqueológicos. Os estudos que incidem na percepção dos impactes culturais provocados pelo turismo não se tem mostrado muito relevantes para as respectivas comunidades. Este facto, pode encontrar uma explicação em Kyungmi (2002), que ao pretender investigar como o turismo afectava a qualidade de vida das comunidades, desenvolveu modelos onde encontrou uma forte relação entre os impactes culturais do turismo e o bem-estar emocional da população residente. Para este autor, consoante as fases de desenvolvimento do destino turístico assim destacar-se-iam os diversos tipos de impactes (sociais, económicos, ambientais, culturais). Os impactes culturais e, consequentemente os níveis de satisfação do bem-estar emocional dos residentes, manifestam-se de forma mais evidente na fase do declínio do destino turístico.

Nesta perspectiva, Cabo Verde é um dos destinos turísticos emergentes e está no início do seu ciclo de vida enquanto destino turístico⁹. É necessário ainda proceder-se a um exaustivo levantamento dos recursos turísticos em todas as ilhas de modo a constituir produtos e roteiros específicos (OTCV, 2010) o que pode levar a justificar a existência de percepções ainda pouco precisas sobre os impactes culturais na ilha pelos inquiridos.

6.3. Percepção dos impactes ambientais

6.3.1. Resultados

Destaca-se a Poluição sonora (2,32) como o único impacte ambiental com percepção negativa e os restantes itens revelam valores neutrais.

Ainda dentro dos itens com valores neutrais temos: a Limpeza e higiene dos espaços públicos; Gestão de áreas protegidas; Abastecimento de água e energia e a Circulação de pessoas e viaturas, apresentando valores muito próximos de 3,5 (percepções favoráveis). E, itens como Poluição de Solos; Extracção de inertes e Poluição do Ar, igualmente neutrais, mas com valores mais próximos de valores inferiores a 2,5 (percepções desfavoráveis).

Um outro aspecto a constatar é a ausência de percepções ambientais positivas por parte da população inquirida (nenhum item assume valores maior ou igual a 3,5).

6.3.2. Discussão

A análise da percepção dos impactes ambientais por parte dos inquiridos permite afirmar que, à semelhança dos impactes culturais, as opiniões globais se mostram na sua maioria neutra e com consideráveis níveis de dispersão em relação à média.

O aumento da poluição sonora provocado pela actividade turística foi o único impacte ambiental percebido de forma negativa pelos inquiridos.

⁹ Afirmção de Fátima Fialho, ex-Ministra da Economia, Crescimento e Competitividade de Cabo Verde, na revista Observatório de Turismo de Cabo Verde (OTCV), nº1, Fevereiro de 2010.

Também os inquiridos ainda não percebem nenhum impacto ambiental positivo associado ao turismo praticado na ilha.

Quadro 5 - Média e desvio padrão da opinião dos residentes dos impactes ambientais

Variáveis de impacte	Média ^a	DP
Poluição sonora	2,32	1,058
Poluição de solos	2,50	1,223
Extracção inertes	2,53	1,386
Poluição do ar	2,54	1,285
Poluição da água do mar e outros cursos de água	2,65	1,298
Conservação de corais e dunas	3,11	1,382
Protecção ambiental e ecossistemas	3,15	1,244
Circulação de pessoas e viaturas	3,33	1,200
Abastecimento de água e energia	3,34	1,151
Gestão de áreas protegidas	3,36	1,347
Limpeza e higiene de espaços públicos	3,38	1,024
Média global	2,93	

^a Escala 1= piorou muito; 2 = piorou; 3 = neutral; 4 = melhorou ; 5 = melhorou muito

Alguns estudos indicam uma tendência da população inquirida para a desvalorização dos impactes ambientais em prol de outros benefícios que advém da actividade turística. Bender *et al.*, (2008) realizaram um estudo sobre as percepções da população em Asted (Virgínia, EUA) e, não encontrando preocupações com os impactes ambientais por parte dos entrevistados (não sentem que o turismo provoque mais lixo e poluição atmosférica

para a comunidade) afirmaram que os benefícios gerados superam os impactos negativos. Uma larga maioria acreditava no planeamento a longo prazo como forma de controlar os impactos ambientais negativos do turismo e no contributo dos turistas na conservação da região (Bender *et al.*, 2008). Resultados semelhantes foram obtidos na análise das opiniões dos açorianos em relação aos impactos do turismo (SREA, 2007). A maioria dos inquiridos discordava com os impactos ambientais negativos do turismo (não prejudica o meio ambiente, não provoca escassez dos recursos naturais). A justificação pode estar no facto desses impactos ambientais negativos não serem ainda visíveis nos Açores o que faz com que não reconheçam esses problemas como um custo associado ao turismo. O mesmo não se verificou nas Canárias, um destino com mais tradição turística do que os Açores. Um estudo elaborado pelo governo das Canárias em 2008 sobre a atitude dos canários face ao turismo, revela que os mesmos possuem uma percepção muito clara da importância do turismo nas suas vidas e do turismo assentar nos recursos naturais (paisagens, praia, sol). Daí existir uma elevada preocupação com a preservação do meio ambiente. Em Kusadasi, na Turquia, um estudo realizado por Tatoglu *et al.*, (2002) sobre as percepções dos residentes dos impactos do turismo conclui que as percepções dos impactos do turismo mais negativos recaem ao ambiente.

Kyungmi (2002) no seu trabalho de investigação na Virgínia, pode explicar essa tendência da população em negligenciar os impactos ambientais. Detectou uma relação positiva entre os impactos ambientais do turismo e a saúde e bem-estar da comunidade. Para o autor, se os residentes percepcionarem impactos ambientais positivos gerados pelo turismo, ficarão agradados com o estado do ambiente e isso gera um efeito de bem-estar, de saúde e segurança na comunidade. No entanto, a percepção destes impactos ambientais dependeria da fase de desenvolvimento turístico do destino. Na fase de maturação do desenvolvimento turístico no destino e na fase de declínio são as fases em que os residentes começam a sentir com mais intensidade os impactos sociais, culturais e ambientais gerados pelo turismo.

6.4. Percepção dos impactes económicos

6.4.1. Resultados

Os impactes sócio-económicos são os mais facilmente percebidos pelos inquiridos e os que são sentidos pela população de forma mais imediata e com consequências directas sobre o nível e a qualidade de vida, pelo que as respostas obtidas nestas variáveis atingem rácios muito mais expressivos relativamente às variáveis culturais e ambientais analisadas anteriormente.

Verifica-se (quadro 6, p.seg.) que a média global das percepções assume valores neutrais. No entanto, nota-se claramente que as percepções dos impactes económicos são as mais consensuais e encontram-se nitidamente identificados. Os impactes económicos percebidos pelos inquiridos de forma positiva são: aumento da riqueza gerada para o país (3,51); dinamização da actividade económica local (3,53); aumento do desenvolvimento da ilha do Sal (3,61) e oportunidades de emprego, especialmente o emprego feminino (3,72).

Com neutralidade percebe-se os efeitos causados pelo turismo nas infra-estruturas (3,03); rendimento pessoal (3,33); condições de vida das pessoas (3,33) e diversificação económica da ilha (3,40).

Na literatura existente, os impactes económicos têm-se revelado os mais determinantes na aceitação e apoio da actividade turística por parte da população (McGehee e Andereck, 2004; Tatoglu *et al*,2002; Lindberg e Johnson,1997; Haralambopoulos e Pizam,1996 ; Gobierno de Canárias , 2008; SREA, 2005; Vargas- Sánchez *et al*,2009; Andriotis, 2004).

De forma a ter uma visão mais aprofundada da percepção dos impactes económicos do turismo pelos inquiridos, os mesmos foram confrontados com mais algumas questões tais como: os níveis de dependência económica da ilha em relação ao turismo; a qualidade dos empregos gerados pelo turismo e se os melhores empregos no sector turístico são ocupados por locais ou por estrangeiros.

Quadro 6 - Média e desvio padrão da opinião dos residentes dos impactes económicos

Variáveis de impacte	Média ^a	DP
Preço dos terrenos	1,60	,947
Preço das casas	1,79	,892
Preço dos produtos de primeira necessidade	2,24	1,106
Infra-estruturas	3,03	1,173
Rendimento pessoal	3,33	1,167
Condições de vida	3,33	1,097
Diversificação económica da ilha	3,40	1,183
Oportunidades de emprego	3,48	1,249
Riqueza gerada para o país	3,51	1,293
Actividade económica local	3,53	1,209
Desenvolvimento da ilha do Sal	3,61	1,104
Oportunidades de emprego para as mulheres	3,72	1,062
Média global	3,04	

^a Escala 1= piorou muito; 2 = piorou; 3 = neutral; 4 = melhorou ; 5 = melhorou muito

Questionados acerca da ilha do Sal estar muito dependente economicamente do turismo, as opiniões dos inquiridos estão reflectidas no quadro da página seguinte:

Quadro 7 - Opinião dos inquiridos acerca da excessiva dependência económica da ilha da actividade turística.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	155	67,1	69,8	69,8
	Não	32	13,9	14,4	84,2
	Mais_ou_menos	35	15,2	15,8	100,0
	Total	222	96,1	100,0	

Dos duzentos e vinte e dois casos válidos, uma larga maioria (69,8%) dos inquiridos considera que a ilha se encontra muito dependente economicamente do turismo, seguidos dos que assumem posição intermédia (15,8%) e por último uma franja mais reduzida (14,4%) que não considera que a ilha esteja muito dependente economicamente do turismo.

Quanto à qualidade dos empregos gerados pelo turismo (ver anexo 8) mais de metade (57,3%), dos inquiridos é da opinião que é mais ou menos, para 27,7 % dos inquiridos é boa e uma menor fatia (15%) considera má a qualidade do emprego gerada pela actividade turística.

Questionados acerca de os melhores empregos serem ocupados por locais (ver anexo 8) a resposta é negativa para 52,5 % dos inquiridos, 29,7 % assumem uma posição intermédia enquanto 17,8% concordam que os melhores empregos são ocupados por locais.

6.4.2. Discussão

A revisão da literatura demonstra que a percepção dos impactes económicos positivos do turismo por parte da população se relaciona com o património económico das pessoas e das expectativas à volta das oportunidades de emprego (Andriotis, 2004; Bender, Deng *et al.*, 2008; Kim, 2002; Korça, 1998; Mcgehee e Andereck, 2004;

Moniz, 2009; Nunkoo e Ramkisson, 2010; Perdue, Long *et al.*, 1990; Wang e Pfister, 2006). Sem planeamento e gestão da distribuição dos benefícios económicos podem criar-se rapidamente hostilidades com os turistas contribuindo para o declínio do destino turístico (Harril, 2004).

A análise dos resultados indica que os inquiridos percepcionam como impactes económicos favoráveis derivados do turismo o aumento das oportunidades de emprego (principalmente para as mulheres), aumento da actividade económica local e aumento do desenvolvimento da ilha do Sal. Esta percepção vai de encontro com a larga maioria dos estudos realizados sobre o assunto. A revisão das produções científicas existentes apontam para um notório reconhecimento nas percepções da população dos impactes económicos positivos trazidos pelo turismo e, conseqüentemente, um forte apoio ao desenvolvimento da actividade (Andriotis, 2004; Ap, 1992; Barros, 2007; Bender, 2008; Chang e Vogt, 2007; Easterling, 2005; Governo das Canárias, 2008; Haralambopoulos e Pizam, 1996; Korça, 1998; Kyungmi, 2002; McGehee e Andereck, 2004; McGehee e Andereck, 2004; SREA, 2005; Tatoglu *et al.*, 2002; Wang e Pfister, 2008).

O facto do apoio à actividade turística estar relacionado com as benesses económicas que daí advêm, não significa que os impactes económicos negativos também não sejam percepcionados.

Os impactes económicos negativos encontram-se bem delineados e mostram-se bastante consensuais por parte dos inquiridos. O aumento dos preços dos terrenos, da habitação e dos produtos de primeira necessidade são os principais efeitos negativos sentidos pela população inquirida. Estudos existentes têm vindo a revelar resultados muito semelhantes no que toca aos impactes económicos negativos abarcando o aumento do custo de vida da população (Easterling, 2005), aumento do custo dos terrenos e da habitação, aumento dos preços dos bens e serviços, inflação (Gobierno de Canárias, 2008, Haralambopoulos, 1996; Korça, 1998; Richards e Hall, 2000; Moniz, 2009; Tatoglu *et al.*, 2002).

A maioria dos inquiridos reconhece que a ilha do Sal está economicamente muito dependente do turismo; que não é a população local que ocupa os melhores empregos turísticos e que a qualidade dos empregos gerados pelo turismo nem é boa nem má.

6.5. Percepção dos impactes sociais

6.5.1. Resultados

A percepção dos impactes sociais, à semelhança dos económicos, são os que se revelam mais significativos com um conjunto de variáveis claramente favorável e outro desfavorável.

O peso dos itens com percepções dos impactes sociais negativos é superior ao dos com percepções positivas.

Os inquiridos percebem de forma positiva os impactes do turismo na participação das mulheres nas decisões familiares (3,89) e posição sócio-económica das mulheres (3,89).

Quanto às percepções de impactes sociais negativos, destacam-se: o consumo e tráfico de drogas (1,48); consumo de álcool (1,59); criminalidade (1,73); vandalismo (1,74); prostituição (1,85); valores morais (2,17) e stress na população (2,27). Os restantes itens são percebidos de forma neutral (quadro 8, p. seg.).

6.5.2. Discussão

Os resultados revelam que os inquiridos possuem uma clara percepção dos impactes sociais gerados pelo turismo. Isso deve-se à elevada concentração de respostas em torno de determinados itens. Uma larga maioria dos inquiridos considera que o turismo veio contribuir para agudizar os problemas sociais consumo e tráfico de drogas, álcool, criminalidade, vandalismo, prostituição bem como alteração dos valores morais.

Como consequências sociais positivas do turismo na comunidade salense os que mais se destacaram foram o aumento da participação das mulheres nas decisões familiares e a melhoria da posição sócio-económica das mulheres.

Esses resultados são suportados pela literatura existente. Independentemente do contexto social, cultural, económico ou geográfico em que incidem os estudos, estes

Quadro 8 - Média e desvio padrão da opinião dos residentes dos impactes sociais

Variáveis de impacte	Média ^a	DP
Consumo e tráfico de drogas	1,48	,967
Consumo de álcool	1,59	,866
Criminalidade	1,73	,962
Vandalismo	1,74	1,052
Prostituição	1,85	1,198
Valores morais	2,17	1,104
Stress na população	2,27	1,075
União população salense	2,72	1,267
Qualidade cuidados saúde	3,01	1,153
Qualidade serviços públicos	3,09	,998
Alternativas de lazer	3,25	1,140
Nível de vida da população	3,30	1,148
Ressentimentos/ conflitos entre turistas e população local	3,49	1,301
Participação das mulheres nas decisões familiares	3,89	,960
Posição sócio-económica das mulheres	3,89	,922
Média global	2,89	

^a Escala 1= piorou muito; 2 = piorou; 3 = neutral; 4 = melhorou ; 5 = melhorou muito

têm revelado uma clara percepção por parte da comunidade do agravamento dos problemas sociais tais como a prostituição, criminalidade, insegurança, alcoolismo, consumo e tráfico de drogas e alterações de valores da comunidade (Lang *et al.*, 1990 -

Estados Unidos; Haralambopoulos, 1996 – Grécia; Barros, 2007- Cabo Verde; Tatoglu *et al.*, 2002 – Turquia).

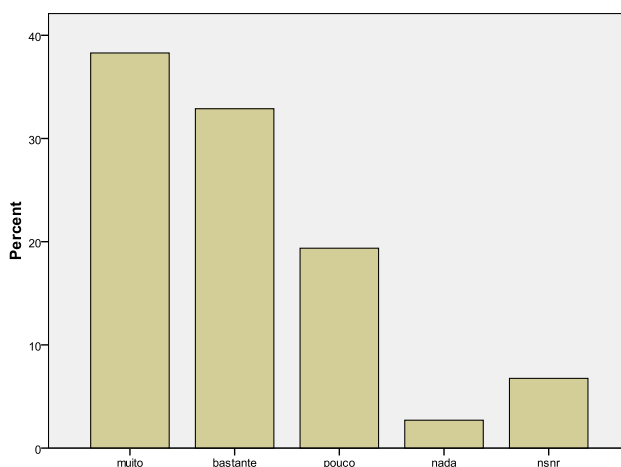
6.6. Participação e envolvimento da população local nas políticas turísticas

Partindo do pressuposto que a viabilidade de um destino turístico de qualidade se baseia na cooperação e participação de todos os intervenientes, torna-se imperioso perceber o grau de envolvimento da população receptora em todo o processo.

Pretende-se com este ponto conhecer : i) os níveis de interesse da população em relação à actividade turística; ii) a avaliação dos níveis de informação/ participação, e as entidades que responsabilizam pela situação; iii) a opinião geral dos inquiridos acerca do turismo na ilha e o peso que estabelecem na relação benefícios/ malefícios; iv) e, por último, a satisfação com a intensidade actual de turistas na ilha.

Procurou-se, com isso, saber se os inquiridos se preocupavam com os assuntos relacionados com o turismo. A fig.11 mostra-se bastante elucidativa.

Figura 11 - Níveis de preocupação dos inquiridos com a actividade turística



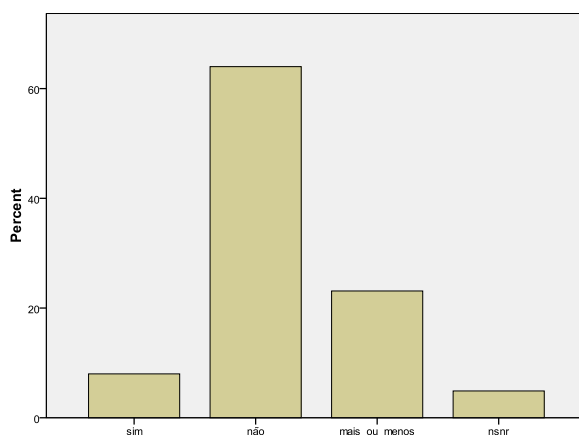
Cerca de 71,2 % dos inquiridos reconhecem estar muito ou bastante preocupados com os assuntos referentes ao turismo. Menos expressiva é a percentagem dos que se

preocupam pouco (19,4%) ou nada (2,7%) com os assuntos relacionados com o turismo.

No entanto, a elevada preocupação e interesse dos inquiridos nas questões relacionadas com o turismo não se traduz num acréscimo de informação e esclarecimento das decisões tomadas pelo poder político no que concerne à actividade turística.

A fig.12 ilustra claramente esta situação. Perante a pergunta: *Acha que a população tem sido devidamente informada das decisões políticas relacionadas com o turismo*, as respostas foram consensuais. Uma larga maioria 64% acredita que a população não tem sido devidamente informada, para 23,1% dos inquiridos a população encontra-se razoavelmente informada e uma percentagem mais reduzida (8%) responde positivamente.

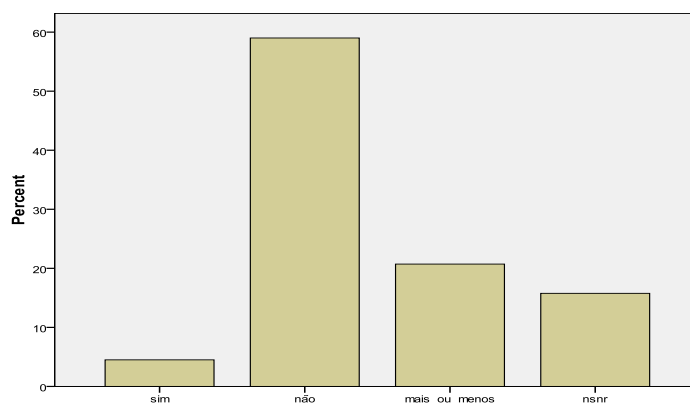
Figura 12 - Informação da população das decisões tomadas em relação ao turismo



Existe uma relação muito íntima entre os níveis de informação em relação a determinado assunto e os níveis de participação. Indivíduos informados podem não participar, mas os indivíduos que não tenham as informações necessárias acessíveis dificilmente terão condições para acompanhar e participar activamente nas tomadas de decisão. Dias (2009) encara a comunicação e o conhecimento como as duas faces da mesma moeda. Não se dissocia informação do conhecimento. Para o autor ao defrontarem-se com a desinformação ou a falta de informação, os indivíduos têm necessidade de impor uma ordem aos conhecimentos, de dar-lhes uma pontuação sequencial, para que eles tenham sentido (Dias, 2005).

Em relação à questão: Acha que a população tem participado na tomada de decisões políticas relacionadas com o turismo, (fig.13), o cenário é idêntico ao dos níveis de informação da população.

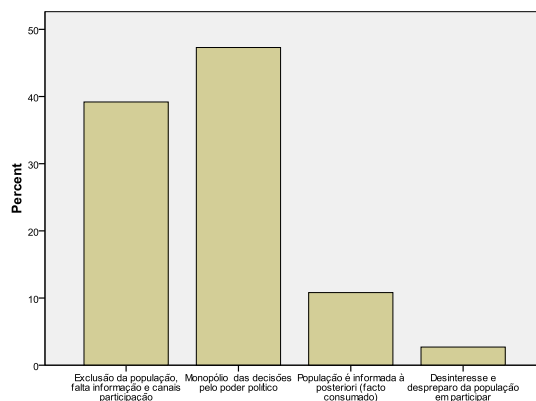
Figura 13 - Participação da população na tomada das decisões políticas relacionadas com o turismo.



Nota-se uma elevada concentração de respostas negativas (59%) o que contrasta com os 20,7% dos inquiridos que acham que a população participa mais ou menos ; 15,8% dos inquiridos não têm opinião formada ou não quiseram responder e apenas 4,5% responderam positivamente considerando que a população participa nas decisões tomadas relacionadas com o turismo.

Dos inquiridos que consideram que a população não tem participado na tomada de decisões nos assuntos do turismo, apenas um reduzido número (74) justificou a sua resposta. As justificações dadas pelos inquiridos foram agrupadas segundo uma lógica de similaridade cujo resultado se apresenta na fig. 14:

Figura 14 - Justificações da fraca participação da população nas políticas turísticas.

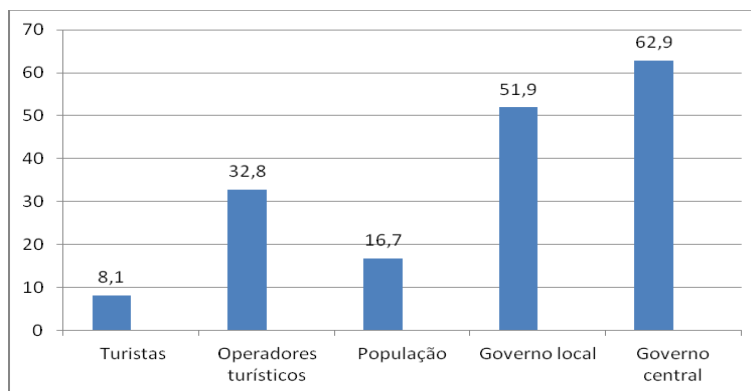


Segundo os inquiridos as causas da baixa participação da população nos assuntos turísticos (apresentados por ordem decrescente) devem-se ao facto de:

1. existir um monopólio das decisões por parte do poder político (47,3%);
2. a população ser excluída dos momentos de participação devido à carência de informação e existência de deficientes canais de participação (39,2%);
3. a população só ser informada após as decisões terem sido tomadas (situação “facto consumado”, 10,8%);
4. existir um desinteresse e despreparo (a nível de competências culturais) da população em participar nos processos de decisões (2,7%).

Questionados sobre a quem atribuíam a responsabilidade da fraca participação da população em assuntos relacionados com o turismo, os resultados obtidos apresentam-se na fig.15.

Figura 15 - Atribuição de responsabilidades por parte dos inquiridos*



* os inquiridos podiam optar por mais do que uma alternativa de resposta (turistas, operadores turísticos, governo central, governo local, população).

Na óptica dos inquiridos a maior fatia de responsabilização recai sobre o governo central (62,9%), o governo local (51,9%) e os operadores turísticos (32,8%). No entanto, a própria população e os turistas também foram responsabilizados pela situação apesar de contemplarem percentagens mais baixas 16,7% e 8,1 % respectivamente.

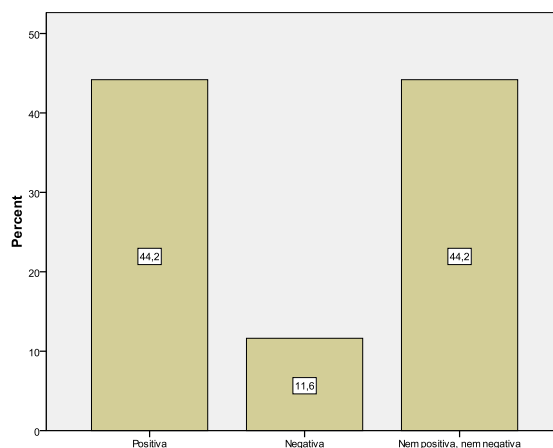
A análise dos dados leva a concluir que a população inquirida apesar de não se sentir devidamente informada, pelo menos a nível do discurso, mostra na sua maioria elevados níveis de interesse na actividade turística (atendendo ao reconhecimento da preocupação que sente em relação aos assuntos do turismo). No entanto, os baixos níveis de participação e envolvimento na actividade não reflectem esse interesse. O que leva a pensar que o interesse nas questões relacionadas com o turismo, na prática, não se traduz numa maior participação nas decisões e políticas turísticas delineadas como seria de se esperar.

A justificar essa situação temos a nítida percepção dos inquiridos da sua exclusão do processo turístico em que são imputadas as responsabilidades por esse facto ao poder central e ao poder local. Pode dizer-se que, no que concerne ao turismo e às políticas adoptadas, existe um fosso entre os centros decisores e a população local e uma necessidade de canais de comunicação adequados que permitam fazer a ponte entre esses agentes.

6.6.1. Opinião acerca do turismo na ilha

Conhecendo a participação e a percepção dos níveis de envolvimento dos inquiridos na actividade turística, torna-se pertinente conhecer a opinião dos inquiridos sobre o turismo na ilha. As questões como a opinião geral sobre o turismo na ilha; relação benefícios/ malefícios e o volume de turistas na ilha servem de apoio.

Figura 16 - Opinião geral da população sobre o turismo na ilha



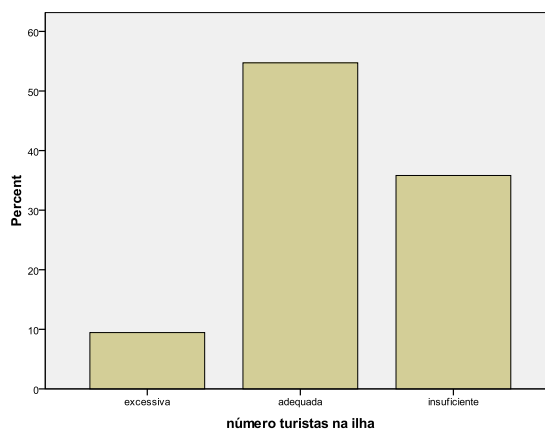
Com base na figura 16 nota-se a existência de um equilíbrio entre as opiniões gerais positivas (44,2%) e as intermédias (44,2%). Apenas 11,6% dos inquiridos possuem uma opinião geral negativa do turismo na ilha do Sal. O desenvolvimento da actividade turística na ilha e uma percepção mais intensa dos seus impactes com o tempo poderá provocar movimentações nas opiniões gerais desse grupo significativo com opinião geral intermédia.

Questionados se os benefícios na ilha têm sido superiores aos malefícios, das duzentas respostas válidas, 27% responderam positivamente; 29 % negativamente e a maioria, 44%, é da opinião que nem têm sido positivo nem negativo.

A literatura existente tem revelado uma tendência para um forte apoio da população local ao desenvolvimento da actividade turística que se manifesta através da sua vontade em ver aumentar o número de turistas no local.

Procurando saber como avaliam os níveis de intensidade turística na ilha (excessiva, adequada ou insuficiente), apresenta-se a fig.17.

Figura 17 - Opinião dos inquiridos quanto ao número de turistas na ilha



De acordo com a fig.17 a maioria dos inquiridos (54,7%) encontra-se satisfeito com o volume de turistas na ilha, segue-se 35,8% os que acham que o volume devia aumentar e uma percentagem mais baixa (9,5%) que é da opinião que o volume de turistas na ilha já é excessivo.

6.7. A variável género

O objectivo deste ponto do trabalho consiste em abordar as percepções dos inquiridos tendo como base a variável género. Pretende-se observar se a variável género influi: i) na opinião que se tem do turismo; ii) na forma como se percebe os impactes culturais; iii) sociais; iv) ambientais; e v) económicos. Aplica-se testes estatísticos e por fim faz-se a discussão dos resultados.

6.7.1. Resultados

Em resposta à hipótese em que a opinião em relação ao turismo varia consoante o género dos inquiridos apresenta-se o quadro 9. Verifica-se que a média das opiniões é de 2.02 para os inquiridos do sexo masculino e de 2.11 para os do sexo feminino.

Quadro 9 - Opinião do turismo na ilha do sal por género dos inquiridos

sexo		N	Mean	DP
opinião turismo ilha Sal	M	108	2,02	1,245
	F	123	2,11	1,223

Realizou-se o teste de Levene ¹⁰ (anexo 9), dos resultados obtidos conclui-se que não se rejeita a hipótese nula (média das opiniões sobre o turismo na ilha do Sal é igual para ambos os sexos) e, portanto, não existe evidência estatística para afirmar que a média das opiniões sobre o turismo na ilha seja diferente em função do género dos inquiridos.

Quanto à percepção dos impactes culturais segundo os géneros (ver anexo 9), dados revelam existir uma opinião pouco definida sobre o assunto e uma considerável dispersão das posições em relação à média (desvio padrão superior a 1). A percepção

¹⁰ que é um dos pressupostos do teste t para amostras independentes e permite verificar a homogeneidade de variâncias, neste caso o teste de Levene não é significativo ($p=.525>.05$). O valor do teste t-student é de -.586.

dos impactes culturais não difere de forma pronunciada entre os homens e as mulheres e nota-se existir uma posição neutral a esse respeito. Resultados de testes estatísticos levam a concluir que a média das percepções dos impactes culturais por género não é significativamente diferente entre os homens e as mulheres.

No entanto, observa-se uma tendência, embora muito discreta, para as mulheres terem uma percepção mais favorável dos impactes culturais provocados pelo turismo que os homens e isso é visível em todas as categorias.

Analizando a percepção dos impactes sociais segundo o género (anexo 9), nota-se que são relativamente consensuais as percepções dos impactes em ambos os sexos. No entanto, apesar das concordâncias de opiniões existentes entre os sexos, as percepções desfavoráveis das mulheres assumem uma posição mais vincada (pessimista) que os homens (média = 1,37 vs média= 1,60 para consumo e tráfico de drogas; média =1,52 vs média= 1,97 para criminalidade; média= 1,79 vs média= 1,93 para prostituição). Cenário idêntico verifica-se para o vandalismo ou degradação de valores morais.

Por outro lado, no que se refere aos impactes sociais positivos gerados pelo turismo, apesar de não haver dissonâncias entre os sexos percepcionando favoravelmente as alterações, as mulheres revelam uma maior satisfação. Verifica-se médias mais elevadas para as mulheres nas alternativas de lazer (3,31 vs 3,18); posição socio-económica e participação das mulheres (3,94 vs 3,84).

Apesar de não existir oscilações significativas de opiniões entre os sexos, as mulheres parecem estar mais atentas aos impactes sociais positivos e negativos gerados pelo turismo. O teste de Levene aplicado (ver anexo 10) demonstra existir evidência estatística para afirmar que a média das percepções de criminalidade e vandalismo entre os homens e mulheres é significativamente diferente contrariamente ao que acontece com as restantes categorias.

Quanto à percepção dos impactes ambientais segundo o género dos inquiridos (ver anexo 10), verifica-se que as médias predominantes situadas entre os valores 2,5 a 3,4 reflectem opiniões neutras por parte dos inquiridos (e em ambos os sexos) em relação aos impactes ambientais gerados pelo turismo na ilha. No entanto, se dividirmos os impactes ambientais em positivos (limpeza e higiene dos espaços públicos, protecção ambiental dos ecossistemas, conservação de corais e dunas, gestão de áreas protegidas)

e negativos (poluição do ar, da água do mar e outros cursos de água, poluição do solo e sonora) verifica-se que as mulheres têm uma opinião ligeiramente mais favorável dos impactes ambientais positivos enquanto os homens se mostram mais optimistas em relação aos negativos com médias ligeiramente mais elevadas nessas situações (média homens = 2,60 vs média mulheres= 2,49 para poluição do ar; média= 2,67 vs média 2,63 para a poluição da água). Já para problemas como a extracção de inertes e poluição sonora são as mulheres que apresentam opinião menos desfavorável.

O teste de Levene (em anexo 10) indica existir uma homogeneidade de variâncias em todas as categorias, realidade apenas não verificável para a poluição sonora e abastecimento de água e energia com valores $p. < .05$.

Resultados dos testes aplicados apontam que as mulheres possuem uma percepção mais positiva que os homens quanto aos impactes do turismo na limpeza e higiene de espaços públicos, extracção de inertes, protecção ambiental e dos ecossistemas, conservação de corais e dunas e gestão de áreas protegidas.

No que concerne à percepção dos impactes económicos por género (anexo 10), nota-se claramente em ambos os sexos respostas favoráveis aos impactes económicos positivos (oportunidades de emprego, oportunidades de emprego para as mulheres, desenvolvimento da ilha, riqueza gerada para o país) e desfavoráveis para os negativos (preços de terrenos, de casas, produtos de primeira necessidade). No entanto, pode dizer-se que os homens mostram-se mais optimistas em relação aos impactes económicos gerados que as mulheres. Apresentam médias mais elevadas que as mulheres para os impactes económicos positivos (média= 3,62 vs 3,37 nas oportunidades de emprego; média = 3,57 vs média =3,49 no desenvolvimento de actividades económicas locais; média= 3,58 vs 3,45 nas riquezas geradas para o país) e nos impactes económicos negativos se dá o inverso. São as mulheres que apresentam médias mais baixas. O que significa que as mulheres possuem opiniões menos favoráveis sobre os impactes económicos do turismo que os homens.

Constata-se também que o aumento dos preços dos terrenos e das casas apresentam em ambos os sexos desvio padrão mais baixo o que significa que reúnem maior consenso.

Com a aplicação de testes estatísticos (de Levene e t-student) aos impactes do turismo por género (ver anexo 10) pode-se concluir que as médias da percepção dos impactes económicos não são significativamente diferentes entre os sexos.

6.7.2. Discussão

A análise dos resultados indica a não existência de variações médias significativas nas percepções dos impactes sociais, económicos, ambientais e culturais do turismo por género. Este resultado é consistente com outros estudos anteriormente realizados em contextos diferentes que chegaram a idênticas conclusões referindo que a influência da variável género nas percepções não se tinha revelado muito expressiva (Berder *et al.*, 2008; Haralambopoulos e Pizam, 1996; Sharma e Pam, 2009; Wang e Pfister, 2006).

Apesar da ausência de flutuações nas percepções por sexo verificados no estudo, nota-se que nos impactes sociais são as mulheres que revelam uma maior preocupação com o consumo e tráfico de drogas, criminalidade, prostituição, vandalismo e degradação dos valores morais. No que tange aos impactes económicos, embora as diferenças médias das percepções não sejam significantes, são os homens que possuem uma opinião mais positiva dos impactes económicos gerados pelo turismo.

A revisão da literatura sobre o tema tem demonstrado existir uma maior sensibilidade dos impactes do turismo (principalmente os sociais) por parte das mulheres que dos homens e isso faz com os que homens revelem um maior optimismo em relação à actividade turística que as mulheres. Facto evidenciado por Nunkoo e Ramkissoon (2010) no estudo da percepção do turismo dos residentes em Port Louis (Ilhas Maurícias), observando um maior optimismo por parte dos homens que das mulheres (em que para elas o turismo tinha contribuído para o aumento da prostituição, criminalidade, congestionamento de trânsito, alterações negativas na organização da vida familiar). O estudo realizado em Creta por Andriotis (2004) com objectivos de estudo semelhantes também vieram confirmar que são as mulheres que, de forma mais evidente, consideram que o turismo causa um aumento dos preços dos bens e serviços e avaliam negativamente os impactes do turismo no ambiente.

6.8. A variável idade

O que se pretende saber com este ponto é se existem diferenças significativas na percepção dos inquiridos dos impactes do turismo entre as diferentes faixas etárias, ou melhor, se as percepções desses impactes variam consoante a idade dos inquiridos. Sendo assim, aborda-se a percepção dos impactes i) económicos; ii) sociais; iii) e ambientais e a respectiva discussão dos resultados.

Para um melhor tratamento e interpretação da informação a idade dos inquiridos foi agrupada em três categorias: 18 a 28 (jovens); 29 a 50 (meia-idade) e 51 ou mais anos (mais velhos).

Impactes económicos, o cálculo da média e dos desvios padrão (ver anexo 11) revelam um valor considerável de dispersão de respostas em relação à média por parte dos inquiridos. Nota-se também a existência de uma maior concentração de respostas em torno da média para as variáveis rendimento pessoal, preços das casas, dos terrenos e dos produtos de primeira necessidade.

A maioria das opiniões situam-se entre as posições neutrais ou favoráveis. No entanto, independentemente da faixa etária, os indivíduos avaliam negativamente/desfavoravelmente os impactes do turismo no aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, nas casas e nos terrenos (com totais das médias assumindo valores de 2,17; 1,76 e 1,51).

Quanto às opiniões favoráveis dos impactes económicos destaca-se as oportunidades de emprego para as mulheres (total da média= 3,71) e o contributo do turismo para o desenvolvimento da ilha do Sal (total da média= 3,59) em que são os mais jovens que possuem opiniões mais favoráveis

Para testar diferenças entre as diversas situações para duas ou mais variáveis aplicou-se o teste paramétrico ANOVA (Análise de variância). As hipóteses da análise de variância para um factor ANOVA- One Way são:

Ho: as médias de todos os grupos são iguais;

H1: pelo menos duas médias diferem entre si.

Utiliza-se o teste ANOVA quando há homogeneidade de variâncias sendo assim aplicou-se o teste Levene (ver anexo 11).

O objectivo é confirmar ou não a hipótese levantada no estudo em que a percepção dos impactes económicos varia com a idade dos inquiridos.

Verifica-se que o teste Levene indica $\text{Sig} > .05$ que significa que não se rejeita a hipótese de homogeneidade de variâncias. O teste de ANOVA com $\text{Sig} > 0.05$ indica que não há diferenças significativas entre as médias dos impactes económicos entre os diferentes grupos etários. O que quer dizer que confirma-se a hipótese nula e rejeita-se a hipótese do estudo que sugeria existir uma diferença das percepções dos impactes económicos consoante a idade dos inquiridos.

Quanto à relação impactes sociais e a idade (em anexo 11) o facto dos desvios padrão atingirem na sua maioria valores inferiores a 1 revela uma fraca dispersão de respostas em relação à média e logo uma maior uniformidade de respostas por parte dos inquiridos.

A análise permite-nos apreender que não existem grandes divergências de opinião segundo as faixas etárias dos inquiridos. Para todos os grupos etários houve um agravamento dos problemas sociais devido o turismo. As médias com valores inferiores a 2,5 (opinião desfavorável) fazem-se sentir no aumento do consumo e tráfico de drogas, consumo de álcool, alteração dos valores morais da população local, criminalidade, vandalismo, prostituição e stress na população.

Independentemente do grupo etário nota-se também ainda uma neutral em relação aos efeitos do turismo (média assumindo valores entre 2,5 a 3,4) na união da população salense, nas alternativas de lazer, qualidade de serviços públicos e de saúde, nível de vida da população e ressentimentos /conflitos entre os turistas e a população local.

Todos os grupos etários avaliam favoravelmente (com médias $\geq 3,5$) os impactes do turismo no aumento da participação das mulheres nas decisões familiares e melhoria da posição socio-económica da mulher (os mais jovens destacam-se com valores mais elevados).

O teste de homogeneidade de variâncias (ver anexo 11) indica existir uma homogeneidade de variâncias (valores de $\text{Sig} > .05$) em todas as variáveis com excepção

do vandalismo, stress na população e ressentimentos/conflitos entre turistas/população local (com valores de Sig< .05).

Quanto aos impactes ambientais por idade (ver anexo 11) a análise dos dados não revela diferenças significativas de percepções por parte dos inquiridos. Ressalta-se o facto de, independentemente da faixa etária, ainda não existirem opiniões muito definidas em relação aos efeitos do turismo no ambiente. No entanto, nota-se percepções desfavoráveis para os impactes ambientais negativos como poluição do ar, dos solos e sonora.

6.8.1. Discussão

As diferenças de percepções dos impactes não se revelam estatisticamente significativas segundo as faixas etárias. Para todos os grupos etários houve um agravamento dos problemas sociais com o turismo, assim como, todos avaliam positivamente o aumento da participação das mulheres nas decisões familiares e a melhoria da posição sócio-económica das mulheres. No entanto, são os jovens inquiridos os que possuem uma percepção mais positiva dos impactes do turismo nas oportunidades de emprego para as mulheres e no contributo do turismo para o desenvolvimento da ilha do Sal.

Barros (2007) com o objectivo de conhecer a percepção da população residente da ilha do Sal em relação aos impactes sócio-económicos do turismo na ilha também não encontra diferenciações de percepções segundo as idades dos inquiridos. Independentemente da faixa etária concordava-se, total ou parcialmente, que o turismo era o principal factor de desenvolvimento económico da ilha.

Os estudos científicos realizados não têm encontrado resultados lineares em relação à percepção dos impactes do turismo segundo os grupos etários dos inquiridos. Wang e Pfister (2006) também encontraram uma ausência de relação entre esses dois parâmetros. Os mesmos autores, em 2008, investigando uma comunidade rural detectaram que os residentes mais velhos eram os que percepcionavam menos benefícios gerados pelo turismo.

Por outro lado, vários outros estudos realizados contrariam essa ideia encontrando resultados que comprovam a existência de uma maior receptividade e optimismo para a

actividade turística por parte dos que ocupam escalões etários mais avançados (Andriotis, 2004; Bender *et al.* 2008; McGehee e Andereck, 2004).

Por último, restam situações em que autores (Chang e Vogt, 2008; Sharma e Pam, 2009) encontraram um maior optimismo em relação aos impactes sociais causados pelo turismo, por parte dos grupos etários mais avançados, enquanto os mais jovens avaliavam mais positivamente os impactos económicos (Chang e Vogt, 2008; Sharma e Pam, 2009).

Os níveis elevados de variabilidade de resultados segundo o grupo etário quanto à percepção dos impactes do turismo (ausência de relação, relação em que os mais idosos seriam os mais ou os menos optimistas e oscilações de percepções dependendo do tipo de impacte) aconselha a que se evitem as generalizações.

6.9. A variável profissão

Procurou-se com este ponto analisar as percepções dos impactes i) sociais e ii) económicos do turismo de acordo com o grupo profissional em que os indivíduos se encontram inseridos. Por fim, a discussão dos resultados obtidos.

Estabeleceu-se a actividade profissional dos inquiridos em função das profissões apresentadas nomeadamente as actividades comerciais (relacionadas ou não, directamente com o turismo) e outras actividades directamente relacionadas com o turismo tais como: técnicos de turismo, agências de viagem, gestores, empregados na hotelaria e restauração, seguranças.

Na administração pública incluem-se profissionais diversos, como professores e auxiliares administrativos. No sector dos transportes destacam-se os profissionais dos transportes aéreos ligados à empresa de Aviação e Segurança Aérea (ASA) tais como controladores de tráfego aéreo e bagageiros e os profissionais de transporte terrestres como os taxistas. Por último os estudantes que, apesar de não se tratar de uma categoria profissional, dado à sua importância para o estudo se entendeu integrá-la como tal.

Impactes sociais, de acordo com a análise dos dados (em anexo12) as percepções dos impactes sociais do turismo são relativamente similares em todas as categorias profissionais. Destaca-se a predominância de percepções negativas na maioria dos itens (valores totais da média inferiores a 2,5) seguida das ainda indefinidas (2,5 a 3,4). Os itens com desvios padrão mais baixos correspondem às percepções desfavoráveis (consumo de álcool, alteração de valores morais, criminalidade, vandalismo, prostituição).

Quanto aos valores morais apesar das percepções serem negativas, são os pertencentes ao comércio e ao turismo os que possuem opinião mais negativa (1,85). No que concerne ao problema da criminalidade, apesar de todas as categorias reconhecerem um agravamento desse problema, são os inquiridos pertencentes à actividades de segurança que possuem uma opinião ainda neutral a respeito (2,57) e os ligados à administração pública e transportes os mais pessimistas (1,44 e 1,65 respectivamente).

O impacte do turismo no nível de vida da população é ainda pouco perceptível com percepções neutras embora sejam os estudantes os mais optimistas (3,48) e os ligados às actividades de segurança os menos. Por outro lado, são os pertencentes às actividades de segurança que possuem uma opinião mais positiva quanto às melhorias na participação das mulheres nas decisões familiares devido ao turismo (4,15) seguido dos do comércio e turismo (3,81) e dos transportes (3,80).

O turismo contribui para a melhoria da posição sócio-económica das mulheres é a opinião partilhada por todas as categorias profissionais atingindo todos valores muito próximos uns dos outros.

A aplicação do teste One- Way ANOVA (em anexo 12) não detecta diferenças significativas entre a média da variável dependente e os grupos profissionais, excepto para o item criminalidade que atinge valores Sig. inferiores a .05.

Impactes económicos, com base no quadro (em anexo 12) analisa-se as percepções dos impactes económicos do turismo segundo a profissão dos inquiridos com o cálculo das médias de respostas e os desvios padrão. Os valores mais baixos dos desvios padrão fazem-se sentir nos itens preços das casas e dos terrenos com um maior número de resposta em torno da média.

Embora as oportunidades de emprego seja um impacto sentido favoravelmente por parte dos inquiridos e os mais optimistas pertencem ao comércio e turismo, os estudantes mostram-se ainda com uma opinião indefinida em relação ao assunto. Por outro lado, são os estudantes a ter uma opinião mais positiva quanto ao contributo do turismo para o desenvolvimento da ilha do Sal (4,0), seguida dos pertencentes à administração pública (3,89). No grupo dos indecisos ou dos sem opinião ainda formada destacam-se os dos transportes (3,48) e actividades de segurança (3,27).

A riqueza gerada para o país, condições de vida, a diversificação económica da ilha, actividade económica local, rendimento pessoal são itens cuja média comporta valores compreendidos entre 2,5 a 3,5 (posição indefinida/neutra). No entanto, são os estudantes a única categoria com uma opinião favorável em relação à riqueza gerada pelo turismo para o país (3,53). Assim como, para os impactes do turismo nas condições de vida são os pertencentes ao comércio e turismo os únicos com uma avaliação favorável (3,52).

Nos itens avaliados negativamente tem-se os preços dos produtos de primeira necessidade (os estudantes são os únicos que mostraram-se indecisos com 2,69 e os mais pessimistas os ligados aos transportes com 1,77); os preços das casas (os mais ressentidos são os trabalhadores do comércio e turismo com 1,55 e os menos são os estudantes com 2,09); os preços dos terrenos (apesar de opinião desfavorável para todas as categorias profissionais, são também os do comércio e turismo que possuem uma avaliação mais negativa com 1,36).

A aplicação do teste ANOVA encontrou valores Sig $\leq .05$ (o que significa que existem diferenças significativas nas médias entre pelo menos dois grupos) no preço dos produtos de primeira necessidade (.013) e desenvolvimento da ilha do Sal (.054).

6.9.1.Discussão

Os resultados da análise indicam que as percepções dos impactes são relativamente homogéneas independentemente das categorias profissionais dos inquiridos.

Os impactes sociais negativos agregam um maior consenso em todas as categorias profissionais (consumo de álcool, alteração de valores morais, criminalidade, vandalismo e prostituição).

Os resultados obtidos contrariam os estudos realizados anteriormente que revelam existir uma relação muito próxima entre o nível de dependência económica da actividade turística (que poderá relacionar-se com a profissão ocupada) e a forma como se percebe a actividade e os seus impactes. Quanto maior a dependência maior é o apoio à actividade (Andriotis, 2004; Haralambopoulos e Pizam, 1996; Korça, 1998; McGehee e Andereck, 2004; Nunkoo e Ramkissoon, 2010; Vargas-Sánchez *et al.*, 2009).

Os inquiridos ligados ao comércio e turismo são os que possuem uma percepção mais negativa dos impactes do turismo na alteração de valores morais da população local. Enquanto os inquiridos ligados à administração pública e transportes são os mais pessimistas no aumento da criminalidade na ilha gerada pelo turismo.

Os estudantes são os que mais acreditam nos impactes positivos do turismo no nível de vida da população.

Existe uma concordância generalizada por parte dos inquiridos dos impactes económicos positivos derivados do turismo (aumento das oportunidades de emprego), mas são os inquiridos ligados ao comércio e ao turismo os que mais acreditam nesse facto. Por outro lado, são os mesmos que se encontram mais desagradados com o aumento dos preços das casas e terrenos devido o turismo.

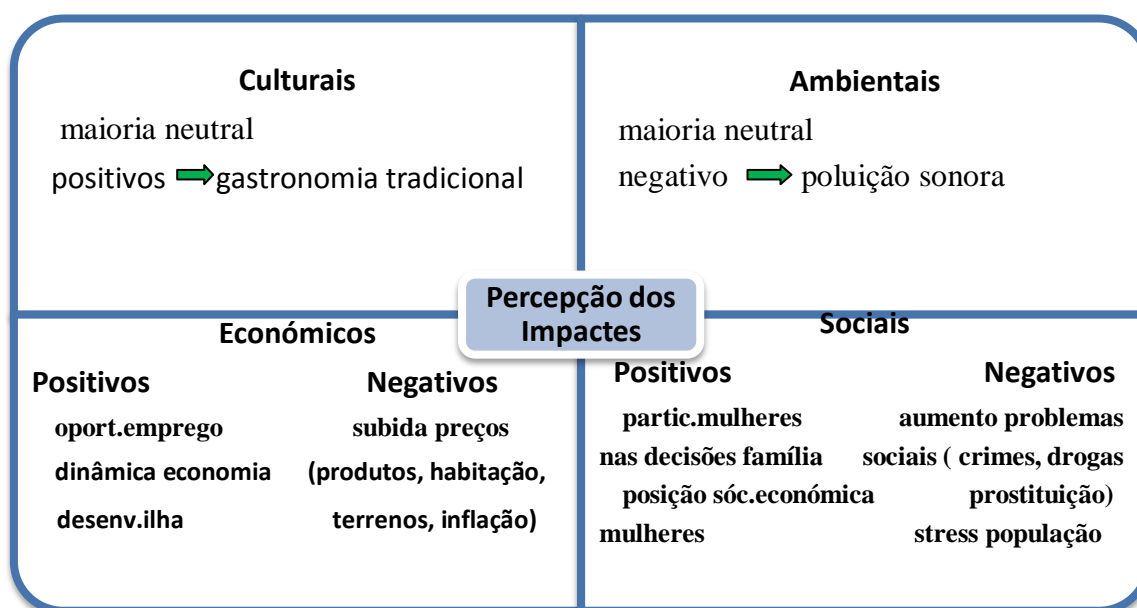
O presente estudo não possui condições consistentes que permitam ainda delinear a influência da dependência económica do turismo na percepção dos seus impactes. Estudo realizado por Wang e Fister (2008) numa comunidade rural tem a pertinência de chamar a atenção para o facto de esses benefícios percebidos pela comunidade não terem de se traduzir necessariamente em benefícios económicos. Os benefícios sociais adquiridos podem exercer influência. No decorrer da investigação observaram que a grande maioria dos moradores alegaram não terem benefícios económicos directos do turismo. Tinham uma atitude positiva em relação à actividade graças aos benefícios sociais (infra-estruturas) associados ao desenvolvimento da actividade turística. Estudo realizado no Gana também veio confirmar esse facto, Sirakaya *et al.*, (2002) não colocam de lado a influência exercida pelos benefícios económicos, no entanto, reconhecem no seu estudo a importância de valores não-económicos (melhoria de infra-estruturas por exemplo) no apoio da actividade turística.

6.10. Em resumo

O capítulo aborda os seguintes aspectos: a percepção dos impactes do turismo pelos inquiridos; a participação e envolvimento da população local na actividade turística; a percepção dos impactes do turismo por género, faixa etária e categoria profissional.

A investigação preconizada permitiu a obtenção de uma série de constatações sobre a percepção dos impactes do turismo por parte da população salense inquirida condensada no quadro 10.

Quadro 10 - Percepção dos impactes do turismo pela população inquirida



Os impactes culturais e ambientais ainda se revelam neutrais. Dentro deste cenário destaca-se nos culturais a percepção positiva dos impactes do turismo na gastronomia tradicional e nos ambientais o agravamento da poluição sonora como percepção negativa.

Nos impactes económicos positivos tem-se o aumento das oportunidades de emprego, maior dinâmica da economia local, e desenvolvimento da ilha do Sal. Nos negativos a subida dos preços dos produtos de primeira necessidade, terrenos, habitação e inflação.

Quanto à percepção de impactes sociais positivos destaca-se a participação das mulheres nas decisões familiares e a melhoria da posição sócio-económica das mulheres. Nos negativos, o agravamento dos problemas sociais (criminalidade, prostituição, droga e álcool).

Para os inquiridos a ilha encontra-se muito dependente economicamente do turismo, a qualidade do emprego turístico é média, e os melhores empregos gerados pelo turismo não são ocupados pela população local.

ii) Quanto à participação e envolvimento da população local na actividade turística, depreende-se que existe uma elevada preocupação da população inquirida em relação a assuntos referentes ao turismo; a maioria acha que a população não tem sido devidamente informada das decisões políticas tomadas em relação ao turismo e não participa na tomada das decisões. O monopólio das decisões por parte do poder político, a exclusão da população, a informação tardia da população são as causas encontradas pelos inquiridos para explicar a situação.

A responsabilização por esse cenário recai principalmente sobre o governo central, local e operadores turísticos.

Por outro lado, a opinião geral sobre o turismo na ilha é maioritariamente positiva e média (nem positivo/nem negativo); assim como consideram como média a relação benefício/malefício do turismo e adequado o número de turistas na ilha.

iii) Verificou-se que a percepção dos impactes do turismo mostrou-se indiferente a categorias como o género, faixa etária e profissão dos inquiridos.

7. Considerações finais

O crescimento do turismo tem sido uma grande aposta para o desenvolvimento de Cabo Verde e sobre ela depositam-se fortes esperanças na resolução de problemas, até agora, crónicos, como o desemprego e a insegurança alimentar.

São muitas as potencialidades turísticas do país, como também, os constrangimentos que terá de ultrapassar principalmente a nível energético e dos transportes.

Recentemente, importantes passos foram dados a nível institucional e que representam um esforço na resposta às solicitações inerentes à actividade turística, nomeadamente, a criação da Marca turística Cabo Verde; a revisão da legislação turística (neste momento em curso); a elaboração do **PEDT** (Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico) que estabelece os princípios gerais do desenvolvimento turístico do país e do Observatório do Turismo que visa a investigação, o estudo da actividade turística e a disponibilização de dados sobre o sector.. Estas medidas têm sido acompanhadas de investimentos públicos na infra-estruturação do país de forma a colmatar as lacunas existentes.

O trabalho de investigação pretende enaltecer o papel e a relevância das comunidades receptoras do turismo, particularmente a da ilha do Sal em Cabo Verde, partindo do pressuposto que a sustentabilidade do turismo torna-se utópica sem a sua inclusão na actividade.

Nesta perspectiva, o referido trabalho de investigação propôs-se: i) conhecer como a população residente salense percepção os impactes da actividade turística na ilha; ii) os níveis de satisfação da população em relação ao turismo e, iii) o grau de envolvimento da população nas decisões referentes à actividade turística.

Colocaram-se duas hipóteses de partida: 1 - A percepção da actividade turística varia consoante o género dos inquiridos sendo os do sexo masculino muito mais optimistas que do sexo oposto; 2 - a percepção dos impactes económicos varia com a idade dos inquiridos.

É conveniente precisar que a investigação não pretende ter um carácter representativo da população da ilha nem obter generalizações. Neste contexto, optou-se por uma

amostragem por conveniência/ acessibilidade inquirindo residentes salenses pertencentes a diferentes sectores de actividade económica.

Na análise dos resultados obtidos em relação à percepção dos impactes do turismo por parte da população inquirida, verificou-se que os impactes culturais e ambientais ainda se mostram pouco perceptíveis. No entanto, as percepções mostram-se positivas quanto aos efeitos do turismo na gastronomia local e negativas quanto aos níveis de poluição sonora.

As percepções dos impactes económicos e sociais, apesar de se mostrarem mais claras, também comportaram médias globais neutras.

Os impactes económicos percebidos de forma positiva são os mais gerais - reportam à ilha do Sal ou ao país (o turismo contribui para: o aumento da riqueza gerada para o país, dinamização da economia local, aumento do desenvolvimento da ilha do Sal e aumento das oportunidades de emprego para as mulheres).

Uma larga maioria dos inquiridos é da opinião que a ilha está muito dependente economicamente do turismo, assim como, mais de metade dos inquiridos faz uma avaliação nem positiva, nem negativa da qualidade de emprego gerado pelo turismo e acreditam que os melhores empregos gerados pela actividade não são ocupados por locais.

Quanto às percepções dos impactes sociais dividem-se em dois grupos: as positivas e as negativas em que o grupo das percepções negativas revela-se com maior peso.

O turismo contribuiu, na óptica dos inquiridos, para uma maior participação das mulheres nas decisões familiares e na melhoria da sua posição sócio-económica. Mas, por outro lado, contribuiu para o agravamento de problemas sociais como o consumo/tráfico de drogas, consumo de álcool, criminalidade, vandalismo, prostituição, alteração dos valores morais e stress na população.

Não se encontraram diferenças de percepções dos impactes do turismo segundo os géneros e nem resultados estatísticos significativos que apontassem para percepções dos impactes económicos diferentes consoante a idade pelo que as duas hipóteses colocadas – diferenciação segundo o género e segundo a idade, foram refutadas.

Um outro propósito do trabalho foi o de conhecer os níveis de envolvimento e participação da população nas políticas e decisões turísticas.

A grande maioria dos inquiridos (71,2%) admite preocupar-se com assuntos relacionados com o turismo, no entanto, não se sentem devidamente informados das decisões políticas tomadas no turismo.

No que concerne à participação da população nas decisões tomadas relacionadas com o turismo o cenário é similar. A maioria dos inquiridos é da opinião que a população não participa na tomada de decisões devendo-se esse facto ao monopólio das decisões pelo poder político; à exclusão da população do processo (através da falta de informação e ausência de canais de participação) e a população só ser informada depois do “facto estar consumado”.

Os responsáveis por esta situação são, segundo os inquiridos, em primeiro lugar o governo central, seguido do governo local e dos operadores turísticos.

As questões destinadas a aferir a opinião geral sobre o turismo na ilha - a proporção dos benefícios/males e a avaliação da intensidade turística na ilha, permitem-nos perceber os níveis de satisfação dos inquiridos com a actividade turística.

Na opinião geral sobre o turismo na ilha, encontrou-se um equilíbrio na proporção dos inquiridos cuja opinião geral é positiva e os que a avaliam de forma neutral.

No que concerne ao balanço do peso dos benefícios versus males do turismo, a percepção da maioria é neutral. Por outro lado a maioria dos inquiridos acha que o número de turistas na ilha tem sido adequado o que revela a inexistência de sintomas de desconforto físico e psicológico gerados em contextos onde se atinge o limite da capacidade de carga.

Verificam-se percepções não muito fortes por parte dos inquiridos dos impactes do turismo o que pode estar relacionado com o facto desta ser uma actividade relativamente recente e de ainda não se sentir uma presença muito intensa de turistas na ilha. No entanto, recomenda-se a realização de estudos futuros no sentido de monitorar/acompanhar a evolução das percepções da população como forma de obter-se um planeamento mais integrado e sustentável da actividade.

Dada a escassez de estudos científicos sobre o turismo no arquipélago, seria pertinente a realização de mais estudos como forma de aumentar os conhecimentos científicos na área e de constituir um instrumento de apoio à gestão e planeamento da actividade turística. Sugere-se um maior acompanhamento do estado do ambiente natural como instrumento preventivo e orientador de políticas.

Atendendo à fragilidade ambiental a que os contextos arquipelágicos se encontram sujeitos e ao facto de Cabo Verde ser o segundo maior ponto de desova de tartarugas marinhas *caretta caretta* no Atlântico Norte são necessários estudos científicos que permitam perceber que impactes as infra-estruturas turísticas implantadas junto ao litoral têm causado nesta comunidade assim como a sua monitorização.

Cabo Verde pretende apostar na diversidade paisagística como forma de atrair turistas, no entanto, o produto turístico até então com maior desenvolvimento tem sido o de sol e praia. A extracção descontrolada de inertes (principalmente de areia nas praias) pode vir a ameaçar o equilíbrio ambiental e a pôr em causa a estética das paisagens se medidas mais eficazes não forem urgentemente tomadas pelas entidades competentes.

Sabendo que a actividade turística realiza-se em espaços com qualidade ambiental e atendendo ao facto de existir ainda uma elevada fraqueza institucional que impede a realização de fiscalização rigorosa do cumprimento da legislação existente, sugere-se:

- i) um maior investimento financeiro e humano na fiscalização e a aplicação de sanções mais efectivas de forma a inibir comportamentos desviantes e frear as más práticas existentes;
- ii) criar uma maior resistência aos espaços (principalmente os junto ao litoral) de forma a prepará-los para receber turistas sem degradar-se;
- iii) apostar no princípio da prevenção evitando o surgimento de problemas que, uma vez instalados, a sua resolução requer avultados custos financeiros, sociais e ambientais) inoportáveis para a realidade do país.

De acordo com a literatura existente aconselha-se o envolvimento e participação da população local na actividade turística desde as fases iniciais do processo de planeamento da actividade.

A sustentabilidade política e institucional dos destinos turísticos depende da capacidade da participação efectiva da sociedade. Daí a acessibilidade da informação ser uma

condição imprescindível para que a população, devidamente esclarecida, possa avaliar projectos e estratégias e opinar.

Os inquiridos no estudo não se sentem envolvidos nem participam nas decisões políticas relacionadas com o turismo. Seria profícuo apurar se a não participação popular restringe-se à actividade turística ou se é comum a outros sectores. Ou melhor, analisar se se está a lidar com um problema existente num sector de actividade pontual ou se é estruturante. E, se não seria oportuno questionar a eficácia e eficiência dos canais de comunicação e participação utilizados até ao momento.

O estudo releva a necessidade de se apostar em políticas de proximidade entre poderes (central e local) e os cidadãos de forma a estabelecer cooperações e parcerias sólidas entre todos os agentes sociais. A OMT alerta para o facto da relação entre turismo internacional e a população local poder provocar ressentimentos e o planeamento constitui a forma de evitar futuros focos de tensão.

Por outro lado, a literatura existente acerca do turismo indica que à medida que o desenvolvimento da actividade aumenta, as atitudes da população residente tendem a tornar-se mais negativas.

O estudo ainda não permite verificar esta tendência mas o cenário pode vir a alterar-se a médio prazo se se intensificar a presença de turistas e permanecer a sua concentração espacial (Santa Maria/ ilha do Sal). A população inquirida não possui ainda percepções muito vincadas dos impactes da actividade turística. No entanto, não se pode negligenciar o seguinte:

- 1) a percepção dos inquiridos do agravamento dos problemas sociais com a actividade turística;
- 2) a opinião acerca da qualidade dos empregos gerados pelo turismo não ser muito estimulante e acreditar-se que os melhores empregos gerados não são ocupados por locais;
- 3) a opinião geral sobre o turismo da ilha é positiva para 44,2% dos inquiridos com igual percentagem para os neutrais;
- 4) não existir uma percepção muito clara se os benefícios têm sido superiores aos malefícios (a opinião generalizada é neutral);

5) a maioria estar satisfeita com o número de turistas que visitam a ilha e menos de metade (35,8%) ser de opinião que o número é insuficiente. Tendo em conta que estudos científicos realizados reiteram a ideia que existe uma tendência para a população receptora apoiar o desenvolvimento do turismo no local e isso dever-se principalmente às vantagens económicas (melhores empregos, melhoria da qualidade de vida) retiradas da actividade turística, o cenário acima descrito aponta para alguma prudência a esse respeito.

É necessário que os dividendos resultantes do turismo beneficiem e sejam distribuídos pela população e que o turismo venha a proporcionar uma maior empregabilidade, remunerações justas e respeito pelos direitos laborais, igualdade de oportunidades e boas condições de trabalho. A actividade turística gera expectativas na população receptora e é importante que se traduzam em resultados palpáveis para que permaneça receptível ao desenvolvimento da actividade. Para isso devem constar como prioridade na estratégia de planeamento não só objectivos económicos, ecológicos, como também os sociais (melhoria da qualidade de vida da população receptora de forma equitativa).

Nota-se também uma clara necessidade de debate nacional em torno de estratégias e políticas turísticas, assim como, de socialização dos projectos submetidos a aprovação. Medidas essas que, não só fomentariam a transparência da gestão pública, como também, estimularia a participação popular e a partilha de responsabilidades nas decisões tomadas.

Bibliografia

Andereck, Kathleen ; Vogt, Christine A. (2000) A Case Study of Washington, NC Recreation Research Symposium GTR-NRS-P-14 The Relationship Between Residents' Attitudes Toward Tourism and Tourism Development Options, Journal of Travel Research; 39, 27-36

Andriotis, Konstantinos (2004) The Perceived Impact of Tourism Development by Cretan Residents', Tourism and Hospitality Planning & Development ; 1: 2, 123-144

Ap, John (1992) Residents' Perceptions on Tourism Impacts, Annals of Tourism Research;19, 665- 690

Baptista, Mário (1990) O Turismo na Economia uma Abordagem Técnica, Económica, Social e Cultural, Lisboa, Instituto Nacional de Formação Turístico

Barros, José Manuel da Veiga de (2007) Impacte do Turismo no Desenvolvimento Sócio-económico: O caso da Ilha do Sal, Dissertação apresentada na Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial

Bell, Judith (2004) Como Realizar um Projecto de Investigação. Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação, Lisboa, Gradiva

Bender, Maureen; Deng, Jinyang; Selin, Steve; Arbogast, Doug; Hobbs, R.A. (2008) Local Residents' Attitudes Toward Potential Tourism Development: the Case of Ansted, *Northeastern Recreation Research Symposium*, 85-94

Berger, Peter; Luckmann Thomas (2004) A Construção Social da Realidade, Lisboa, Dinalivro

Briguglio, Lino (1999) Small Islands Contents, Our Planet, Vol. 10,Nº3,United Nations

Butler, Richard (1993) Pre-and Post-Impact Assessment of Tourism Development in Pearce, Douglas; Butler, Richard in Tourism Research Critiques and Challenges, London, Routledge,

Butler, Richard W.(1999)'Sustainable Tourism: A state-of-the-art review', *Tourism Geographies*,1:1,7 — 25

Cabral, José Carlos (2005) O Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde Turismo e Combate à Pobreza: Nu Djunta-mô, Dissertação de Mestrado da Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão

Careto, Hélder; Lima, Susana (2007) Turismo e Desenvolvimento Sustentável 2, Lisboa, Geota

Chang, Huh; Vogt, Christine A.(2008) Changes in Residents' Attitudes toward Tourism over Time: A Cohort Analytical Approach, *Journal of Travel Research* 2008; 46, 446-455

Cooper, Chris; Fletcher, John; Fyall, Alan; Gilbert, David; Wanhill, Stephen (2005) Turismo Princípios e Práticas, Porto Alegre, Bookman

Cooper, Chris; Fletcher, John; Fyall, Alan; Gilbert, David; Wanhill, Stephen (2005) Turismo Princípios e Práticas, Porto Alegre, Bookman

Coriolano, Luzia Neide; Leitão, Cláudia (2008) Turismo, Cultura e Desenvolvimento entre Sustentabilidades e (in) sustentabilidades, *Pasos revista de Turismo e Património Cultural*, Vol. 6, Nº3, 467- 479

Costa, António Firmino da (1992) *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural

Costa, Carlos (2005) Turismo e Cultura: Avaliação das Teorias e Práticas culturais do Sector do Turismo (1990-2000), *Análise Social*, Vol XL (175), 279-295

Cunha, Licínio (2009), *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Verbo editora

Cunha, Licínio (2006) *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, Verbo Editora

Cunha, Licínio (1997) *Economia e Política do Turismo*, Lousã, McGraw-Hill

- Cunha, Licínio (2006) Economia e política do Turismo, Lisboa, Editorial Verbo
- Dias, Reinaldo (2008) Sociologia do Turismo, São Paulo, Editora Atlas
- Dias, Fernando Nogueira (2005) A Manipulação do Conhecimento, Lisboa, Nova Vega
- Doron, Roland; Parot, Françoise (2001) Dicionário de Psicologia, Lisboa, Climepsi Editores
- Dortier, Jean- François (2006) Dicionário das Ciências Humanas, Lisboa, Climepsi Editores
- Easterling, Debbie (2005) Residents and Tourism, Journal of Travel & Tourism Marketing ;18: 4, 49-64
- Ferreira, Eduardo Manuel (2008) O Turismo Sustentável como Factor de Desenvolvimento das Pequenas Economias Insulares: o Caso de Cabo Verde, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas
- Ferreira, Luís (2009) Impactos do Turismo nos Destinos Turísticos, Recursos e Ideias, Nº1, 2ª Série, Revista Científica do ISCET, Lisboa
- Fundo Monetário Internacional (2010) Relatório Global de Seguimento da Execução da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza DECRP II nº 10/367, <http://www.governo.cv/> acedido em 23/03/2011
- Fonseca, José Pedro de Barros Duarte (2010) Integração das Fontes de Energia Renovável em Ilhas e Regiões Remotas, Praia, Edições Unicv
- Frémont, Armand (1980) A Região, Espaço Vivido, Coimbra, Almedina
- Frontier, Serge (2001) Os Ecossistemas, Lisboa, Instituto Piaget

Gastal, Susana; Castrogiovanni, António (2003) Turismo na Pós-Modernidade: (Des) inquietações, Porto Alegre, Edipucrs

Gleitman, Henry; Fridlund, Alan J.; Reisberg, Daniel (2007) Psicologia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Gobierno de Canarias (2008) Estudio Sobre la Actitud de los Canarios ante el Turismo, Consejería de Turismo

Goss, Jon (2004) A Recordação: Conceitualizando o (s) Objecto (s) de Consumo Turístico in Alan A. Lew; C. Michael Hall, Compêndio de Turismo, Instituto Piaget, Lisboa

Greg, Richards; Derek, Hall (2000) Tourism and Sustainable Community Development, London, Routledge

Hall, Edward (1986) A dimensão Oculta, Lisboa, Relógio d'Água

Haralambopoulos, Nicholas; Pizam, Abraham (1996) Perceived Impacts of Tourism- The Case of Samos, Annals of Tourism Research; 23: 3, 503-526

Harril, Rich (2004) Residents' Attitudes Toward Tourism Development: a Literature Review with Implications for Tourism Planning, Journal of Planning Literature; 18, 251- 266

Henriques, Cláudia (2003) Turismo Cidade e Cultura- Planeamento e Gestão Sustentável, Lisboa, Edições Sílabo

Heras, Maria Perez de las (2004) Manual del Turismo Sostenible. Como Conseguir un Turismo Social, Económico y Ambientalmente Responsable, Madrid, Ediciones Mundi-Prensa

Hill, Manuela Magalhães; Hill, Andrew (2009) Investigação por Questionário, Lisboa, Edições Sílabo

INE(2001) Vamos falar da ilha do Sal, http://www.ine.cv/artigo_detalhe.aspx?id=56,
acedido em 11/02/2010

Jacinto, José Alfredo (2001) Participação Pública e Comunicação Política no Espaço Democrático Municipal, Educação e Comunicação,6,Escola Superior de Educação de Leiria, 74-96

Jumeau, Ronny (2008) Ninguna Isla es una Isla, Tunza, Vol 5,Nº4; Reino Unido, Edições PNUMA, Pag.12

Kaae, Berit C.(2006) Perceptions of Tourism by National Park Residents in Thailand', Tourism and Hospitality Planning & Development; 3: 1, 19-33

Kadt, Emanuel de (1979) Tourisme Passeport pour le développement ?, Paris, Editions Economica da Unesco e Banco Mundial

Kaufmann, Jean-Claude (2003) Ego para uma Sociologia do Indivíduo, Lisboa, Instituto Piaget

Korça, Perver (1998) Resident Perceptions of Tourism in a Resort Town, Leisure Sciences; 20: 3, 193- 212

Kyungmi, Kim (2002) The Effects of Tourism Impacts Upon Quality of Residents in the Community, Dissertation submitted to the Faculty of the Virginia Polytechnic Institute and State University for the degree of Doctor of Philosophy in Department of Hospitality and Tourism Management, Virginia

Kwan, Anny; Maccartney, Glenn (2005) Mapping Resident Perceptions of Gaming Impact, Journal of Travel Research;44, 177- 187

Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade (1992) Metodologia do Trabalho Científico, São Paulo, Editora Atlas

Lickorish, Leonard; Jenkins, Carson (1997) Una Introducción al Turismo, Madrid, Editorial Sintesis

Lindberg, Kreg; Johnson, Rebecca (1997) Modeling Resident Attitudes Toward Tourism, Annals of Tourism Research; 24:2, 402-424

Long, Patrick; Perdue, Richard; Allen, Lawrence (1990) Rural Resident Tourism Perceptions and Attitudes by Community Level of Tourism, Journal of Travel Research; 28:3, 3-9

Lopes, Carlos E. ; Abib, José A. (2002) Teoria da Percepção no Behaviorismo Radical, Psic.:Teor. e Pesq. [online], Vol 18, Nº 2, 129-137, [SciELO Brasil - Scientific Electronic Library Online](#) acedido 06/ 05/2010

Madrigal, Robert, (1993) A Tale of Tourism in Two Cities, Annals of Tourism Research; 20:2, 336- 353

McCool, Stephen F.; Martin, Steven, R. (1994) Community Attachment and Attitudes Toward Tourism Development, Journal of Travel Research; 32,29-34

McCool, Stephen F.; Moisey, Neil R. (1996) Monitoring Resident Attitudes Toward Tourism, Tourism Analysis: an Interdisciplinary Journal;1:1, 29-37

McGehee, Nancy G.; Andereck, Kathleen L. (2004) Factors Predicting Rural Residents' Support of Tourism, Journal of Travel Research; 43,131- 149

Mill, Robert; Morrison, Alastair (1992) The Tourism System – An Introductory Text, New Jersey, Prentice-Hall International Editions

Mohan, Giles (2002) Participatory Development in Desai Vandana ;Potter, Robert, The companion to Development Studies, London, Arnold

Moniz, Ana Isabel Damião (2009) A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: O Caso dos Açores, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico-CEEApIA

Muñoz de Escalona, Francisco (2007) El turismo explicado con claridad, Edición electrónica gratuita. Texto completo en www.eumed.net/libros/2007c/310/

Mota, Arlindo (2005) Governo Local, Participação e Cidadania- O Caso da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa, Nova Vega

Nunkoo, Robin; Ramkissoon, Haywantee (2010) Small Island Urban Tourism: a Residents' Perspective, Current Issues in Tourism; 13: 1, 37-60

OMT (1993), Desenvolvimento de Turismo Sustentável : Manual para Organizadores Locais, publicação de Turismo e Ambiente

OMT (1998) Introducción al Turismo, Madrid

OMT (1999) Guia para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible, Madrid

OMT (2003) Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, São Paulo, Bookman

OMT (2010) Barómetro, Outubro, Vol. 8, Nº3 em www.unwto.org

Pallant, Julie (2001) SPSS Survival Manual, Philadelphia, Open University Press

Partidário, Maria do Rosário (1998) Ambiente e turismo in Turismo uma Actividade Estratégica, Revista Economia e Prospectiva, Vol I, Nº 4, Lisboa, Ministério da Economia

Partidário, Maria do Rosário (1999) Introdução ao Ordenamento do Território, Lisboa Universidade Aberta

Partidário, Maria do Rosário (1993) A Integração da Componente Ambiental no Processo de Planeamento in *Sociedade e Território*, Nº 18, Edições Afrontamento, Porto, 8-12

Partidário, Maria do Rosário; Jesus, Júlio de (2003) Fundamentos de Avaliação de Impacte Ambiental, Lisboa, Universidade Aberta

Pereira, Alexandre; Poupá, Carlos (2004) Como Escrever uma Tese Monografia ou Livro Científico Usando o Word, Lisboa, Edições Sílabo

Pestana, Maria Helena; Gageiro, João Nunes (2008) Análise de Dados para Ciências Sociais- A Complementaridade do Spss, Lisboa, Edições Sílabo

Preston-Whyte, Robert (2004) A Praia como Espaço Sensorial in Alan A. Lew; C.Michael Hall, Compêndio de Turismo, Lisboa, Instituto Piaget

Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (1992) , Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva.

Reid, Donald; Mair, Heather; George, Wanda (2004) Community Tourism Planning – A Self-Assessment Instrument, *Annals of Tourism Research*; 31;3: 623-639

Reisinger, Yvette (2009) International Tourism: Cultures and Behavior, USA, Elsevier, Burlington

Richards, Greg ; Hall, Derek (2000) Tourism and Sustainable Community Development, London e New York, Routledge

Rodrigues, Francisco J. (2008) Ilha do Sal Dinamismo e Oportunidade, http://www.ine.cv/artigo_detalhe.aspx?id=63, acedido em 11/02/2010

Ruschmann, Doris (2008) Turismo e Planeamento Sustentável. A Protecção do Meio Ambiente, São Paulo, Papirus Editora

Sirakaya, Ercan; Teye, Victor; Sönmez, Sevil (2002) Understanding Residents' Support for Tourism Development in the Central Region of Ghana, *Journal of Travel Research*; 41: 57

Scarpati, Frederico Vignati (2008) *Gestão de Destinos Turísticos*, Rio de Janeiro, Senac Rio

Serviço Regional de Estatística dos Açores, SREA, (2005) *Estudos sobre as Atitudes dos Residentes Face ao Turismo nos Açores*

Sharma, Bishnu; Pam, Dyer (2009) An Investigation of Differences in Residents Perceptions on the Sunshine Coast: Tourism Impacts and Demographic Variables, *Tourism Geographies*; 11: 2, 187- 213

Silva, José Amado da; Silva, José Sancho (1998) *Turismo Uma Actividade Estratégica, Economia e Prospectiva*, vol.1, nº 4, Lisboa, Ministério da Economia

Simão, João Miguel Custódio Ferrão Neto (2008) *O Sector Público e o Desenvolvimento Turístico Sustentável*, Tese de Doutoramento no Ramo de Gestão, Universidade Aberta

Simão, João; Partidário, Maria do Rosário (2011), How does Tourism Planning Contribute to Sustainable Development? *Sustainable Development*, 19: n/a. doi: 10.1002/sd.495

Simpson, Ken; Bretherton, Phil (2009) The Impact of Community Attachment on Host Society Attitudes and Behaviour Towards Visitors, *Tourism and Hospitality Planning & Development*, 6: 3, 235- 246

Sperling, Abraham; Martin, Kenneth. (1982) *Introdução à Psicologia*, São Paulo, Pioneira

Swarbrooke, John; Horner, Susan (2001) *Business Travel and Tourism*, Butterworth-Heinemann, Oxford

Tatoglu, Ekrem; Erdal, Fuat; Ozgur, Huseyin; Azakli, Sedat (2002) Resident Attitudes Toward Tourism Impacts: The Case of Kusadasi in Turkey, *International Journal of Hospitality and Tourism Administration* 3; 3, 79-100

Tosun, Cevat (2002) Host Perceptions of Impacts. A Comparative Tourism Study, *Annals of Tourism Research*;29: 1, 231-253

Tosun, Cevat (2000) Limits to Community Participation in the Tourism Development Process in Developing Countries, *Tourism Management* 21; 613-633

Vargas- Sánchez, Alfonso; Plaza- Mejia, Maria de los Ángeles; Porras-Bueno, Nuria (2009) Understanding Residents' Attitudes Toward the Development of Industrial Tourism in a Former Mining Community, *Journal of Travel Research* ;47: 3, 373- 387

Vasconcelos, Lia T. (2006) O Exercício da Cidadania pela Participação Popular pp.21-27 in *Um Outro Mundo é Possível...Mas Não Será Fácil*, Lisboa, Edições Colibri

Vellas, François (2004) *Economía y Política del Turismo Internacional*, Madrid, Editorial Sintesis

Vieira, João Martins (2007) *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo- Uma Perspectiva Estratégica*, Lisboa, Editorial Verbo

Vogt, Christine A.; Jun, Soo Hyun (2004) Residents' Attitudes Toward Tourist Market Segments and Tourism Development in Valdez, Alaska: A Comparison of Residents' Perceptions of Tourist Impacts on the Economy and Quality of Life, *Northeastern Recreation Research Symposium GTR- NE- 326*, 404-411

Wahab, Salah-Eldin Abdel (1988) *Introdução à Administração do Turismo*, São Paulo, Editora Pioneira

Wall, Geoffrey; Mathieson, Alister (2006) *Tourism Change, Impacts and Opportunities*, England, Pearson Education

Wang Yasong ; Pfister, Robert E. (2006) Residents' Attitudes Toward Tourism Development:

Wang, Yasong Alex ; Pfister, Robert E. (2008) Residents' Attitudes Toward Tourism and Perceived Personal Benefits in a Rural Community, *Journal of Travel Research*; 47: 84

Weaver, David B.(2004) O Turismo e o Ilusório Paradigma do Desenvolvimento Sustentável in *Compêndio de Turismo Ciência e Técnica*, Lisboa, Instituto Piaget

World Wildlife Fund (2008) Edición en Espanhol pela WWF Colombia